



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg, Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião Conjunta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a 21ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Os senhores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

PAUTA DE 05/07/2011

Audiência Pública Conjunta, em cumprimento ao **Requerimento nº 43, de 2011- CMA**, aprovado em 14/06/2011, de autoria dos Senadores Jorge Viana e Rodrigo Rollemberg, ao **Requerimento nº 9, de 2011-CRA**, aprovado em 24/03/2011, de autoria das Senadoras Ana Amélia e Gleisi Hoffmann, e ao **Requerimento nº 2, de 2011-CMA**, aprovado em 01/03/2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, com a presença do Senhor Dr. Elíbio Leopoldo Rech Filho, da Academia Brasileira de Ciências (**ABC**) e da Senhora Professora Helena Bonciani Nader, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (**SBPC**), destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (**Lei 4.771, de 1965**).

Estamos aguardando a chegada dos nossos demais convidados.

Sáudo, com muita alegria, a presença da Drª Helena Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que já se encontra aqui conosco. Sáudo as presenças da Senadora Ana Amélia e do Senador Blairo Maggi, informando que, conforme anunciei na reunião passada, em virtude das reivindicações das senhoras e senhores Senadores, a ordem de inscrição da reunião será por ordem de chegada. Portanto, a Senadora Ana Amélia é a primeira inscrita e o Senador Blairo Maggi, o segundo.

Rapidamente, quero fazer um breve relatório das audiências públicas realizadas pela Comissão de Meio Ambiente, neste primeiro semestre.

No primeiro semestre de 2011, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle realizou, até o momento, 24 reuniões. Destacam-se as reuniões destinadas a audiências públicas: três Audiências Públicas Conjuntas e um Seminário entre a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Reforma Agrária, para debater a reforma do Código Florestal, que contaram, entre outros, com a presença da Ministra do Meio Ambiente, senhora Izabella Teixeira, do Deputado Aldo Rebelo e de representantes da Embrapa, da SBPC e da Academia Brasileira de Ciências; duas Audiências Conjuntas entre Comissão de Meio Ambiente, Comissão de Infraestrutura e Comissão de Ciência e Tecnologia, para debater a segurança do sistema nuclear brasileiro, em que participaram os principais atores brasileiros



nessa temática; Audiência Conjunta entre Comissão de Meio Ambiente, Comissão de Ciência e Tecnologia, Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Educação e Comissão de Ciência e Tecnologia, para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, que cria novas regras para o setor de TV por assinatura; Audiência Pública que debateu as perspectivas da economia verde no Brasil e no mundo, com a participação do senhor Achim Steiner, Subsecretário-Geral das Nações Unidas, e do senhor Luiz Figueiredo, Embaixador e Diretor do Departamento do Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, além do Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente; Audiência Pública para debater a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Ainda neste semestre, a Comissão instalou quatro subcomissões, que tratam de temas de extrema relevância para o País, com destaque para as audiências públicas realizadas por estas subcomissões: Ciclo de Audiências da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016, que coleta informações de cada um dos Estados e Municípios envolvidos com a preparação das cidades-sede para a Copa do Mundo de 2014; Ciclo de Audiências da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre desenvolvimento sustentável – Rio+20 –, com debate sobre economia verde, em relação aos temas agropecuária, serviços ambientais, mecanismo e desenvolvimento limpo e redução das emissões por desmatamento e degradação; Audiência Pública da Subcomissão Temporária para acompanhar as obras da Usina de Belo Monte, que debateu o relatório de impacto ambiental da obra; finalmente, a Comissão realizou diligência externa às obras das Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, em Rondônia, e ao Parque Nacional da Serra da Canastra, em Minas Gerais.

Como membro da Comissão externa, visitamos as Usinas Nucleares de Angra dos Reis e, ainda hoje, assinaremos termo de ajuste ao relatório final dessa diligência.

Dessa forma resumida, este é o relatório das atividades das Audiências Públicas desta Comissão, para o primeiro semestre de 2011, no esforço incessante de imprimir aperfeiçoamento da legislação brasileira, nos termos pertinentes a esta Comissão.

Quero registrar aqui a presença do Senador Russo e da vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Senadora Kátia Abreu. Quero também aqui agradecer a presença do senhor Antônio Nobre, que nos honra com sua presença.

Como já tive a oportunidade de ressaltar aqui, a nossa Comissão de Meio Ambiente, juntamente com a Comissão de Agricultura, iniciou as atividades este ano com a discussão do Código Florestal, mesmo antes do Projeto chegar ao Senado Federal. Começamos ouvindo o Relator da proposta



na Câmara, Deputado Aldo Rebelo, em uma audiência bastante concorrida e, na semana seguinte, ouvimos representantes da Academia Brasileira de Ciência e da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Com a chegada do Projeto ao Senado, retomamos esses debates e tivemos a oportunidade de termos uma longa audiência Pública com a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, na última quinta-feira. Na sexta-feira à tarde, tivemos mais uma Reunião Conjunta onde ouvimos representantes da Confederação Nacional da Agricultura, da Contag e de diversas outras instituições, e hoje retomamos esse debate, mais uma vez ouvindo representantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e da Academia Brasileira de Ciências.

Por solicitação da senhora Helena Nader, teremos alguns representantes da comunidade científica representando as duas instituições, que farão apresentações, cada um enfocando um tema específico. Estamos aguardando a relação dos nomes que farão as suas apresentações e registro aqui, com muita alegria, a presença do Senador Luiz Henrique, Relator nas Comissões de Constituição e Justiça e Agricultura e Reforma Agrária. Também registro a presença do Senador Aloysio Nunes Ferreira, relembrando que a ordem de inscrição será pela ordem de chegada a esta Comissão. Peço atenção aos secretários desta Comissão para observarem a ordem de chegada, para promover a inscrição dos nobres Senadores e Senadoras desta Casa, registrando também, com muita alegria, a chegada do Presidente eventual da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Casildo Maldaner.

Consultando os palestrantes e os Senadores, a minha sugestão é que tenhamos um tempo de 15 minutos para cada palestrante, em seguida abriremos para as Senadoras e Senadores fazerem suas intervenções de cinco minutos e, a cada conjunto de cinco intervenções, passaríamos para a Mesa fazer as suas considerações. Se no curso, por sugestão de algum Senador, entendermos que para o melhor andamento dos trabalhos devemos adotar um procedimento diferente, submeteremos ao Plenário.

Registro a presença do Senador João Pedro e parece que a Senadora Kátia quer falar.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Já está inscrita, Senadora Kátia.

Portanto, dando boas vindas a todos e desejando um bom dia e um bom debate, passo a palavra à Dr^a Helena Nader, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

A SR^a HELENA BONCIANI NADER – Bom dia a todos, bom dia, Senador Rodrigo, é um prazer estarmos aqui hoje com os senhores, agradecemos profundamente esta oportunidade, porque acreditamos que há necessidade de termos um marco legal moderno e que olhe para o futuro. Um



marco legal que englobe tudo o que temos hoje na ciência mundial, mas, em especial, na ciência brasileira.

Não quero tomar muito tempo dos senhores, só quero introduzir rapidamente o Professor José Antônio Aleixo, sentado ali na segunda fila, que é o Professor Titular da Universidade Federal Rural de Pernambuco e foi quem coordenou esses trabalhos na SBPC. Começamos esse trabalho na SBPC e, como também sou membro da Academia, entramos em contato com o Professor Jacob Palis. A SBPC e a ABC tem feito muita coisa conjunta e, com isso, multiplicamos por uma potência de 10, pelo menos, os trabalhos, porque se juntam forças de diferentes áreas e que se complementam.

Esse trabalho que fizemos que foi apresentado na Câmara, em fevereiro ou março, agora não me lembro, e traz – os senhores também receberam – um trabalho do levantamento da área científica. Hoje, o que traremos para os senhores, de uma forma também sucinta, serão algumas apresentações de onde a ciência pode contribuir e, depois, o que seria a nossa proposta, porque entendemos que existe uma necessidade de discussão e de aprovação de um Código.

O que continuamos insistindo é que esse Código não seja aprovado às pressas, que ele leve em consideração o século XXI, que leve em consideração o que a ciência brasileira tem para ajudar uma economia sustentável, para ajudar uma agricultura perfeita – ou, pelo menos, perfeita dentro do que temos de conhecimento hoje –, uma pecuária, e que leve em consideração o meio ambiente.

Como o Senador Rollemberg colocou, o Brasil será sede, ano que vem, da Rio+20. Existem acordos mundiais a serem cumpridos e também quero deixar claro que não temos partido, não temos cor, não temos crença, temos só uma obrigação: a verdade com a ciência. Aqui quero reiterar, novamente, que em nenhum momento o grupo recebeu qualquer subvenção, seja de um lado ou de outro, do grupo ruralista ou do grupo ambientalista. Isso tem que ficar muito claro. Quero que os senhores saibam que todos os que participaram o fizeram de forma voluntária, trabalhando noites e fins de semana, porque estou Presidente da SBPC, mas quem paga o meu salário é o Governo Federal, porque sou Professora Titular da Escola Paulista de Medicina. Nenhum de nós ganhou para fazer isso, é um dever com a sociedade brasileira que nos levou a realizar esse trabalho.

Agradeço realmente a oportunidade de estarmos aqui, porque vamos trazer dados que podem ou não ser considerados. Quero deixar bem claro, porque houve algumas denúncias infundadas e que não foram à frente dizendo que tínhamos sido pagos por ONGs e outras entidades. Para quem quiser, tenho prova documental de tudo isso, dentro dos arquivos da SBPC. Todas as passagens foram pagas com recursos próprios da SBPC, onde fazemos as reuniões anuais – até convidado os senhores –, que têm início agora



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES

SF - 5

dia 10, domingo, em Goiânia, comemorando os 50 anos da Universidade Federal de Goiás, 60 anos da Capes, 60 anos do CNPq e 25 anos da Associação Nacional dos Pós-Graduandos.

Então, para nós é um privilégio estar aqui. Agradeço, efusivamente, esta oportunidade.

Obrigada, Senador; obrigada demais membros da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Convido o Prof. Aleixo para fazer parte da Mesa. Ele fará a primeira exposição.

Vamos ouvir, então, agora, o Prof. Aleixo.

V. Ex^a tem quinze minutos.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO ALEIXO DA SILVA – Muito bom-dia, Srs. Senadores, Sr^as Senadoras, para nós, que representamos a Sociedade Brasileira para Progresso da Ciéncia e a Academia Brasileira de Ciéncias, é um grande prazer estar aqui com vocês, porque é uma reivindicação da comunidade científica de ser escutada. E isso está acontecendo. Não podemos reclamar.

Bem, primeiramente, vou ser, de certa forma, breve, para que meus colegas que vão apresentar dados mais concretos tenham mais tempo. E quero dizer que estamos com pequeno problema, porque o Dr. Celso Manzatto e Ricardo Rodrigues, que são os próximos a apresentar... A Azul cancelou o voo deles ontem; eles chegaram em Brasília e estão vindo de táxi para cá. Talvez, a gente tenha uma pequena alteração na ordem de apresentação, mas isso não vai alterar.

Bem, fui encarregado de fazer um breve histórico do que aconteceu com esse nosso grupo de trabalho, porque, na realidade, começamos a trabalhar em maio de 2010, quando, por algumas demandas da própria comunidade científica, somos, de certa forma, questionados sobre por que não participar. Então, começamos a trabalhar nesse grupo de trabalho exatamente em maio de 2010.

Achamos que essa questão do Código Florestal é uma questão que antecede datas que conhecíamos. Então, nosso primeiro grande desafio – digamos, não desafio; desafio se ganha ou se perde, nós temos missões a serem cumpridas –, em vez de pegarmos essas peças jurídicas e confrontar uma com a outra, o que está bom, o que não está, nós, como cientistas, pensamos: vamos ver o estado da arte, da ciéncia florestal no País, do Código Florestal. E, para nossa surpresa, encontramos coisas que desconhecíamos. Por exemplo, possivelmente, muitas pessoas podem dizer: "Mas isso é a primeira declaração do uso dos recursos ambientais no Brasil." Eu não gosto de ler, mas vou ter que ler, para os que estão atrás entenderem:

E, assim, mando que todo o povo se sirva e logre dos ditos matos, lenhas e madeiras para as casas, tirando fazer roças que não farão e, assim, árvores de palmo e meio de cesta [deveria



ser a medida de unidade da época]. E daí pra riba não cortarão sem minha licença e dos meus oficiais que por mim tiverem, porque tais árvores são para outras coisas de maior substância especial. E assim resguardarão todas as madeiras e matos que estão ao redor dos ribeiros e fontes.

Isso, gente, é Carta Foral de Olinda, de 1537. Duarte Coelho.

Então, a questão ambiental no País não é de hoje. É muito antiga. Se vocês, por acaso, acompanharem ao longo da história, vocês vão ver que José Bonifácio, em 1821, deu a primeira declaração em termos de reserva legal.

Então, o Brasil vem discutindo há muito tempo, e acho que o momento atual é o momento mais preciso, mais importante para que a Nação construa um instrumento legal que não prejudique a agricultura do País, nem tampouco prejudique o meio ambiente. Esse é o nosso objetivo. Isso é o que nós pensamos.

(Próximo, por favor.)

Bem, quando nosso grupo de trabalho começou, tivemos o cuidado de convidar uma série de instituições que achávamos que poderiam colaborar nesse trabalho. É claro que nem todas compareceram, mas grande parte dela compareceu, e aí está a relação. Acho que os Srs. Senadores e as Sr^as Senadoras já devem ter lido, porque, nosso livro, resultado do nosso trabalho, foi distribuído para todos vocês.

(Próximo, por favor.)

Esses são os componentes do nosso grupo, primamos em não convidar ONGs. Não que sejamos contra ONGs, absolutamente nada contra, mas foi para que nosso trabalho fosse visto de forma independente, porque, se convidássemos algumas instituições ligadas ao agronegócio e aos ambientalistas, possivelmente seríamos taxados de tendenciosos. Como a ciência tem que ter voo livre e independência, não convidamos. Convidamos pessoas. Aí estão os membros do grupo: Antônio Donato Nobre, do INP; Carlos Alfredo Joly, da Unicamp; Carlos Nobre; Celso Manzatto, que deve estar chegando em minutos; o Elíbio, que está aqui ao meu lado; eu, que sou Professor da Universidade Federal de Pernambuco; Mateus Batistella, da Embrapa; Maria Manuela, da Universidade de Chicago - tivemos o cuidado de convidar alguém ligado à área de Antropologia e Sociologia, porque acreditamos que um Código tem que perpassar por todas as ciências, não podemos trabalhar de forma setorial –; Peter Herman May, Professor da Universidade do Rio de Janeiro, *expert* na chamada “economia verde”, Ricardo Rodrigues, que deveria estar aqui, se seu vôo não tivesse atrasado, mas certamente vai chegar; Sérgio Ahrens, da Embrapa, engenheiro florestal e advogado; e Tatiana Deane Sá, que era Diretora da Embrapa. Esse grupo de trabalho continua ativo, não encerramos e temos certeza de que vamos continuar trabalhando com vocês,



porque acreditamos que o Brasil precisa de um trabalho em que a Ciência e a Tecnologia têm que ser envolvidas com a ajuda de vocês, porque vocês são as pessoas que decidem, vocês são importantes nesse processo.

(Próximo, por favor.)

A nossa primeira visão de trabalho, desse GT, foi evitar as situações setoriais. Esse é um *slide* que mostra que a visão setorial distorce a percepção do mundo e é reduzida. Não poderíamos, de forma alguma, tomar partido de lado A ou de lado B. Temos que trabalhar em conjunto porque acreditamos, desde o início, e continuamos acreditando, que um acordo é possível. Se a briga continua, todos têm razão, em certo ponto, e todos não têm razão, em outros pontos.

Sou professor de Estatística, então sempre uso um plano cartesiano de x e y onde sempre digo que, se pensarmos no rigor da lei, quanto mais rigorosa for a lei, é claro que menores serão os danos ambientais. Se, em um eixo de x e y , traçarmos isso, será uma exponencial, uma reta decrescente. Quanto mais forte a lei, menor a degradação ambiental.

Por outro lado, se pensarmos na expansão agrícola – porque precisamos da expansão agrícola, o mundo precisa da produção de alimentos –, a situação é inversa. À medida em que se começa a aumentar a expansão de nossos territórios em áreas agrícolas, logicamente, por mais que seja conservacionista a nossa agricultura, haverá, de certa forma, degradação ambiental. Isso é normal, faz parte do progresso. Mas se vocês cruzam essas duas retas ou curvas, seja lá o que for, existe um ponto de equilíbrio onde elas se cruzam.

Nós, da Ciência e Tecnologia, acreditamos que podemos ajudá-los a trabalhar nesse ponto. Ontem saiu um artigo muito bom do Humberto Costa, na *Folha de S.Paulo*, mostrando que o acordo é possível. Não adianta para o País uma briga em que uma das partes vá ganhar. Se a parte ambientalista ganha sozinha, vai haver problema com a produção de alimentos; se a parte da agricultura ganha, por outro lado haverá problema com o ambientalismo, o Brasil perde. E os senhores e senhoras Senadoras têm uma grande responsabilidade para que esse ponto de equilíbrio seja encontrado. Ele existe, podemos encontrá-lo e, se for encontrado e se observarmos aquela declaração final na matéria do Senador Humberto Costa, ele diz que “nossos objetivos podem ser atingidos, desde que haja entendimento”. Chegou a hora do entendimento. Nós, SBPC e ABC, acreditamos nesse entendimento, não tornamos partido.

(Próximo, por favor.)

Como Ciência e Tecnologia, achamos que temos todo o direito e podemos interferir nesse processo.

Esse aí é um *slide* que nós conseguimos, que mostra que a interferência pode ser positiva. Isso aí são crianças no rio Negro, que estão



salvando tartarugas. Sem a intervenção delas, essas tartarugazinhas jamais chegariam ao rio e morreriam.

Então, é uma intervenção positiva. Isso pode haver.

(Próximo, por favor.)

E ficamos de olhos abertos. A ciência tem de estar sempre acima das paixões e dos interesses pessoais. Nós não temos interesses pessoais, muito embora, é claro, ninguém é ingênuo de dizer que cada um, por si só, não tem suas posições, mas quando nós construímos esse grupo de trabalho, o nosso principal objetivo foi deixar lá fora as posições pessoais.

Nós precisamos ajudar o País, tanto é que, durante este ano, nessa fase de dez meses de trabalho, nós convidamos várias pessoas.

O nosso primeiro convidado, como não poderia deixar de ser, foi o ilustre Deputado Aldo Rebelo. Ele foi debater conosco.

Convidamos o Toninho da Contag e o professor Aziz Ab'Saber. É uma relação imensa de convidados. Convidamos, da mesma forma, o Deputado Ivan Valente.

Então, durante esse período, nós trabalhamos, gente, e não foi fácil. Foram dez meses de trabalho, pessoas superocupadas, em que todo mês nós tínhamos reuniões de dois dias na SBPC, sem direito a almoço. Era lanche na SBPC.

Nós fomos convidados por um grupo, se não me engano, da CNA, para fazer uma apresentação em novembro. Isso criou alguns motivos de denúncias, porque disseram que nós não viemos. Mas nós não poderíamos vir, nosso trabalho não estava concluído. Nós concluímos o trabalho, gente, em fevereiro.

Quando nós o concluímos, fomos convidados por um grupo ligado ao setor de meio ambiente, nós viemos, mas nós avisamos para eles: "Convidem a bancada do agronegócio." E foram convidados.

Então, nós estamos muito à vontade para dizer, como a professora Helena falou, que o nosso trabalho não tem tendência. Nós pensamos, nós acreditamos que os senhores podem colaborar conosco.

Nós estamos à disposição de vocês. Nós queremos continuar trabalhando com vocês.

Eu acredito que a próxima apresentação...

(Próximo, por favor.)

Esse é o último slide de minha parte.

Todos conhecem este imenso País, cheio de biomas com características completamente diferentes, e fica uma pergunta para todos nós – não é para vocês, mas é para a gente também –: é possível ter um único Código Florestal para uma imensidão territorial dessas, com tantos biomas diferentes, gente?



Então, existem fontes e existem pessoas que defendem um Código Ambiental, ou um Código da Biodiversidade, do qual o Código Florestal seria uma parte. Agora, essa pergunta nós temos de responder. Essa pergunta, gente, exige tempo. Talvez não dois anos, mas vocês têm de pensar com a gente. Exige tempo.

Olha, gente, a nossa sequência de trabalho, agora, seria o Celso Vainer Manzatto, que é da Embrapa e que iria falar sobre agricultura e meio ambiente. Ele, eu tenho certeza absoluta – ele já ligou para mim –, está no táxi, está a caminho.

Então, a gente pode alterar, não é, Antônio, alterar a ordem de apresentação? Eu acho que não vai perder a sequência.

Então, quem seria o próximo?

Então, o próximo, o Antônio Nonato Nobre, assume.

Eu gostaria de agradecer a vocês e reforçar: nós acreditamos que, juntos, podemos construir o instrumento legal de que o País necessita, um instrumento considerando o passado, mas pensando, fundamentalmente, no futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, professor Aleixo.

Eu, antes de passar a palavra ao Dr. Antônio Nonato Nobre, quero sugerir, se possível, aos membros da comunidade científica, que apontem no texto do Código Florestal questões que considerem importante que sejam modificadas. Acho que dariam uma contribuição maior, especialmente aos nossos relatores.

Passo a palavra ao Dr. Antônio Nonato Nobre.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu gostaria de convidar...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu gostaria, com a sua permissão, Senador Rollemberg... Como o Senador Acir está viajando, que é o Presidente da Comissão de Agricultura, e o nosso Senador Waldemir Moka não se encontrava, eventualmente, me convocaram para substituir, na Mesa, pela Comissão de Agricultura, porque é uma audiência pública conjunta entre a de Meio Ambiente e a de Agricultura. Como o nosso vice-Presidente da Comissão chegou, então, com a permissão do Rollemberg, ele viria para cá para assumir as funções, porque, na verdade, é nosso vice-Presidente.

Muito obrigado.



O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – A Comissão estava mais bem representada por V. Ex^a.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Mandei avisar o Cláudio. Já passaram por Deputados, agora são Senadores, e nós já fomos também. Isso faz parte.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Prezado amigo, Senador Waldemir Moka, é uma honra poder compartilhar esta Mesa com V. Ex^a, representando aqui a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, lembrando que esta é uma audiência pública conjunta. Desde o início dos trabalhos, procuramos debater o Código Florestal conjuntamente, buscando superar as divergências entre produção agrícola e pecuária e meio ambiente.

Portanto, agora passo a palavra ao Professor Antônio Donato Nobre.

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Bom dia a todos. É um prazer estar de volta. Estive aqui no início de abril, quando ainda estava em discussão na Câmara, os senhores se recordam, e foi uma experiência muito construtiva, primeiro, pela oportunidade de trazer a visão da SBPC e da ABC – o Professor Elíbio esteve aqui comigo também – e também de escutar as Sr^as e os Srs. Senadores com as ponderações que me impressionaram muito. Principalmente, saí daqui com a percepção de que o conflito é algo não real, é artificial, ele não tem fundamento. Especialmente depois de poder apresentar alguns pontos de vista, ficou mais evidente ainda a possibilidade de conversa, de diálogo.

Muito bem. Vamos dando este salto aqui. Vou ter que fazer uma pequena introdução, porque vinha na sequência esta apresentação, mostrando como a tecnologia moderna, a tecnologia do século XXI, vamos dizer assim, pode iluminar esta discussão – estou chamando de paisagens inteligentes –, através do uso dessas tecnologias, grande parte delas desenvolvidas no Brasil, para termos...

Eu ainda não me acostumei com o barulho do Senado. Então, vocês me perdoem se eu der umas rateadas aqui. Mas tudo bem.

Vou falar primeiro sobre um estudo feito no Inpe, de áreas ripárias. Discutimos quanto por cento das propriedades privadas estão imobilizadas em APP. Nós fomos lá tirar a teima. Fomos medir isso, usando geotecnologias. Então, nosso trabalho começa com um modelo digital de terreno. Esse aí é do Município de São José dos Campos, tem um mil quilômetros quadrados. É produzido com um radar – esse radar aí voou no ônibus espacial – que reproduz a superfície rugosa da... Uma representação da superfície da terra. Dessa representação, você tira a altimetria, que é um dado básico. Dessa altimetria, você gera um produto intermediário, que é a área acumulada, e aí você chega nos rios, riachos, igarapés, ribeirões. E é uma coisa surpreendente que no Brasil não sabemos onde estão os rios nem os riachos. E vou dizer por quê. Por uma



questão legal. A Agência Nacional de Águas, que faz as outorgas de direitos de água, usa o mapa da hidrografia do Brasil do IBGE, que é de um para um milhão, e é extremamente impreciso. Exatamente. Isso daí produz um monte de problemas. Se eu tenho uma fazenda lá e quero fazer uso de água, etc., e tenho que conseguir uma permissão da ANA, eu tenho que ter a topografia, ou seja, eu preciso ter o nome do rio. Aí eu vou lá, tem um ribeirão na minha propriedade, e não tem nome, não está mapeado aquele ribeirão. Por quê? Porque quando foram feitos esses mapas, há muito tempo, a escala era muito grosseira, então não dava para ver. Com a tecnologia nova, nós chegamos à nascente dos rios.

E aí estão definidas em cores as diferentes ordens. Rios de primeira ordem estão na cor azul; depois, de segunda ordem, verde. Ordem é quando os rios vão se juntando e se tornando maiores, eles vão adquirindo maior volume, e assim sucessivamente.

Muito bem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Não. Então, isso daí já foi feito. Para o Brasil todo. Aliás, a própria Agência Nacional de Águas tem, internamente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Não, essa daí, a gente já não fala mais em escala de mapa, mas a gente fala em resolução de *pixel*. Nesse caso aí, a gente usou *pixels* de 90 metros, 90x90 metros. Mas a gente já tem, e eu vou mostrar daqui a pouco, o que está disponível e o que é simplesmente fantástico. Perdoem-me, assim, o meu entusiasmo: acho que nós precisamos de um novo RadamBrasil. Nós precisamos saber onde estão os rios do Brasil, porque isso tem uma importância enorme. É um recurso que está distribuído pelo País inteiro e a gente não sabe onde ele está. E uma grande parte dos conflitos entre fiscal do Ibama, proprietário rural, grupo que defende as áreas de conservação está exatamente em não saber onde estão os rios, onde buscar o documento cartográfico. E, lá, no documento cartográfico, não está representado direito o rio, está mal representado.

Para vocês terem uma ideia, nesse Município de São José dos Campos, a extensão linear de rios mapeados pelo IBGE, nessa escala de 1 para 1 milhão, é de 300Km. Quando extraímos a drenagem usando essas tecnologias modernas, 1.600Km. Ou seja, nós não sabemos nem qual é a riqueza que temos em termos de rios.

Muito bem. Tendo os rios, a gente coloca as faixas prescritas pelo Código Florestal em volta deles, usando técnicas vetoriais. E, aí, a gente pode calcular: em função do tamanho do rio, o tamanho da faixa é prescrito, tanto no Código vigente quanto no que está em análise pelos senhores. E a gente chega a esses números.



Nós fizemos um estudo bem extenso, em quatro Regiões do Brasil – Nordeste, Norte, Sudeste e Sul – e encontramos que, em média, nas propriedades privadas, 7% da área está imobilizada como APP ripária, imobilizada ou que deveria estar, de acordo com o Código atual. Com o novo Código, cai por volta de 30% esse valor. Isso antes dessas últimas alterações sofridas na Câmara para a aprovação e não considerando a Emenda nº 164, só considerando o original. Nós trabalhamos nisso quando ainda o substitutivo não tinha sofrido essas alterações.

Aqui simulamos o estudo feito anteriormente por um colega da Embrapa, que usou uma faixa de 500 metros e usou a hidrografia da ANA, e vocês veem que as áreas imobilizadas em APP são muito maiores: quase 2,5 vezes maiores.

Por quê? Porque aqui é técnica o método. Ele usou a própria hidrografia da ANA, uma hidrografia que tem menor extensão, e eu acredito que, por isso, tenha utilizado essa faixa de 500 metros, em vez de usar as faixas normas do Código Florestal, que são até 30, até 50, até 100, até 200 e até 500 metros. Então, isso aqui acho era uma forma de compensação. E fizemos o tira-teima e vimos que essa forma aqui superestima áreas de APP ripária em 300%, em relação ao que é realmente. E, aí... Ao que deveria ser aqui. Ao que deveria ser.

Isso aqui, obviamente, tem o passivo e vou mostrar algumas coisas interessantes daqui para a frente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Só uma observação rápida.

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Pois não.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Só para esclarecer esse ponto que o Senador Aloysio trouxe, mas há uma outra questão. Se ele se prendeu à da ANA, e a da ANA está vinculada ao do IBGE, que é menos precisa, ou seja, mascara um pouco a presença de muitos rios, deveria o dele ter dado menos...

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Menos, isso. Mas, aí, Senador, olha só: o Código Florestal tem várias classes, dependendo da largura do rio. Então, se o rio vai – tem de 0 a 30 metros; de 50 metros; de 100; de 200 e, aí, de 500. E eles usaram só 500 aqui na Amazônia. Eles usaram, para todos os rios, só 500 metros, para compensar a menor extensão, imagino. Ele deveria explicar isso. Eu não encontrei uma explicação sobre isso.

Então, mas isso aqui foi feito na Amazônia. Não conheço como eles fizeram no resto do Brasil. Isso seria uma matéria a se esclarecer.

Mas o mais interessante – e aqui eu queria chamar a atenção dos senhores de maneira muito crítica – é saber onde estão os brejos do Brasil. Quem é que não sabe o que é um brejo? Nós desenvolvemos uma tecnologia, que se chama *Hand*, uma tecnologia de modelagem de terrenos, sobre a qual



vou falar um pouquinho mais daqui a pouco, que consegue detectar onde está o lençol freático remotamente só através de modelagem de terrenos. E aqui estão os brejos dessa mesma área. O que vocês estão vendo lá? Você们 estão vendo que as faixas contínuas tanto no Código atual quanto no substitutivo que está em análise não pegam. Olhem: há uma área de brejo que está fora; há outra área que pega mais do que o brejo. Enfim, já vem sendo dito por vários colegas, colegas da Embrapa, mesmo na nossa área, que o Código Florestal atual era bom para 1965. A gente não tinha satélites, não tinha essas tecnologias aqui computacionais. Hoje nós precisamos de alguma coisa diferente. Os terrenos que estão aqui em azul são terrenos frágeis, são terrenos hidromórficos. Em algumas condições, como na produção de arroz, você investe, você faz os terraços, etc., que custa caro, e você consegue produzir ali, mas, fora essas condições – talvez com o açaí, no sul da Bahia, etc. –, de modo geral não são áreas propícias. Essas áreas são propícias para serviços ambientais, para você...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Não. Então, aqui, olha aqui as faixas pelo Código Florestal. Olha o brejo aqui. Não, não protege.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – A lei ignora o brejo porque ela prescreve faixa. Ela está dizendo: são 30 metros. Agora, 30 metros é uma denominação burocrática em relação à natureza. Não é uma denominação orgânica que leva em consideração a paisagem. A paisagem está lá. Olha os brejos aqui. A mesma coisa quando você...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Exato. Por que não 29, 32, como está dizendo o Senador? Então, essa questão nós percebemos, logo de cara... Nós não fomos os primeiros a perceber. Nós temos um colega na Embrapa Florestas que já vinha falando isto quando participou do nosso grupo: que a gente precisa de um Código Florestal que respeite. É como um sapato. Você não calça um sapato quadrado. O sapato tem que ter as curvas para acompanhar o seu pé. No começo, quando começamos a mostrar esses problemas, disseram-nos: ah, mas você vai ter problema, porque um produtor vai ter mais brejo no terreno dele e o outro, menos. Certo? Isso vai gerar um problema jurídico. Ele vai falar: eu vou perder mais área da minha propriedade com APP e o outro, menos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Várzea, pelo menos no sentido que eu entendo, é área inundável...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Do rio. Brejo é água superficial no solo. Chavascal, pântano, brejo, “chilof, chilof, chilof”, quando você



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES

SF - 14

anda dentro... Então, isso vai muito mais além da área inundável. Quando o lençol freático encosta na superfície e fica ali, você tem...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Não, não. Não são temporais.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Não. Sabe como a gente sabe quando a água é temporária ou não? A gente olha a condição de hidromorfia do solo. Quando você tem água muito tempo no lugar, o ferro fica reduzido, ele não é oxidado. Aí o solo fica gray. Ele fica numa cor cinza ou meio esverdeada.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Acabou o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Não, não.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Já que está havendo uma participação, que acho até construtiva, eu gostaria que o pesquisador Donato Nobre pudesse nos dar a bibliografia da diferença entre brejo e várzea, porque eu gosto muito de aprender. É a primeira vez que ouço falar nessa diferença. E, como eu não quero contestá-lo gratuitamente, eu gostaria aqui, objetivamente, da bibliografia da diferença entre esses dois termos, por favor.

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Será fornecida. O que nós colocamos aqui em questão é a definição... Eu queria saber como vou conduzir a discussão, porque eu tinha...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – V. Ex^a está com a palavra.

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Eu tinha uma apresentação para fazer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu gostaria que V. Ex^a a fizesse, porque a gente decidiu aqui 15 minutos, e já foram 12 minutos e meio. Nós vamos ampliar o tempo.

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Temos materiais, inclusive para responder à Senadora Kátia Abreu...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – V. Ex^a tem a palavra.



O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Está bom. Eu pediria, por favor, se me permitissem, que eu terminasse a apresentação porque há coisas bem interessantes. Eu já comecei apresentar aqui, no dia 5 de abril. Apresentamos na Câmara também. Quando você olha um mapa de ambientes daquele mesmo Município, você tem isto daqui

citei da última vez que estive aqui. O agronegócio e as ONGs fizeram uma associação para estudar quanto valem os serviços ambientais das áreas de proteção das suas propriedades para as cidades – US\$37 bilhões por ano. As áreas privadas nas propriedades privadas, as áreas de conservação no Estado da Georgia produzem esse valor de serviços para as cidades e não são remuneradas por isso. Então, essa é uma questão que também analisamos e que tem muitas coisas.

Vou falar um pouquinho do que é... Vamos saber o que tem embaixo da terra, digamos assim, embaixo das árvores. Essas tecnologias são realmente revolucionárias, estão começando a ser usadas no mundo. Nós começamos aqui, pioneiramente, nos anos 70, dentro ainda do governo militar, com o Projeto Radam, que nos deu grande conhecimento sobre a região amazônica, que não tínhamos na época. Agora, estamos chegando a um ponto em que você entra no Google Earth e vê mapas, em centímetros, da superfície lunar ou da superfície de Marte. Nós temos muita informação da Terra, mas, em alguns casos, menos do que deveríamos ter. Por exemplo, neste caso, nós temos o problema de ver através das nuvens. Existe essa tecnologia de radar chamada banda P, que atravessa as nuvens, com a qual você pode ver a superfície.

Normalmente, o radar emite um sinal que bate na superfície e volta. E se olhar aqui, você vai ver a topografia. Quando eu fizer a minha maquete digital do terreno, ela vai estar com a superfície das árvores ali representada.

Existe agora essa outra tecnologia que atravessa a copa das árvores e que tem duas formas mais usadas normalmente. Com ela você vê a superfície do solo. Isso é muito importante para poder derivar a hidrologia e a hidrografia e saber as propriedades do solo.

Aqui vocês estão vendo uma imagem de um platô grande, com floresta ali no topo. Não sei se dá para ver. Tem como apagar as luzes? Não. Vocês estão conseguindo ver ali? Melhorou. Com esse aqui, banda X, você vê a superfície da superfície, e com esse aqui você vê o solo. Tirou a floresta, estão vendo? Não desmatei, não, é só o dado do radar.

Essa informação aqui que nós usamos para tirar várias camadas de outras informações, por exemplo, biomassa, para saber qual a densidade de



vegetação que há naquela região, além de ver onde estão os ribeirões, os rios, igarapés, etc, que estão por baixo da floresta, às vezes, ou da vegetação. Você pode saber o que tem ali. Você pode fazer monitoramento, por exemplo, de crescimento de cultura agrícola. Têm infinitas aplicações essas tecnologias. E você gera um produto que é...

Isso aí não é simplesmente uma foto, é uma imagem que tem uma informação de densidade de biomassa. Quando se geram esses produtos, nós temos essa maquete digital do terreno e podemos aplicar algoritmos matemáticos e extrair dali informações objetivas sobre propriedades dos terrenos, as declividades, como mostrei no início, rapidamente, a profundidade do lençol freático, e com isso definir os terrenos e suas potencialidades, fragilidades e riscos.

Eu já mostrei isso aqui e vou mostrar de novo. A gente pega, então, aquela maquete digital do terreno que vocês viram, a gente a processa e a normaliza de acordo com a drenagem, para poder fazer as medidas de distância local da drenagem. Quando a gente faz uma cessão transversal, vocês veem que lá embaixo está o igarapé. Você conseguem ver lá? Está o igarapé aqui e em volta estão os terrenos brejosos. Depois há uma área de transição, as encostas e os platôs em cima. Isso aí é clássico. Aqui embaixo está o lençol freático, que estamos vendo, tem o terreno drenado. Esse aqui permite produzirmos esse tipo de mapa. E esse mapa, como mostrei para São José dos Campos, identifica onde estão os terrenos frágeis, onde estão os terrenos com potencial, onde estão os terrenos seguros. E nós estamos colocando isso em termos de protótipo.

Eu vou mostrar para vocês daqui a um segundo, e está terminando já a minha apresentação. Ele permite a universalização do conhecimento sobre os terrenos, com potenciais, fragilidades e risco. Permite a democratização do acesso e elimina os conflitos, porque, no momento em que você tem esses mapas disponíveis na Internet, o proprietário rural pode ir lá, olhar e falar “Qual é a área da minha propriedade?” – até falei isso, da última vez em que estive aqui –, mas isso está tirando o emprego daquele cara da forquilha, que vai achar onde está a água para furar o poço, porque agora se tem condição de ver onde estão os territórios.

Deixe-me mostrar aqui para vocês alguns exemplos do Google Worse. Vou pegar, por exemplo, aqui, no Sudeste, a região de Ribeirão Preto. Vamos dar um *zoom* lá. Esse aqui é o Google Worse: não sei se os senhores conhecem, é uma base de imagem de satélite disponível na Internet, em que se pode navegar. Quando você vai à casa de alguém, pode olhar pelo Google Worse, para saber como chegar lá, que rua tomar, etc.

E o que se vê aqui? Essa é a imagem de satélite. Você está vendo lá o terreno. Você vê que há um resto de vegetação ali, nos rios, nos igarapés e



tal, mas não sabe dizer, quantitativa e objetivamente, onde estão os terrenos. Quando você coloca o mapa em cima, vê exatamente onde estão os terrenos.

Então, eu queria só terminar com o último eslaide, para seguir na sequência também, que é este – o Celso vai falar agora. Este eslaide aqui é uma matéria que saiu na National Geographic, Nossa Boa Terra, uma região de Wisconsin, que, no Dust Bowl dos anos 30, tinha muita erosão, muitos problemas, e hoje ela é uma região que tem esse aspecto. O meu sonho – sou agrônomo – é que um dia tenhamos em todo o País essas paisagens.

Vivo no Vale de Paraíba, uma região antiga, desde o tempo do café, e a quantidade de terra degradada naquela região... Estive agora, recentemente, no Alagoas, também, e vi muita região degradada. Quem anda pelo Brasil sabe que a gente pode melhorar nesse aspecto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg Bloco/PSB – MS) – Agradeço ao Professor Antônio Donato Nobre.

Já chegaram a esta Comissão os nossos próximos palestrantes, Dr. Celso Manzatto, da Embrapa, e Dr. Ricardo Rodrigues, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

Convido o Dr. Celso Manzatto para a próxima apresentação.

Quero agradecer a presença do Celso Manzatto e dar um esclarecimento. Nós tivemos aqui a presença, no início deste semestre, do Presidente da Embrapa, Pedro Arrais, trazendo a manifestação oficial da instituição.

O pesquisador Dr. Celso Manzatto está aqui na condição de membro do grupo formado pela Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciéncia.

Com a palavra – é uma alegria tê-lo aqui –, o Dr. Celso Manzatto.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Eu só não comprehendi: o senhor disse que o Presidente da Embrapa já trouxe a posição da Embrapa sobre o Código ou trará? Desculpe-me, não ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Ele esteve aqui na primeira audiênciia...

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – E trouxe a posição da Embrapa?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – ... e trouxe naquela ocasião, o que não impede que o Presidente da Embrapa volte aqui, como outros já estão voltando, para apresentar suas opiniões sobre o substitutivo, sobre o projeto aprovado na Câmara dos Deputados, que propõe a reforma do Código Florestal.



Nós estamos abertos a qualquer sugestão de qualquer Senador ou Senadora que queira sugerir nomes para participar das nossas audiências públicas.

Com a palavra, o Dr. Celso Manzatto. Prazer em revê-lo, Dr. Celso.

O SR. CELSO VAINER MANZATTO – Bom-dia. Gostaria de agradecer o convite de estar aqui, nesta Comissão, de agradecer o convite da SBPC. Nós, da Embrapa, como um braço tecnológico da agricultura, não poderíamos furtar-nos a dar contribuições à ciência, numa discussão extremamente relevante, importante para o nosso País, como é a questão da revisão do Código Florestal.

Gostaria também de agradecer ao Senador Rollemburg o convite pessoal. Eu não podia vir aqui, mas ele fez questão que viéssemos aqui falar um pouquinho sobre nossa agricultura nessa questão da revisão do Código Florestal.

A primeira questão que eu gostaria de chamar a atenção dos Senadores é de que, nessa discussão do Código Florestal, nós estamos, na verdade, fazendo uma grande discussão sobre o uso e ocupação do nosso território. Ao longo dos anos, por motivos diversos, a agricultura no nosso País se expandiu por motivos históricos e depois, mais recentemente, graças ao empreendedorismo e à tecnologia gerada no sistema nacional de pesquisa agrícola, nós temos hoje uma potência agrícola do mundo emergente com a nossa agricultura tropical e, ao mesmo tempo também, uma potência ambiental, dado que nós ocupamos ainda parte apenas do nosso território e, Senadores, vejam, nós temos aí algumas estimativas. E é bom – conversei bastante com o Senador Rollemburg sobre isso – que são muitas as estimativas que temos sobre território, infelizmente, como o Prof. Donato falou, temos poucas informações em escalas compatíveis para processo de tomar decisão, por exemplo, como essas questões relacionadas ao Código Florestal. Qual o estoque disponível de terras no País? Qual o impacto de uma mudança mais ou menos rígida do ponto de vista ambiental? Qual o reflexo disso no território?

Vimos aí estimativas as mais diversas aparecerem, mas gostaria de ressaltar, Senadores, são estimativas. Estimativas, num País continental como o nosso, têm uma margem de incerteza muito grande. Por quê? Alguns errinhos de uma casinha podem dar um estoque de carbono maior ou menor, um potencial agrícola maior ou menor. Mas é importante dizer o seguinte: nós hoje temos mais provavelmente, dependendo da base de dados, mais de 60% do nosso território já ocupados por algum tipo de uso, algum tipo de destinação, quer seja agrícola, quer seja unidade de conservação, mas entre 50% e 60%, depende da estimativa, Senador. Por exemplo, se a gente olhar a base de dados do INCRA, tem pouco mais de 500 milhões de hectares de área de imóveis rurais. A gente tem que olhar isso com certo critério. Mas esse talvez seja o ponto que eu gostaria de reforçar com vocês, a necessidade de o nosso País



investir para qualificar o seu território. Quais são os tipos de vegetação nos diversos biomas. Isso tem implicação direta em temas relacionados, por exemplo, à questão do Código Florestal, que é a questão de estoque de carbono, a questão do potencial agrícola e a questão, inclusive, de dizer nos fóruns nacionais e internacionais que temos, sim, estoques de terras disponíveis para expansão futura da nossa agricultura e precisamos qualificá-las, porque inclusive queremos ocupá-las. Isso, por exemplo, Estados Unidos e outros países já fizeram há muito mais tempo. Os Estados Unidos, por exemplo, têm formação de solos na escala um para vinte e cinco mil. Nós sequer temos um milhão. Então, as bases de informações são muito diversas.

Estou vendo aqui o Senador Blairo. Lá no Mato Grosso há um esforço muito grande, talvez um dos poucos Estados que têm uma base de dados tão qualificada por ocasião do zoneamento.

(Próximo, por favor.)

Eu gostaria de chamar aqui a atenção. São dados históricos do censo agropecuário brasileiro, desde 1920 – são grandes números. É interessante no nosso País que, ao longo desses últimos anos, décadas, a evolução dos principais usos. A gente vê que a questão das pastagens, em azul, já tem algum tempo. Ela vai crescendo. Todas elas têm uma tendência de expansão. Embora tenhamos no País um processo acelerado de tecnificação, como mostra a curva de baixo, ou seja, a população ativa no meio rural tende a decrescer ao longo do tempo pelo processo de tecnificação, nós temos tendências, em maior ou menor grau, que são aquelas linhazinhas ali, de crescimento das principais formas de uso no País.

Então, chamo novamente a atenção de que é necessário que tenhamos uma política que minimamente dê indicadores, vamos dizer assim, grandes indicações sobre o uso e ocupação do que nos resta ainda do território, e, principalmente, como a gente observa na agricultura, também sobre a reorganização do espaço produtivo.

O caso da cana-de-açúcar é mais recente e dá bem essa questão, ou seja, de onde nós vamos expandir cana-de-açúcar, como é que isso vai ser expandido sem afetar, de forma significativa, outros usos, outros tipos de produção agrícola no nosso País.

(Próximo, por favor.)

Aí, quando a gente olha aqueles números relativizados, em termos médios, da nossa propriedade rural, a gente observa que, ao longo da história do Brasil, as áreas de pastagens se mantêm oscilando entre 45 e 50%, em torno disso, em relação à área média dos imóveis.

É lógico que não é isso tudo em qualquer uma das propriedades, mas de forma geral.

As matas, dentro das áreas dos imóveis rurais, também têm uma tendência de estabilização em torno de 30%, e isso, é lógico, é no País todo,



então, há diferenças de 20, 30, 80%, por exemplo, em relação à questão da reserva legal. Mas o que mostra isso, porque a parte de baixo é em relação às lavouras, é que há um crescente, quer dizer, elas estão sempre crescendo, há uma expansão – graças a Deus, a nossa produção agrícola aumenta –, e as áreas de pastagem se mantêm, o que significa dizer, então, que as áreas de pastagem são, tradicionalmente, aquelas terras que fornecem áreas, logo depois da supressão da mata, para as áreas de produção de lavouras.

Aqui, o lado de baixo mostra que, por exemplo, no início do século, a gente precisava de 2,8 hectares para ter uma cabeça e, agora, a gente precisa de menos, embora haja espaço enorme para isso.

Então, uma das grandes questões que já estão elencadas aí é o esforço, hoje, do Governo brasileiro da intensificação dessas áreas de produção de pastagem como forma de liberar, aumentar e garantir a produção futura de alimentos, fibras e energia – não vamos esquecer a cana-de-açúcar e outras atividades – para esse fim, sem que, necessariamente, a gente necessite expandir a área de uso agrícola do nosso País, isso dentro de uma nova conjuntura de oportunidades de negócios que se aparenta, embora de forma inicial, em relação à economia verde.

Nós temos, então, de pensar nesse ativo que nós temos, sob o ponto de vista ambiental, dentro de uma perspectiva também econômica de uso, e dentro, lógico, de uma competição em nível de mercados internacionais, que, cada vez, os nossos produtos agrícolas sofrem no exterior.

(Próximo, por favor.)

Então, esse é um exemplo de agricultura tropical de sucesso. Esses gráficos, sempre mostrados, são do nosso colega Eliseu Resende, tem outros do Dr. Contini. Mostram, então, a evolução da produção e produtividade de grãos do nosso País, dos principais grãos, que cresceram 270%, enquanto a área, 45%, ou seja, dá uma dimensão de que a nossa agricultura, além de extremamente competitiva, também é poupadoura de recursos naturais, na medida em que necessitou de menos áreas para expandir do que se tivesse mantido a sua produtividade. E olhem que nós tivemos períodos de grande produtividade, com média de 4,5%, que são números fantásticos, que causam inveja a qualquer outro setor da economia brasileira.

Então, esse é o modelo que se persegue e esse é o modelo que a gente está olhando para o futuro, com estimativas do próprio Ministério da Agricultura, que dão conta de que a agricultura brasileira ainda vai continuar ganhando produtividade e aumentando a produção via produtividade. Mas vejam que esse é um grande desafio, porque nossa produtividade média já é bastante elevada. Então, o desafio da pesquisa, o desafio dos agricultores, hoje, é maior do que foi no passado, ou seja, sair de uma baixa produção para uma produtividade média, razoável é uma coisa, agora, sair de uma produtividade média para uma alta produtividade, Senador, não é coisa fácil, não é?



Aí, implica o quê? Um investimento, que o Governo vai ter de fazer, muito forte, na nossa agropecuária.

(Próximo, por favor.)

Por outro lado, todo esse esforço de ganho de produtividade – todo ou parte desse esforço de ganho de produtividade – na agropecuária brasileira resultou numa forte transferência dessa renda para outros setores da sociedade, que não propriamente, e principalmente, os nossos agricultores na área primária. Essa é uma questão extremamente importante.

Então, vem aqui um estudo da Esalq, recente, do ano passado, mostrando que há um aumento da produção e, consequentemente, da diminuição de preço, ciclos de preços na agricultura, transferiram para a sociedade como um todo algo como R\$837 bilhões, no período 1995/2008. E apenas um segmento... Aí está envolvido o segmento primário, a distribuição a agroindústria e insumos. Apenas insumos teve, em alguns períodos, um ganho positivo da ordem de R\$90 bilhões, o que significa dizer para vocês que nós temos que pensar, dentro dessa reformulação da questão do Código Florestal, que custos adicionais de produção para o nosso agricultor é um fardo pesado, já que grande parte da sua produtividade não foi repassada. Então, a sociedade tem, vamos dizer, uma dívida com a agricultura e principalmente com os agricultores brasileiros, dado que temos hoje mantido uma oferta segura de alimentos para todos nós brasileiros e também para exportação e para a balança comercial, além de termos, ainda, estabilidade nos preços agrícolas, o que é extremamente importante para qualquer governo e para qualquer sociedade contemporânea.

Vamos lembrar que, em 2008, houve problema de abastecimento no mundo, e nós passamos, de certa forma, incólumes nisso. Então, do ponto de vista da agricultura e da segurança alimentar, temos sim que ter um pensamento e um cuidado redobrado quando vamos trabalhar com políticas que se rebatem no território e que possam, de alguma forma, fazer uma reconfiguração desse espaço produtivo.

(Próximo, por favor.)

E nós temos dado sim exemplos, não é? Eu acho que temos inclusive que valorizar mais as tecnologias em uso na nossa agricultura tropical. Temos problemas? Sim, temos problemas. Mas temos, na verdade, muito mais soluções e muito mais preocupações, do ponto de vista da sustentabilidade da produção na agropecuária brasileira, do que outros países.

Um exemplo apenas, desse que é o nosso principal vilão, que é a erosão. A erosão dos solos no Brasil, um país tropical de chuvas intensas, é sempre o principal impacto decorrente da agricultura. E aí as consequências que pode ocasionar, os senhores estão vendo uma. A primeira e mais importante é perder esse patrimônio natural de todos os brasileiros, que é o solo, ou seja, a base de sustentação da produção, e, consequentemente, a erosão,



contaminando riachos, podendo carrear alguns fertilizantes e mesmo defensivos, e contaminando outro bem precioso para nós, que é a água. Então, solo e água têm que andar juntos. São duas coisas indissociáveis na agropecuária, e há um cuidado redobrado que nós temos.

Nosso País, de forma geral, possui solos com suscetibilidade de média a alta erosão. Está aqui um mapinha mostrando. E mostrando, aqui em baixo, um trabalho recente também, lá do Rio Grande do Sul. São casos médios. Aqui, a adoção de plantio direto, que, por exemplo, diminui a carga de sedimentos nos principais rios, mantendo, mais ou menos, se tivéssemos uma pastagem de boa formação e cobertura do terreno. Então, esse agricultor, que, além de preservar e usar adequadamente seus recursos naturais, solo e água, ainda assim, está ajudando a sequestrar carbono, da ordem de 500 quilogramas por hectare. Então, esse sujeito, que é um guardião dos recursos naturais, tem que, de alguma forma, ser retribuído pela sociedade, porque, além de manter segurança alimentar, além de transferir renda para a sociedade, ainda sequestra carbono e produz água.

E aí então nós começamos a falar de outra questão, que é a questão dos serviços ambientais na agricultura, que deve entrar, Srs. Senadores, na discussão em relação ao Código, e em que podemos ajudar nosso agricultor na adoção dessas tecnologias.

(Próximo, por favor.)

E está aí uma alternativa, que é a agricultura de baixo carbono, um programa já estabelecido pelo Governo Federal. O Ministro da Agricultura lançou o Plano Safra, em Ribeirão Preto, com todo um esforço adicional em relação à agricultura de baixo carbono. E eu gostaria, nessa questão, de chamar a atenção, então, Srs. Senadores: nesse estudo que foi encomendado pelo Banco Mundial, de que participaram diversos cientistas do Brasil e do exterior, inclusive da própria Embrapa, eles fizeram uma modelagem que dá mais ou menos o número que precisamos discutir. São 17 milhões de hectares e um cenário tendencial de ganho de produção e produtividade mantendo os níveis atuais.

Coloquei esse gráfico aqui embaixo, para chamar a atenção para o seguinte: nós precisamos claramente inflexionar mais essa curva de pastagem, como estratégia de ganho de produção, alimento, energia e fibras, sem que se impacte de forma mais contundente a questão das matas, podendo ter inclusive áreas para fazer a recomposição de eventuais passivos ambientais.

Então, eu estava falando de 17 bilhões e, num cenário absoluto, inclusive com resgate do passivo do atual Código Florestal, do ponto de vista de reserva legal, nós estaríamos falando aí de uma reorganização de 70 milhões de hectares, uma demanda de 70 milhões. E as projeções? Baseado em ganho de produção e produtividade, nós poderíamos então promover a recuperação dessas áreas, estimular sistemas produtivos, envolvendo, por exemplo, a questão de confinamento e a questão de sistema lavoura/pecuária/floresta,



abatendo aquele passivo sem necessariamente suprimir novas áreas para produção.

Evidentemente, esse é um plano que demanda uma quantidade de recursos de que talvez o País não disponha no momento para realizar, porque estamos falando de um reordenamento da produção agrícola no País, com todas as implicações que pode haver do ponto de vista de infraestrutura, de logística, e mesmo de indução de políticas públicas para que isso ocorra. Mas é uma saída a se pensar num futuro próximo, dado que os mercados e as oportunidades de negócio dentro de uma visão de futuro de economia verde possam fomentar essa questão.

E aí voltamos, Senadores, àquela questão inicial da renda na agricultura, não é? Quer dizer, adotar tecnologia tem custo; tem custos adicionais. Então, dependendo da situação, é mais barato até, em alguns biomas, em algumas situações, o agricultor fazer a supressão da vegetação nativa, que é um direito do uso desse território, mas temos então de ter essa consciência de uma forma mais integrada.

(Próximo, por favor.)

E aí volto à questão original; ou seja, o nosso País terá de fazer, sim, um esforço além da questão da revisão do Código Florestal, que todos concordam que é absolutamente necessária, mas vamos ter de fazer um esforço também de ordenamento do território. E nós temos instrumentos para isso – mostrou o Professor Leonardo algumas ferramentas.

Por exemplo, fizemos aqui a questão do zoneamento da cana-de-açúcar, apenas com políticas de indução, porque o projeto de lei ainda não foi votado no Congresso. E foi possível, então, dar grandes diretrizes para o setor sucroalcooleiro, para que essa expansão da produção de etanol, um exemplo para o mundo, possa ser realizada sem pressionar a Amazônia, sem pressionar a questão do Pantanal e sem que isso implique a competição por terras entre a produção de alimentos e produção de energia.

Então, instrumentos, competências, instituições estão à disposição do Governo. Basta que a gente, de fato, tenha uma prioridade – e acredito sinceramente que a Presidenta Dilma... Que nós possamos fazer um esforço, porém ressaltando... Tenho discutido aqui com o Senador Rollemberg a necessidade que temos então de investir na qualificação do nosso território, ter informações disponíveis, para que a gente possa fazer isso de uma forma consistente e, de fato, com dados e informações concretas sobre o território.

(Próximo, por favor.)

Aí, nós vemos esta questão: o que nós vamos fazer aqui? É a discussão, a grande questão democrática de discussão do Código Florestal – o que nós vamos fazer? O que nós, instituições como Embrapa, nos dispomos a fazer?



Nós trabalhamos para gerar tecnologia, o que chamamos de área de uso alternativo ou área agrícola, para as áreas de APP, para as áreas de reserva legal, inclusive com possibilidades econômicas. Agora, a confirmação disso também depende de que tenhamos um olhar um pouco mais macro, de que esses serviços em especial de regulação vão jogar num futuro muito próximo. Estamos falando num momento de mudança de clima. A regulação do clima, a regulação da precipitação, a regulação de temperatura, os impactos que essas mudanças climáticas terão, por exemplo, na incidência de novas pragas e doenças, como estamos vendo, na questão da reconfiguração climática e das áreas de produção.

É necessário que tenhamos uma visão territorial para que não afetemos significativamente esse serviço, para que ele não se torne um complicador no futuro da própria sustentabilidade da agricultura brasileira. É isso que estamos trabalhando hoje na Embrapa, com visão de futuro, em relação às mudanças climáticas, e o que isso irá implicar na agricultura brasileira. Por exemplo, em relação ao bioma amazônico, até onde podemos utilizá-lo sem que implique necessariamente uma questão adicional do ponto de vista da regulação e da precipitação das regiões do centro-sul do Brasil. Como podemos ocupar uma bacia hidrográfica sem afetar significativamente a regulação da produção de água com qualidade e com quantidade. São esses os desafios. São desafios porque não temos as informações ainda.

(Próximo, por favor.)

Este talvez seja o nosso grande desafio: a pegada hídrica. Temos aquífero do guarani, aquífero do bauru, mas estamos falando de água que infiltrou no solo, às vezes, há milhões e milhões de anos e que estamos explorando quando estamos fazendo um poçozinho aqui. Nós precisamos pensar em algumas áreas importantes que temos no País, onde tenha recarga desses aquíferos, aqui representados de forma bastante esquemática. Nós temos e nós sabemos quais são as áreas sensíveis que temos de olhar de modo territorial não apenas florestal, para que essas funções hídricas não se percam e, no futuro próximo, não tenhamos problemas no abastecimento hídrico para as populações urbanas.

(Próximo, por favor.)

Esta é a questão dos senhores: como podemos, dentro do Código, de uma forma indutiva ou restritiva – aí a decisão é em relação à legislação –, induzir essas faixas e áreas importantes que temos no território e que isso seja um reconhecimento da sociedade que possa, de alguma forma, recompensar nosso agricultor guardião de recursos naturais. Essa é a estratégia da cenoura ao invés do chicotinho, ou seja, como podemos fazer para que nosso agricultor, de fato, perceba essa realidade, que ele já percebe, mas que ele possa, de uma forma satisfatória, preservar e produzir alimentos em nosso País.

(Próximo, por favor.)



Este é apenas um exemplo. Temos que ver que nossa própria agricultura necessita dessas áreas de cobertura nativa dentro da própria paisagem. Então, paisagens sustentáveis, minimamente planejadas, aquelas áreas que de fato não têm potencial agrícola, aquelas terras que não têm potencial agrícola, que deveriam ser preservadas. E temos "n" exemplos no País dessas regiões onde, na história de ocupação do Brasil, por exemplo o ciclo do café, tivemos ocupação e essas áreas são degradadas, que poderiam ser hoje um vetor de reflorestamento ou um vetor de desenvolvimento econômico de áreas, inclusive, que estão com problemas de desenvolvimento econômico. E a própria agricultura se beneficia disso. As pragas e as doenças e os polinizadores nos preocupam em cenários de mudança de clima.

Então, senhores, essa foi, de uma forma bastante breve, a mensagem que quis trazer aqui para auxiliá-los neste processo de discussão e de tomada de decisão sobre a revisão do nosso Código Florestal Brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nós é quem agradecemos, Dr. Celso, pela sua exposição que traz elementos importantes para conhecimento desta Comissão.

Convido, na sequência, o Dr. Ricardo Rodrigues, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz.

Quero dar uma explicação às Sras e aos Srs. Senadores. Quando aprovamos esta audiência conjunta das Comissões de Meio Ambiente e de Agricultura, foi para convidar a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e a Academia Brasileira de Ciências, as duas instituições, que nos solicitaram a indicação de algumas pessoas para que cada um dos pesquisadores abordasse determinados temas. Então, concordamos com isso, em função de que o nosso objetivo aqui é recolher o máximo de informações.

Nós temos dois palestrantes ainda: o Dr. Ricardo Rodrigues e o Dr. Elíbio Rech Filho, da Academia Brasileira de Ciências.

Em seguida, vamos abrir para as intervenções dos Senadores, como anunciamos aqui na última reunião conjunta, pela ordem de chegada, começando pela nobre Senadora Ana Amélia.

Convido, então, o Dr. Ricardo Rodrigues, da Esalq.

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Bom-dia a todos. Bom-dia ao Senador Rollemberg. Bom-dia aos demais Senadores.

Eu vou aqui tentar contribuir, então, com esta discussão que estamos fazendo desde julho do ano passado sobre o Código Florestal, dentro do grupo da SBPC, no qual um dos produtos é o livro recentemente produzido.

Vou reforçar algumas questões já levantadas pelo Donato e pelo Celso. Nós da Academia consideramos, efetivamente, que o Código Florestal de 1965 precisa ser atualizado, deve ser atualizado, já que se baseia no conhecimento de 1965. Mas não consideramos que isso efetivamente foi feito da



forma como deveria ser feita no substitutivo. Então, vou mostrar alguns aspectos disso.

(Próximo, por favor.)

Uma das questões em que temos batido muito, uma das pessoas do grupo é o Prof. Carlos Joly, que está aqui também, o coordenador do Programa Biota da Fapesp e hoje está no Ministério do Meio Ambiente. A gente tem a clareza da importância das Áreas de Preservação Permanente e da reserva legal para a conservação da biodiversidade remanescente na paisagem.

(Próximo, por favor.)

Nisso, o Brasil, no ranking dos 17 países de maior biodiversidade, é o B1, é o principal em termos de biodiversidade, nos chamados países megadiversos.

(Próximo, por favor.)

E uma questão que é muito clara: essa diversidade não está nas Unidades de Conservação. Nós não conseguimos, nas Unidades de Conservação, conservar toda a biodiversidade remanescente. Ela está, sim, na propriedade privada. Então, temos de ter instrumentos legais efetivos para a conservação dessa biodiversidade remanescente, dentro desse planejamento da paisagem que o Celso comentou.

(Próximo, por favor.)

Isto são alguns números: anfíbios, 870 espécies; aves, 1.820 espécies; mamíferos, 650 espécies, e assim por diante; plantas, 55 mil espécies.

(Próximo, por favor.)

A questão das Áreas de Preservação Permanente é muito clara na ciência, a importância dessas áreas por tudo o que já foi comentado, pela questão de controle de erosão e de assoreamento, pela questão de proteção dos recursos naturais.

(Próximo, por favor.)

Se consideramos como áreas insubstituíveis, há uma questão que não está nem no Código de 1965 e também não está muito clara no substitutivo, que é o papel dessas Áreas de Preservação Permanente como corredores biológicos. Então, na paisagem, ela é um grande integrador da paisagem, podendo interligar toda a paisagem, os fragmentos remanescentes, o que é fundamental para a manutenção da biodiversidade.

(Próximo, por favor.)

Isto já está demonstrado em vários trabalhos científicos, o papel das matas ciliares como corredor ecológico para a fauna, para a grande fauna, para as aves. Isso já está extremamente investigado em termos de ciência.

(Próximo, por favor.)

Logicamente, a efetividade do corredor depende da largura, da qualidade desse *habitat* e da conectividade. Com isso, teremos a efetividade. Então, é isto que tem sido debatido: um corredor de 7,5 metros ou um corredor



de 15 metros não vai fazer o papel. Nós estamos discutindo como conseguimos com corredores de 30, considerando 60, fazer efetivamente esse papel, mas todos os dados apontam que isso seria a metragem mínima para um corredor, considerando um corredor ripário para esse papel de corredor ecológico.

(Próximo, por favor.)

Essa é uma situação de aparência, uma APP, plantada com cana-de-açúcar, em São Paulo, em 1986.

(Próximo, por favor.)

E, hoje, nós temos tecnologia. Essa mesma APP, já restaurada, numa foto de dez anos depois. Temos, hoje, tecnologia para uma restauração dessas APPs e também da reserva legal com alta diversidade e com sustentabilidade, com a qual elas vão se perpetuar no tempo.

(Próximo, por favor.)

Sobre a reserva legal, temos clareza da importância desse instrumento. Ela se refere a um ecossistema distinto do ecossistema ripário. Isso é importante a gente entender. Quando falamos dessas coisas serem juntadas, estamos juntando coisas muito distintas. Então, esses dois instrumentos precisam ser, efetivamente, entendidos como situações separadas. A vegetação que ocorre na condição ribeirinha não é a mesma vegetação que ocorre na situação fora da condição ribeirinha. Então, isso tem uma importância muito grande na paisagem.

(Próximo, por favor.)

Então, essa é a condição desses fragmentos fora da APP.

(Próximo, por favor.)

E a constituição desses fragmentos na paisagem tem um papel importante de grandes e pequenos fragmentos, como trampolins ecológicos exatamente na manutenção dessa biodiversidade. Então, isso está já cientificamente demonstrado em vários trabalhos, o papel desses pequenos fragmentos na conservação dessa biodiversidade remanescente, mesmo daqueles fragmentos de dois, três hectares, mas que, na paisagem, acabam estando interligados, com fragmentos maiores, às vezes até como unidade de conservação.

(Próximo, por favor.)

Isso já foi demonstrado em vários trabalhos, bem demonstrado o papel dos pequenos fragmentos na manutenção de populações de anta.

(Próximo, por favor.)

Isso para a importância do palmito.

(Próximo, por favor.)

Então, toda a redução desse papel dos corredores com as mudanças climáticas. Então, isso é uma modelagem feita por palmito, mostrando a área de ocorrência hoje, como é que ela pode estar em 2100, com aumento de três graus. Isso só vai ser possível – não vamos perder essas



espécies – se tivermos os corredores ecológicos, porque a espécie não tem como sair andando e pulando para um outro fragmento que não vai ser extinto com essa redução das áreas, com a possível mudança climática.

(Próximo, por favor.)

Isso tudo está extensamente publicado, traduzido. Esse é o *site* da Biota Neutrópica, que é a revista do Programa Biota, da Fapesp, em que há um número ali, específico, sobre o Código Florestal Brasileiro, que foi discutido.

(Próximo, por favor.)

São vários capítulos tratando desse impacto da mudança do substitutivo nesses grupos da biodiversidade, com peixes, com anfíbios, com répteis, com fauna, com avifauna, com mamíferos, com borboletas, abelhas, uma relação com a produção canavieira sobre a qual vou falar com vocês, com recursos hídricos, com a vegetação de campo rupestre para APP de topo de morro e assim por diante; de pessoas como Aziz Ab'Saber, Tundisi, o próprio Joly e outros autores. Isso está em PDF, disponível nesse *site*.

(Próximo, por favor.)

Considerando a propriedade rural, definida pelo Código de 1965, como tendo área agrícola, área de preservação permanente e reserva legal, são várias as publicações que demonstram, hoje, trabalhando com modelagem de algumas culturas, quando discutimos os 20% de reserva legal, por exemplo, como restritivo, hoje já há várias situações na propriedade que já compõem a reserva legal e que não são usadas para produção agrícola. Por quê? Porque são áreas de baixa aptidão agrícola. Não teria sentido continuar usando ou usá-las, porque acabam sendo áreas abandonadas.

Então, esse é um exercício feito para 612 mil hectares de cana-de-açúcar – representa 10% da cana-de-açúcar –, duas mil propriedades. A APP representa em torno de 10% da propriedade, metade disso está sem florestas e metade com florestas. Temos 5% de fragmentos fora de APP, que comporiam, já, a reserva legal; temos 0,5% daquele corredor ecológico, do qual falamos para vocês. Então, usaríamos 0,5% da paisagem para interligar os fragmentos na APP e temos 8% de áreas que já foram abandonadas pela atividade de produção, porque são áreas de baixa aptidão agrícola.

(Próximo, por favor.)

Isso resulta, na verdade, em um déficit para a cana de açúcar, considerando a cana de açúcar como altamente impactante, historicamente, em termos de uso de área agrícola, de 7,5%. E ninguém da academia, ninguém propõe que estes 7,5% sejam em cima de área agrícola de grande aptidão agrícola. É essa a possibilidade que temos de compensação fora da matrícula nessas áreas de menor aptidão agrícola.

Por isso estamos discutindo que o Código Florestal não é um só ambiental. É um Código de planejamento agrícola e ambiental da paisagem.

(Próximo, por favor.)



Dentro dessa perspectiva, fizemos esse estudo para o Estado de São Paulo.

(Próximo, por favor.)

E, reforçando aquilo que eu falei para vocês, São Paulo tem quatro milhões, trezentos e quarenta mil hectares de remanescentes naturais, isso só representa 17% da área do Estado – o que foi já 80 –, e, destes quatro milhões, trezentos e quarenta, só oitocentos e sessenta e quatro mil hectares estão dentro de unidades de conservação. Ou seja, a grande maioria está na propriedade privada. E é essa propriedade privada que faz a conservação da biodiversidade remanescente. Isto para São Paulo e para todos os Estados brasileiros. Então, temos de ter um instrumento para viabilizarmos essa conservação e, logicamente, o Código Florestal é o melhor instrumento para isso.

(Próximo, por favor.)

Isso está publicado. Nessa publicação, em que fizemos o exercício para São Paulo, apresentamos as áreas que poderiam ser compensadas fora da matrícula, fora da propriedade e daqueles 7,5%. Então, indicando na paisagem, por meio desses mecanismos que o Donato falou de sensoriamento, as áreas que são mais propícias para a compensação daqueles 7,5% fora da matrícula.

(Próximo, por favor.)

Esse é o caso. Por exemplo, todas as áreas que estão em vermelho ou em amarelo foram indicadas para a composição de reserva legal, as melhores áreas como RPPN, e a ligação desses fragmentos na paisagem, por meio dos corredores ecológicos e da restauração da APP. Do que estamos falando? De uma usina de cana de açúcar em Ribeirão Preto, Sertãozinho, pode compensar os 7,5% dela que falta de reserva legal aqui na região de Franca, nesse topo aqui, considerando dentro da mesma bacia hidrográfica ou da mesma unidade de gerenciamento dos recursos hídricos, que foi a proposta desse trabalho.

(Próximo, por favor.)

Isso também está publicado.

(Próximo, por favor.)

Tem uma iniciativa muito interessante do pacto da Mata Atlântica, isso foi recente, há dois anos. É, na verdade, uma junção de todos aqueles que trabalham na Mata Atlântica com restauração, e, pela não efetividade das ações de restauração, foi feito esse pacto da Mata Atlântida, que tem dados bastante interessantes.

(Próximo, por favor.)

Um dos dados que apresenta é esse mapa de áreas potenciais para restauração florestal na Mata Atlântica.

(Próximo, por favor.)



Se a gente olhar esse gráfico, nós concordaríamos com o substitutivo, porque a área da Mata Atlântica está aqui. Quanto tem de vegetação nativa na Mata Atlântica? Quanto que dessa vegetação não está protegida como unidade de conservação e APP? Nós temos 23 milhões de hectares que não estão protegidos como unidade de conservação e APP. E o único instrumento que temos de proteção hoje, legalmente, é a reserva legal. E aí temos o que comporia a reserva legal Estado por Estado. E aí dão números bastante interessantes: o déficit de vegetação nativa para a composição da reserva legal nos Estados. Então, temos Estados como o de Minas Gerais que tem um déficit de 319 mil hectares. Faltam 319 mil hectares para composição da reserva legal em Minas Gerais. No entanto, Santa Catarina tem uma sobra de 835 mil hectares para a composição da reserva legal. Isto soma, no total, para a Mata Atlântica, dois milhões e setecentos mil hectares. Ou seja, com dois milhões e setecentos mil hectares regularíamos ou regularizaríamos todas as propriedades da Mata Atlântica.

Agora, a pergunta que foi feita aqui, e que está discutida no Código Florestal e no substitutivo, é que nós só estamos pensando em florestas para a compensação da reserva legal. Faltam florestas para regularizar a propriedade, no que se refere à reserva legal.

Mas, tudo que o Celso falou, e que foi comentado aqui, historicamente, nós abrimos muitas áreas para agricultura que são consideradas inaptas para a prática agrícola, e que hoje estão abandonadas, ou estão mal utilizadas, ou estão subutilizadas, que poderiam compor essa conta da reserva legal. E foi isso que nós fizemos.

(Próximo, por favor.)

Nós somamos uma conta simples: pegamos pasto na mata atlântica, na declividade de 25 a 45 graus. Quem conhece um pouquinho de área agrícola sabe do que estamos falando; estamos falando de pasto em morro mesmo. Se a vaca bobear, ela rola até lá embaixo. E estamos falando desse pasto por Estado. Olha a quantidade que nós temos na mata atlântica: 6,5 milhões de hectares. Ou seja, três vezes o déficit da reserva legal. E aí é que está a proposta. Nós vamos continuar com esses pastos, que rendem em média R\$200,00 por hectare/ano? Isso sendo otimista. Quem trabalha com pecuária sabe disso. Sendo otimista, num pasto como esse, se ganha R\$200,00 por hectare ao ano.

(Próximo, por favor.)

É disso que estamos falando.

(Próximo, por favor.)

Ou isso.

(Próximo, por favor.)

Ou isso. Ou isso. Ou isso. Ou isso.



É lógico que o eucalipto está entrando nessa área, porque é a área que tem menor competitividade. Não vai entrar na área de soja, não vai entrar na área de milho, vai entrar na área de maior aptidão florestal e menor aptidão agrícola. Lógico, competindo com pastagem, que rende R\$200,00 por hectare/ano.

(Próximo, por favor.)

É essa situação.

(Próximo, por favor.)

É essa situação. Essa foto é de novembro do ano passado. Nós estamos hoje, em 2011, em um Brasil que se considera altamente vocacionado para a produção agrícola, produzindo nesse ambiente.

Somente como um parêntese, esse menino foi me fotografar e quase caiu, porque ele está apoiado na enxada.

(Próximo, por favor.)

Essa é uma plantação de chuchu na região de Teresópolis, que inclusive não existe mais, porque já escorregou. Essa é a realidade que nós temos hoje na nossa agricultura, nessas regiões marginais.

(Próximo, por favor.)

Fizemos esse desafio na pecuária, em Paragominas. Considerando que hoje a pastagem é o grande desafio nosso, como o Celso comentou, é a maior área da nossa agricultura, que foi aberta para a agricultura, e é a área que tem o menor pacote tecnológico, que poderia ser ampliado – certamente nós conseguiríamos ampliar toda a nossa agricultura ocupando áreas de pastagem –, fizemos essa experiência em Paragominas como um exercício. Essa é uma propriedade de pecuária em Paragominas.

(Próximo, por favor.)

Paragominas está dentro de uma proposta de município verde, depois de ter sido incluído como município maior desmatador, etc. Saiu da lista e agora está nessa proposta de município verde.

(Próximo, por favor.)

O que criamos em Paragominas é produzir um mapa, esse que o Donato comentou, com todas as regularidades e irregularidades ambientais da propriedade.

(Próximo, por favor.)

Esse mapa gera um mapa das áreas agrícolas que podem ser utilizadas para a agricultura, tirando as APPs e a reserva legal.

(Próximo, por favor.)

Geramos um mapa daquele que o Donato comentou, das restrições para a produção agrícola, e ao que sobra se aplica um pacote tecnológico para aumento da produtividade da pecuária. Ou seja, nós vamos ter uma pecuária de alta produtividade com uma propriedade regular em termos ambientais.



(Próximo, por favor.)

É disso que estamos falando. Essa é uma propriedade em Paragominas. Aquilo é pasto e isso é pasto.

(Próximo, por favor.)

Na nossa definição, isso vai para a compensação da reserva legal.

(Próximo, por favor.)

Isso é aplicação da tecnificação da pecuária.

(Próximo, por favor.)

Essa é outra situação, uma fazenda de pecuária que foi desmatada há menos de dez anos. Olha a situação em que houve o desmatamento. Isso não tem nenhuma aptidão para tecnificar a pecuária. É por isso que nós falamos que pecuária dá uma cabeça por hectare, porque é esse tipo de pasto que estamos usando.

(Próximo, por favor.)

O que nós fazemos? Essa área volta para a composição da reserva legal.

(Próximo, por favor.)

E essa área tecnifica a pecuária, aumentando de uma para três cabeças por hectare, três unidades animal por hectare.

(Próximo, por favor.)

Olha que belíssima fazenda de pecuária, também na região de Paragominas.

(Próximo, por favor.)

Nessa fazenda há uma situação dessas. Foi retirada da área agrícola, revertida para a reserva legal.

(Próximo, por favor.)

E ali em cima, no plano, a tecnificação da pecuária.

(Próximo, por favor.)

Essa é uma situação em Minas.

Essa é a nossa realidade. Será que é de Código Florestal que estamos falando, ou é de política agrícola? Essa fazenda não tem reserva legal. Olha a situação. Porque foi desmatada e foi incorporada à área de produção.

Aqui, felizmente, não tem casa, porque se tivesse teria escorregado. Então, essa é a nossa realidade. Essa propriedade tem que ter um planejamento agrícola aqui, para tecnificar e ter alta produtividade, e um planejamento ambiental para essas áreas que não têm aptidão agrícola.

(Próximo, por favor.).

Essa é uma propriedade em que já fizemos isso. Olhem que interessante. Com três anos, vizinha daquela.

(Próximo, por favor.)

Essa é a área de complementação da reserva legal.

(Próximo, por favor.)



E aquela, a área de tecnificação da pecuária.

(Próximo, por favor.)

Ainda estamos trabalhando nesse projeto de Paragominas, com o enriquecimento da reserva legal. Por quê? A reserva legal permite o enriquecimento. E o que estamos fazendo é plantar nessas matas que foram exploradas historicamente – com a exploração de madeira, com queimadas, etc –, que hoje não são usadas para nada e que são um empecilho naquela propriedade. Nós estamos entrando na área, abrindo trilhas e plantando madeiras de lei nativas, medicinais e frutíferas como uma alternativa de renda para esse agricultor.

(Próximo, por favor.)

Essa é a situação lá, nessa fazenda de pecuária.

(Próximo, por favor.)

Esse é o proprietário dessa soja, que está enriquecendo as florestas.

(Próximo, por favor.)

Isso está publicado também.

Nós temos três modelos de enriquecimento, usando só nativas; quando não há florestas, usando, inclusive, eucaliptos como temporário.

(Próximo, por favor.)

Esse é um exemplo feito na região da Mantiqueira. Esse é o pasto que foi restaurado.

(Próximo, por favor.)

Esse pasto foi restaurado com três princípios: madeira, medicinais, frutíferas e melíferas.

(Próximo, por favor.)

Dentro do conceito de reserva legal, ou seja, temos um pasto degradado, plantamos árvores nativas para explorar. Como é isso? A cada 10 anos exploramos.

(Próximo, por favor.)

E plantamos. É o sistema de produção de espécies nativas e florestais.

(Próximo, por favor.)

E não extrativismo, como estamos acostumados historicamente, no Brasil.

(Próximo, por favor.)

Sobre isso, há uma tese de doutorado feita por uma funcionária da Embrapa, com orientação do Ademar Romeiro, um economista da Unicamp, que mostra dados interessantíssimos. Ela comparou sete ciclos de produção, com laranja, com milho e com essa reserva legal manejada.

Olhem que interessante: laranja, R\$1,5 mil por hectare/ano; milho, R\$563,00 por hectare/ano, com picos de R\$1,5 mil e negativos de R\$64,00. E



olhem a madeira. Isso aqui é só para madeira em pé. O proprietário, vendendo a madeira em pé, na propriedade, sem nenhuma agregação de valor, saiu de R\$188 e chegou a R\$470,00 por hectare/ano.

Quatrocentos e setenta reais por hectare/ano é pelo menos duas vezes a média de rendimento da nossa pecuária brasileira. Isso, produzindo-se madeira nativa.

(Próximo, por favor.)

Esse, na reserva legal, vai ter esses R\$470,00 por hectare/ano. Então, estamos falando de um agricultor num morro, lá em Minas Gerais. Na reserva legal, ele vai ganhar R\$470,00 por hectare/ano, restaurando o pasto dele na reserva legal.

(Próximo, por favor.)

Se ele restaurar a área agrícola dele, com essa floresta também, em vez de ganhar os R\$200,00 por hectare/ano, que está ganhando com aquela pecuária atual, vai ganhar os R\$470,00, explorando aquela floresta, e algo em torno de R\$300,00 por hectare/ano, usando aquela área para a compensação da reserva legal de uma outra propriedade, naquela bacia, que não tem reserva legal. Então, aqueles 7,5% da cana que está faltando na usina de cana podem ser obtidos exatamente nessa condição, em que a usina de cana vai complementar no sistema de servidão e pagar R\$300,00 por hectare/ano a esse agricultor, para ele cumprir o papel dos 7,5% de reserva legal que aquela usina não tem.

(Próximo, por favor.)

Com isso, esse agricultor vai ter R\$770,00 por hectare/ano numa área em que ganhava algo em torno de R\$200,00 por hectare/ano. Isso não só é uma questão econômica, mas também uma distribuição de renda, etc., porque a usina está pagando a um agricultor, para a compensação de sua reserva legal. Isso está no Código, inclusive, de 1965.

(Próximo, por favor.)

A cadeia produtiva da restauração mostra números interessantíssimos, e não podemos perder isso de vista.

(Próximo, por favor.)

Há um levantamento desse impacto feito. Estamos falando, nessa meta de 15 milhões de hectares até 2050, de US\$ 77 bilhões nas próximas quatro décadas; estamos falando de gerar três milhões de postos de trabalho, isso já quantificado; de sequestrar 200 milhões de toneladas de CO₂ por ano, num total de dois bilhões de toneladas até 2010, logicamente, contribuindo-se, com isso, com todos os compromissos que foram assumidos pelo Governo Federal, para a questão das metas de emissões.

(Próximo, por favor.)



Do que estamos falando? Estamos falando em treinar essas pessoas para o preparo da área, para a coleta de sementes e para a produção de mudas, para plantio e manutenção dessas mudas.

(Próximo, por favor.)

Há um exemplo, uma história de sucesso interessantíssima, que vocês podem conhecer. Chama-se Cooperativa Cooplantar. Isso já foi criado há três ou quatro anos em Caraíva, na Bahia – quem não conhece Caraíva, é um lugar maravilhoso. O que essa cooperativa faz é restaurar APP e reserva legal para as empresas florestais Veracel, Suzano e Fíbrria. E hoje, depois de quatro anos, a cooperativa é a que traz maior recurso para o Município. É uma cooperativa de restauradores.

Isso tudo está nesse livro do código que a SBPC produziu.

(Próximo, por favor.)

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço ao Prof. Ricardo Rodrigues, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, que também traz informações bastante interessantes para enriquecer o nosso debate.

Agora, passo a palavra ao Dr. Elíbio Leopoldo Rech Filho, representando a Academia Brasileira de Ciências.

O SR. ELÍBIO LEOPOLDO RECH FILHO – Senador Rodrigo Rollemberg, muito obrigado pelo convite; demais membros da Mesa, Senadores e Senadoras presentes, é importante notar que as apresentações precedentes suportam, é uma conclusão sobre a importância do Código Florestal, que vai muito além de proteção de florestas e de plantio agrícola.

(Próximo, por favor.)

Se olharmos o nosso Planeta, hoje, podemos afirmar que o Código Florestal que estamos propondo e estamos discutindo hoje tem uma profunda implicação nesse cenário, não somente uma implicação para o Brasil, mas uma implicação para o Planeta, inclusive como um exemplo, uma oportunidade que o Brasil está tendo de sair à frente nessa relação do que chamamos da intensificação sustentável da produção de alimentos.

Existe um consenso mundial de que temos, necessariamente, de duplicar ou talvez triplicar a produção de alimentos nos próximos 40 anos. E alguns países vão ser responsáveis, os principais responsáveis por isso. E o Brasil vai ser um deles. Não é uma escolha nossa. É uma escolha logística e uma escolha pela própria economia desenvolvida pelo País ao longo do tempo.

(Próximo, por favor.)

Existe um dilema entre combustíveis fósseis e combustíveis não fósseis.

(Próximo, por favor.)



Esta é uma fotografia do nosso Planeta à noite. Vocês podem ver onde tem energia e onde não tem energia.

Sabemos que combustíveis fósseis fornecem grandes benefícios para a nossa sociedade.

Sabemos também que combustíveis fósseis causam um crescente impacto sobre o meio ambiente. Isso é um paradigma que nós sabemos hoje – temos mecanismos na parte de baixo. Vocês sabem, inclusive o Brasil tem sido protagonista de uma ação muito importante, a possibilidade de termos a cana-de-açúcar como a fonte de carbono mais barata existente no Planeta hoje nos possibilita o desenvolvimento de um combustível sintético, que está sendo produzido na região de São Paulo por duas empresas a partir de uma bactéria, a partir de uma alga. Quer dizer, se nós vislumbrarmos que hoje não existisse mais petróleo disponível, nós podemos produzir biodiesel e gasolina para avião, produzido em uma bactéria. Isso é fabuloso. E o Brasil tem estado envolvido nisso, como eu disse, ele é protagonista. Essas empresas estão fazendo isso aqui, em São Paulo, porque temos uma fonte de carbono muito barata que é a cana-de-açúcar.

Então, isso é exemplo de que esse paradigma, com a utilização do conhecimento e tecnologia, nós podemos solucionar.

(Próximo, por favor.)

Segurança alimentar é um dos principais desafios deste século.

(Próximo, por favor.)

Eu não preciso mostrar, todos vocês sabem que o crescimento populacional nos próximos 30 anos vai ocorrer, principalmente nos países em desenvolvimento; praticamente estável nos países industrializados.

(Próximo, por favor.)

Mas a próxima mostra a vocês os países, ou as regiões do Planeta, incluindo também os Estados Unidos, que vão ser os responsáveis pela duplicação de alimentos.

Agora, falando do Brasil, o nosso agronegócio é responsável por aproximadamente 40% do nosso PIB; gera milhões de empregos, e rende bilhões de dólares de exportação.

Nós temos, hoje, 0,9% de exportação de produtos manufaturados. Em 2030, provavelmente, vai-se elevar para 1,9%. Isso aí é um dado muito forte. Nos próximos 30, 40 anos, nós continuaremos a gerar riqueza para o nosso povo, vindo do agronegócio. Queiramos ou não – é claro que deveremos envidar esforços no sentido de matrizes produtivas de alto valor agregado, que venham certamente desenvolver paralelamente ao agronegócio. Mas não vislumbrem qualquer viabilidade (opção viável do desenvolvimento) para que isso venha a ser substituído, em curto prazo.

Qual a estrutura... É importante, quando a gente fala de agronegócio, ter a estrutura da agropecuária brasileira – dados do censo



agropecuário. Esses dados foram baseados, enquadráveis no Pronaf e não enquadráveis no Pronaf. Eles podem diferir pela definição que você tem de pequeno agricultor ou de médio agricultor. Mas os dados, a numerologia não é tão importante quanto à tendência.

Nós temos aproximadamente 3 milhões de estabelecimentos que envolvem 64% do número total, que produzem cerca de 30% do valor bruto da produção.

Nós temos 1 milhão de estabelecimentos, que correspondem a 30%, que produzem 76%. Nós temos, sim, agricultura moderna, do futuro, disponível, incrementada, em desenvolvimento do Brasil. Mas vocês imaginem se nós conseguirmos somente através de políticas públicas – e nós sabemos da questão dos pequenos agricultores e a falta de acesso, inclusive, de enxadas, animais para arar a terra. Então nós poderíamos transformar e, quem sabe, duplicar a produção por simples inclusão social, dos pequenos agricultores, para que eles passem a produzir até com índices de alta produtividade.

Nós temos instrumentos para isso, e instrumentos antigos, não são instrumentos modernos; e os instrumentos modernos vão permitir muito mais do que isso.

Então, o que vislumbramos no futuro? É uma fusão operacional de tecnologias que envolvem, como falei até agora, rotações de culturas e tecnologias desenvolvidas, até hoje no país, com tecnologias completamente inovadoras, que vêm caminhando para a redução efetiva de emissão de CO₂ em nossa atmosfera. Isso envolve o uso de transgênicos, o uso de biologia sintética, engenharia metabólica, e outras tecnologias disponíveis e que estão em uso no Brasil.

E quem sustenta tudo isso? É a nossa biodiversidade. A biodiversidade... Nós temos vários ecossistemas. E só falando do primeiro: a proteção dos recursos aquíferos. Eles são imperativos para que a nossa agricultura possa ser intensificada, tecnificada, e que nós façamos isso de uma forma sustentável.

(Próximo, por favor.)

Sinceramente aqui... Esta é uma foto da Índia que poderia ser tirada no Brasil também. É aí que vislumbramos a oportunidade de transformar esse segmento, não somente associado à produção e ao ganho de produtividade, mas, sim, talvez ao estabelecimento de uma nova métrica para a agricultura, onde esteja incluída também a porcentagem de criança na escola, em que a educação teria assim um papel muito importante, onde o Código também permearia isso, conhecimento ecológico local, sustentabilidade em termos de pequeno agricultor, utilizando alta tecnologia e produzindo mais com redução de emissão de gás carbônico na atmosfera. Se você vislumbrar que nós não podemos fazer uma reserva legal para um pequeno agricultor porque ele vai morrer de fome, nós não queremos um futuro de pequenos agricultores que



estejam envolvidos em subsistência. Se nós dermos a eles ferramentas mínimas que possam duplicar a produtividade, e isso é muito pouco, eles podem ter uma reserva. Então, é só uma quebra de paradigma e uma diferente forma de visão da nova métrica da agricultura, que vai incluir todo um cenário, até o próprio cidadão. Isso é uma verdadeira inclusão social. A isso eu chamaria de inclusão social que está nas nossas mãos e que nós temos oportunidade de viabilizar.

Só enfatizando o que eu disse antes, para completar, nós temos, sim, ciência de que os sistemas agrícolas causam impactos ao meio ambiente, mas nós temos consciência da existência de tecnologias do sistema produtivo que possam minimizar esses impactos ao meio ambiente.

Nós acreditamos que esse cenário de convivência é extremamente harmônico e extremamente desejável e uma opção viável de desenvolvimento para o Brasil.

Isso vai compor o que é a esperança para nós que trabalhamos na área de Ciência: a educação. É a educação das nossas crianças que vai gerar conhecimento e tecnologia e que vai ser responsável por sustentar o nosso planeta.

E como proposta aqui – vocês podem perguntar para que falamos tudo isso – seria viável a Casa estabelecer uma prioridade, Senador Rollemberg e demais Senadores, para que nós próximos seis meses, pudéssemos montar uma força-tarefa dedicada praticamente o dia todo no estabelecimento e na demonstração da potencialidade que essas tecnologias mostradas, que antecederam a minha apresentação, possam subsidiar, então, uma tomada de decisão final da Casa. Mas nós precisamos intensificar a ação do nosso grupo. Nós subsidiamos essa Casa com o livro que não é conclusivo; ele precisa de estudos e, como foi mencionado pela Drª Helena, a dedicação nossa não foi suficiente, nós temos várias outras ocupações, o nosso tempo dedicado não foi suficiente e nós gostaríamos que, se fosse possível, montar uma equipe que estivesse empenhada na efetiva demonstração de ampliação dos subsídios para que os senhores tomem decisão nos próximos meses sobre a matéria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Elíbio.

Quero registrar que, de parte desta Comissão de Meio Ambiente, e certamente também da Comissão de Agricultura, temos todo o interesse em conhecer os avanços dos debates da comunidade científica sobre o tema. Tenho convicção de que esse é o interesse também de todos os Senadores.

Quero registrar aqui, com muita alegria, a presença entre nós do Deputado Reinhold Stephanes, ex-Ministro da Agricultura.

E vamos, então, começar a ouvir os nossos Senadores. Quero sugerir... inicialmente tínhamos sugerido um bloco de cinco Senadores depois das perguntas. Como são muitos debatedores, pode ser que isso leve um tempo



muito grande. Nós temos 20 Senadores inscritos, alguns já não estão mais aqui. Talvez se a gente repartisse de dez em dez, pudéssemos dar uma melhor produtividade ao nosso trabalho.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Acho que pode ficar bastante longo o debate de dez em dez, mesmo porque vai desocupando também os Senadores para as outras Comissões. Eu acredito que de cinco em cinco, ficariam as respostas mais concisas e mais produtivo para nós, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Perfeita. Acatada a sugestão da vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia, por cinco minutos.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, eu queria cumprimentar porque no pedido de informação nós tínhamos recebido o requerimento de que estariam presentes apenas a ABC e a SBPC. Por isso que solicitei, porque havia o representante da Embrapa que aliás foi enriquecedor o debate em torno desse tema e também da Esalq. Foi oportuno o esclarecimento feito por V. Ex^a, já que os Senadores que integram a Comissão de Agricultura e o Meio Ambiente não receberam, previamente, a informação dessa alteração do requerimento original sobre a audiência pública de hoje.

Prestei muita atenção e queria cumprimentar todos os expositores, porque esse é um tema extremamente relevante.

Eu começaria com uma curiosidade, porque o Dr. Aleixo fez uma referência sobre quem está trabalhando, como foi feito o trabalho no ano passado e citou duas pessoas, um Parlamentar, Ivan Valente, e Toninho da Contag. Queria saber do senhor se o representante, por exemplo, no Congresso dos Produtores Rurais, eventualmente, participou desse debate.

O senhor citou bem a expressão multidisciplinar, que não é um tema exclusivo de ambientalista ou produtores. É um tema muito mais amplo que o nosso Professor Elíbio fala em nova métrica na agricultura que eu acho que é um tema muito adequado. Aí vem a transversalidade, temas econômicos, ambientais, sociais, todos. Por isso que faço a primeira pergunta, porque no tópico da apresentação desse trabalho da ABC e da SBPC entre os especialistas que trabalharam, apenas um tem vínculo com a economia. Não há geógrafos, administradores de empresas, economistas, analistas de mercado. Por ser uma questão multidisciplinar não teria que haver uma consideração desse aspecto, desse viés, da necessidade disso.



O Professor Donato Nobre, falou com muita... Até abrimos o debate sobre os brejos. E ele mostrou uma cena muito bonita que o impressionou, e qualquer um se impressionaria, sobre a erosão combatida em Wisconsin, nos Estados Unidos.

Como o senhor se concentrou muito sobre as questões dos rios, eu perguntaria sobre as questões relacionadas às APPs. Sobre a vinculação hidrológica.

Qual é a razão de não propor imediata cobrança da água pelos comitês de bacias hidrográficas em reversão desses valores para a recomposição dessas áreas e a remuneração dos produtores rurais para a manutenção das mesmas, considerando que isso é possível desde 1997, com a Lei 9.433. A propósito, como o senhor apresentou o caso dos Estados Unidos, queria saber do senhor, na questão específica das APPs, como é o regime, nos Estados Unidos, na Austrália, na Finlândia, na Espanha e na Suécia, em relação a essa matéria.

E ainda nessa questão, o estudo apresentado pelos senhores, tanto da SBPC quanto da ABC menciona as áreas urbanas (pág. 14). Pergunto se as duas entidades concordam com a exclusão da obrigação da reserva legal na área urbana que propõe o art. 20 do projeto sem qualquer compensação. Qual é o critério, considerando também o que abordou o Professor Elíbio sobre a questão dos combustíveis fósseis na área urbana.

Às folhas 9, tem uma afirmação que parte dos ganhos da produtividade alcançados pelo agronegócio tem sido repassados em benefício de diversos segmentos da sociedade, com a queda de preços relativos do produto agrícola e o aumento da produção. Alguns estudos, como foi mostrado pelo Professor Manzatto de 95 a 2008, o montante repassado foi da ordem de R\$837 bilhões.

Por outro lado, um trabalho da ESALQ, que foi referendado pela SBPC e pela ABC indica a necessidade de dois PIBs do agronegócio para a recomposição ambiental. O PIB de 2010 foi de R\$821 bilhões, ou seja, 1 trilhão e 160 bilhões de reais para recomposição de áreas produtivas.

Queria saber, considerando a atual manutenção da política agrícola, como é que as duas entidades estruturaram o cronograma físico-financeiro para que isso ocorra sem problemas de desabastecimento e inflação, até porque o Professor falou muito das necessidades mundiais de comida para o Planeta.

Na página 34 desse trabalho, informa-se que a redução de preço da qual se beneficiou a sociedade, o setor que mais contribuiu foi a pecuária, com uma redução de 54% do preço praticado. Os dados do Cepea/USP demonstraram que a pecuária está com um custo de produção acima do preço pago pelo produto há oito anos. Como é que a SBPC e ABC sugerem liberar 61 milhões de hectares da pecuária se os ganhos do setor não equivalem sequer



aos preços de custo? De onde virá o orçamento e qual o cronograma físico-financeiro dessa proposta?

Já na página 36, o trabalho estabelece três medidas para liberação de 61 milhões de hectares: recuperação de áreas degradadas, confinamento de gado, integração lavoura-pecuária. A SBPC e a ABC já fizeram a planilha de custos para informar se haverá ou não aumento do preço da carne e de outros produtos também? Em caso positivo, de quanto seria esse aumento? Qual é o preço a ser praticado pelo mercado para que essas mudanças sejam economicamente viáveis, aí também dentro da lógica do Prof. Elíbio, sobre as necessidades de alimento?

Também na página 11, quanto à afirmação de que “liberados os 61 milhões de hectares para a produção de alimentos, a produção agrícola estaria garantida”, eu perguntaria: carne e leite não são considerados como alimentos para a SBPC e a ABC? Também pelo fato de que a cadeia produtiva, especialmente do leite, é a que mais emprega no País.

Então são essas as minhas questões. Só queria também... Aí mais uma provação ao Dr. Aleixo. Ele fez menção ao artigo do Senador Humberto Costa e mencionou também a necessidade de um diálogo sobre a matéria. Na área científica, é fundamental a discordância, ela faz parte do processo. Mas há uma palavra inadequada para quem busca o diálogo: irracionalidade. Não se pode imaginar que 410 pessoas foram iracionais para examinar, acredito que houve o convencimento. Para abrir o diálogo, temos que começar respeitando uma decisão que foi majoritária na Câmara Federal.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

O próximo inscrito é o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Cumprimento o nosso Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, nossos convidados desta reunião, desta audiência pública, também as Sras Senadoras e os Srs. Senadores aqui presentes.

Na realidade, de todos os que falam e a quem eu ouço, sempre fico com uma dúvida no final: o que as pessoas que estão explanando, que estão se posicionando, querem no final? Sinceramente, não consegui ter uma ideia precisa do que a bancada da ciência – se podemos chamar assim – vai deixar nesta reunião, nesta audiência pública de hoje. “Nosso posicionamento é esse”, bem claro. Porque, quando falamos em questões do meio ambiente, e ficou bem claro por todos que falaram, que as interações e a forma como você mexe com o segmento, altera outros segmentos. Você tem gente no meio, tem costumes, uma série de coisas que serão alteradas se você exigir um tipo de situação.



A realidade é que também conseguimos perceber hoje, nessa fala, que a questão ambiental está ligada também à questão da infraestrutura. O Dr. Celso colocou bem, e aí quero remeter esse assunto para reflexão, a questão do Estado do Mato Grosso, do qual venho e represento junto com o Senador Pedro Taques, que está nesta reunião. Nós, no Estado de Mato Grosso, ocupamos 7,8% do território para fazer agricultura. E, nesses 7,8%, nós somos o maior produtor de soja, o maior produtor de algodão, temos a segunda maior produção de milho e uma indústria de etanol de 1 bilhão de litros por ano, enfim, e toda atividade agrícola familiar. Estão todos envolvidos nesses 7,8%. E nós conseguimos tirar desses 7,8%, em grãos, 30 milhões de toneladas de lá. Mas nós poderíamos, nesse mesmo espaço, tirar 60 milhões de toneladas de grãos, só que nós não somos competitivos, porque nós não temos um sistema modal que seja compensador e que faça com que os produtores tenham uma opção, por exemplo, de deixar de fazer só soja, na época do verão, e que possam fazer milho. Nós não temos um sistema de armazenagem que permita que as duas safras fiquem regulando no interior, até que o consumidor final precise, no centro-sul do País, ou que tenhamos que mandar essa produção para o exterior, exportando-a.

Então, a questão ambiental que estamos discutindo transpassa muito mais do que só a ciência, a minha vontade, a necessidade do produtor, mas a política que o Brasil precisa colocar para regular tudo isso. Cito como exemplo – não tem ninguém do Amazonas hoje aqui – o Senador João Pedro está aqui, se não fora a presença da Zona Franca de Manaus, naquele território, nós não teríamos hoje, passados já 50 anos de ocupação da Amazônia Legal, 98 ou 92, não sei o número exato, de conservação naquele território. Então, atividades econômicas ligadas com infraestrutura e políticas públicas podem e vão direcionar o que queremos do nosso País em termos de área ambiental e de conservação. Mas, uma coisa – e aqui, também, foi discutido e fica claro – assim como nós Senadores estamos buscando um entendimento, temos divergências de pensamentos pontuais, mas todos nós queremos o mesmo caminho, o que embora eu não tenha sentido, como disse no início, uma questão firme e pontual dos senhores nesta Mesa, mas também consigo entender que os senhores querem um entendimento, também querem e estão de acordo que o setor agrícola não pode ser abandonado, ele tem que se adequar ao novo momento, e temos que criar as condições para que isso aconteça.

Então, temos aqui uma tarefa bastante grande a ser realizada. A única coisa que não podemos, pelo menos eu acho que não podemos, aqui é dizer que o tempo é pouco para nós discutirmos a matéria. Talvez seja pouco para discutirmos a matéria. Mas essa matéria vem sendo discutida no Congresso há 11 anos, e o setor produtivo não pode mais ficar esperando, não tem condições de fazer o enfrentamento com aqueles que são os fiscais da lei; e eles devem fiscalizar a lei. Mas, como a lei está desatualizada, se esse é o



termo correto, e ela não foi observada, nós precisamos trazê-los à atualidade, e dar paz ao campo para que possamos continuar a produzir, colocar alimento barato na mesa do brasileiro e daqueles para quem exportamos também.

Agora, os *slides* aqui trazidos pelo Dr. Nobre nos levam a uma situação de que realmente temos que refletir, temos ferramentas diferentes, modernas, que podem nos dar uma interpretação diferente do que é o meio ambiente. Mas aí, e foi feita uma proposta aqui, acho que pelo Professor Rech, no final, de adiarmos para discutirmos. Eu digo: não temos condições de fazer isso.

Agora, o que podemos fazer, logo depois de votar, e vencida essa etapa, é criar aqui uma comissão, neste Senado, Senador Rollemberg, para que, ao longo do tempo, dos anos pela frente, possamos discutir. E, ali na frente, a sociedade vai exigir uma nova postura. E quando chegar esse momento, todos os Senadores, aqueles que se interessam pelo assunto e a sociedade, conheçam essas ferramentas. Confesso que já ouvi falar das ferramentas, mas não as conheço. Se, talvez, eu as conhecesse, assim como V. Ex^a conhece, eu teria uma outra posição nesse momento. Mas nós não podemos, de fato, postergar essa nossa votação, que a sociedade espera, a Câmara fez o trabalho que tinha que ser feito, o Deputado Aldo Rebelo ouviu a sociedade, e o que veio da Câmara, quero crer, é a vontade dos setores produtivos e de boa parte dos ambientalistas, também. Cabe ao Senado aplauniar isso e levar à votação: aquilo que for consenso, sai no consenso; o que não for, legitimamente, democraticamente, vai a voto no plenário para decidirmos.

Quero cumprimentar a todos pela participação e dizer que, embora, mais uma vez, eu não tenha conseguido claramente entender a posição, mas contribuiu, e muito, com o nosso debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

Nosso próximo inscrito é o Senador Antonio Russo. (*Pausa.*)

Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de agradecer também a presença de todos aqui para colaborar neste assunto tão importante para o País.

Vou fazer algumas considerações rápidas de cada um, se o senhor me permitir, Sr. Presidente.

Primeiro, a Dr^a Prof. Helena Nader. Sinceramente, apenas citou algumas questões políticas sobre como a ciência pode ajudar. Disso ninguém tem dúvidas, no Brasil, e acho que nem no mundo. Mas disse que o Código Florestal está sendo aprovado às pressas.



Eu quero apenas lembrar à Prof. Helena que nós estamos há 15 anos, desde 1996, quando se editou pela primeira vez a medida provisória que transformou o Código Florestal brasileiro, tentando aprovar uma mudança no Código Florestal. Quinze anos! Desde 1996. E se nós o estamos aprovando às pressas, eu não consigo entender, realmente, qual é o tempo que vocês acham necessário para que cheguemos a um consenso.

Agora, eu devo confessar o erro, talvez dos parlamentares ou da própria instituição de defesa dos produtores, a própria CNA que eu presido, por não ter convidado os cientistas, mas eu acho que vocês poderiam ter tido, nesses 15 anos, a proatividade e participado dos debates.

Nós estamos contando, por todo esse período, com muitos pesquisadores da Embrapa, no sentido de transformar a agricultura brasileira numa das mais formidáveis do Planeta.

Hoje a agricultura brasileira não é a mais eficiente nem a mais produtiva, mas é a que mais cresce no mundo em termos de eficiência e em termos de produtividade. Logo, logo, nós vamos chegar a ser os mais do mundo em eficiência e produtividade.

O Prof. Antônio Aleixo disse que o Código não pode prejudicar a agricultura. Eu só concordo com o termo equivocado. O Código de hoje, o atual, que está em validade, prejudica, sim, a agricultura brasileira, porque criminaliza 95% dos produtores do País e de toda a produção agropecuária.

E concordo com a Ana Amélia Lemos: o senhor chamou os antropólogos, os socialistas, mas não chamou quem entende de economia. Acho que discutir meio ambiente de forma dissociada não é inteligente para o País, mesmo porque nós estamos tratando do setor mais importante da economia nacional. Então, eu concordo plenamente que todos os setores devem contribuir nesta discussão, porque não é apenas a questão ambiental, a questão econômica ou a exportação ou o emprego ou o PIB; eu acho que é o conjunto de tudo isso é que vai fazer com que o nosso Código possa ficar mais eficiente. Então, a visão não pode ser setorial. Mas, do ponto de vista técnico, pontual, o senhor e a Prof. Helena não fizeram nenhum esclarecimento nesta oportunidade. Tenho certeza de que, em outras oportunidades, poderão fazê-lo, pontuar especificamente o que tem de errado no que estamos tratando.

Prof. Donato Nobre, irmão do Carlos Nobre, que foi presidente do Inpe: as paisagens inteligentes.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – É seu irmão, não?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Pesquisador do Inpe.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Ah, sim. É porque eu o conheço bastante.



Paisagens inteligentes. Eu gostaria de convidá-lo para participar na CNA, se o senhor entender que pode ir, para nós lhe apresentarmos o projeto Biomas, que é o maior projeto em parceria com a Embrapa, e que ninguém mencionou conhecer. (Pausa.)

Fico feliz pelo seu conhecimento do projeto Biomas, mas o projeto se resume, se restringe às paisagens inteligentes. Nós estamos criando as vitrines tecnológicas, estamos investindo US\$20 milhões nesse projeto, junto com a Embrapa, que foi que criou esse projeto. E ele é maravilhoso porque é simples. É justamente unificar toda a pesquisa nacional nas vitrines tecnológicas, uma em cada bioma do País, para que os produtores possam copiar essas técnicas que já estão disponibilizadas pelos cientistas e pesquisadores do País. Então, o projeto Biomas é exatamente o que nós estamos procurando: fazer a coisa certa, usando a tecnologia, usando a ciência, propriedade por propriedade.

Com relação a brejo e várzea, nós vamos deixar para uma outra discussão, se o senhor me permite.

Com relação ao que o Prof. Celso Manzano disse, eu gostaria apenas de lembrar uma continha rápida: se nós analisarmos o Censo Agropecuário desde 1960 até o último, que foi o de 2006, a propriedade privada, que está na mão dos agricultores do País, aumentou em 32%, mas a área de floresta dentro dessas propriedades privadas saiu de 55 milhões de hectares para 94 milhões de hectares! Foi um crescimento de 68%!

Então, eu repito: a propriedade privada, entre altos e baixos, entre aumentos e descidas, teve uma evolução em 32%, e as áreas de floresta, dentro das propriedades, que são reserva legal e APPs, tiveram um crescimento de 68%, o que significa que, na verdade, no próximo Censo Agropecuário, senão modificarmos o Código Florestal, teremos um aumento de floresta dentro das fazendas em torno de mais de 50 milhões de hectares. Então, se algum dia as florestas já se sentiram emparedadas, hoje quem está emparedada é a produção agropecuária, porque, como ele mostrou ali agora há pouco – e os números são idênticos aos que temos, porque, claro, estamos olhando o mesmo que a Embrapa olha, que é o IBGE –, na verdade, temos 329 milhões de hectares na mão dos produtores rurais, mas, se tirarmos os 94 milhões de hectares, na verdade, temos apenas 230 milhões de hectares com arroz, com feijão, com carne. Apenas 27% do País! Se nós somarmos os 94 milhões de hectares de florestas dentro das fazendas com 400 milhões de hectares de terras indígenas, de unidades de conservação municipal ou estadual, de terras devolutas do Incra, de áreas da Aeronáutica, de áreas do Exército, somamos 61% de bioma original, contra 27%. Se é contra ou a favor, não sei.

Então, estamos falando de 62% a 27%! E ainda o Prof. Ricardo Ribeiro dizer que é insuficiente para a preservação da biodiversidade e que o complemento mais importante da preservação dessa biodiversidade está dentro



das propriedades privadas?! Já estão, sim, com quase 100 milhões de hectares! Com quase 100 milhões de hectares dentro dos 330 milhões de hectares!

Estamos fazendo a nossa parte! Mas, mais do que isso, é decretar a sentença de morte do Brasil e transformar o Brasil na reserva legal do mundo. E nós, brasileiros – não são os Senadores, não –, não podemos permitir que isso aconteça.

Por que estamos lutando aqui, como fez o Senador Luiz Henrique, quando governador de Santa Catarina? Ele teve a coragem, a hombridade de obedecer a Constituição, o art. 24, e puxou para sua responsabilidade, para os seus deputados, o Código Florestal de Santa Catarina, pela competência concorrente. Ora, matéria de meio ambiente não é exclusividade da União, nem de Senador, nem de Deputado. Em matéria de competência concorrente, a União tem que legislar sobre as regras gerais, e os Estados, sobre as suas peculiaridades.

E concordo com o que a maioria disse aí: os instrumentos que temos hoje são maravilhosos. Eu concordo plenamente, para que os Estados apliquem as suas peculiaridades por lá. Estamos falando de 850 milhões de hectares. Não estamos falando de 10 milhões de hectares não. É o Brasil inteiro!

Permitir e querer que 513 Deputados e 81 Senadores legislem, esperando mais seis meses, desculpe, professor: seis meses não são suficientes não. Esse código não é definitivo! A ciência não é definitiva. Muito pelo contrário, a ciência refuta hipóteses, e não afirma. Portanto, ela tem um árduo caminho pela frente. Queremos continuar debatendo.

O que nós estamos trabalhando aqui hoje, com desespero total e absoluto, é tirar os agricultores da criminalidade. Que isso fique muito bem compreendido. Nós não queremos aqui discutir reserva legal e APP, o conceito técnico-científico. Isso não cabe a nós. Cabe a nós a responsabilidade de colocar nos eixos o setor mais importante da economia nacional, e estamos dispostos e abertos.

Com relação às várzeas, por exemplo: são 33 milhões de hectares de várzeas neste País; sabem quanto nós estamos usando? Quatro por irrigação! Quatro por cento! Se nós usarmos 20 milhões de hectares dessas várzeas apenas, vamos aumentar a produção de grãos no País em 40%! Sessenta milhões de hectares e não poder usar várzeas?! Eu concordo: há alguns tipos de várzeas que não devem ser usadas, como aquelas argilosas, por exemplo, que são responsáveis pela impermeabilização do solo e que protegem os rios. Mas dizer que, em regra geral, não se pode usar APP em várzea é condenar, Senadora Ana Amélia, o arroz do Rio Grande do Sul, que alimenta 70% do consumo nacional, a zero. O Tocantins tem 2,5 milhões de áreas irrigáveis; assim como o Mato Grosso, o Mato Grosso do Sul. Vários Estados do Brasil têm esse potencial, e nós não vamos entregar, nós não podemos entregar. Agora, a fazer uma análise caso a caso, procurar identificar os erros



cometidos, usar todos os instrumentos aqui citados, nós estamos dispostos. O Projeto Biomas é isso! Nós queremos corrigir os erros cometidos.

Para finalizar, Sr. Presidente, eu quero lembrar ao Sr. Ricardo, utilizando aqui o que disse o Prof. Elíbio Rech, ou seja, que são 3,3 milhões de produtores, que produzem 20% do PIB – e é um pouco pior do que isso, os meus números são piores –, e que apenas 26% dos agricultores produzem 80% do VBP. Assim, digo ao senhor o seguinte: nós temos dividido a produção em classe A e B, a classe C, e a classe D e E. O senhor sugere que quem está produzindo R\$100,00, R\$200,00 por hectare poderia ser transformado em reserva legal. Eu quero anunciar aos Srs. Senadores que mais de 3,5 milhões de agricultores estão nessas condições, produzindo, Senador Jorge Viana, R\$116,00 por hectare. E todos esses produtores têm, em média, 32 hectares cada um. Os que estão conseguindo produzir R\$1.023,00 por hectare constituem apenas 5% dos agricultores do País. A classe C está produzindo R\$370,00 por hectare, num contingente que se resume apenas a 700 mil agricultores. Então, nós vamos ter que dar fim a 3,5 milhões de agricultores que estão produzindo R\$116,00.

A questão não é ambiental; a questão é de política agrícola, é de recursos para financiar o projeto ABC, que foi mencionado aqui, lançado no Governo anterior e que a Presidente Dilma, que quero aplaudir, implementou.

Nós temos que transformar a questão do aquecimento global em uma oportunidade para os agricultores, porque nós não queremos terra degradada, nós não queremos produzir em área que não serve. A sustentabilidade ambiental na nossa propriedade nos traz dinheiro, valoriza a nossa propriedade. Agora, para adiar a aprovação de um Código Florestal que criminaliza todo o País, o que há de mais sustentável na economia deste País, não nos peçam isso Nós precisamos voltar para casa com a cabeça erguida. A ciência tem que continuar fazendo o seu papel, e, tenho certeza, de que, em cinco anos, nós liquidamos muitas dúvidas com a ajuda de todos vocês.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu.

A Mesa está sendo tolerante com o tempo. Tenho avisado a cada minuto porque fui tolerante com todos, em favor do debate.

Passo a palavra ao Senador Luiz Henrique, que é relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, senhores expositores, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a orientação que estamos dando à tramitação dessa matéria no Senado – o Senador Jorge Viana e eu, que somos relatores – é baseada em um cronograma segundo o qual nós desejamos oferecer ao País condições de ter essa matéria



legislada por um processo que, retornando à Câmara, chegue ao Palácio do Planalto e possa ser sancionado até dezembro. Este é o nosso *dead line*; essa é a nossa programação.

Em que nos baseamos? Nós nos baseamos em um projeto que veio da Câmara com o apoio de 410 dos Srs. Deputados Federais,. Entendemos que essa votação maciça resultou de uma interpretação da vontade da Nação. Acho que os Srs. Deputados não votaram a favor ou contra o Governo ou a favor ou contra qualquer outra instituição corporativa, mas votaram baseados nas pressões que receberam nas suas bases, ou seja, interpretaram a vontade das suas bases.

Eu quero dizer aos senhores expositores que este debate está enriquecendo muito a discussão dessa matéria. Certamente, o Senador Jorge Viana e eu vamos levar muito em consideração muitas questões aqui levantadas, principalmente aquelas que têm forte embasamento científico, aquelas que apropriam as mais modernas ferramentas da tecnologia.

Portanto, eu quero – e me atenda ao tempo estabelecido, tendo em vista que os nossos Senadores, que me antecederam, já foram muito abrangentes na análise de mérito dessa matéria – lançar uma questão objetiva, porque o professor José Antônio Aleixo lançou uma pergunta: É possível ter um só Código Ambiental para biomas tão diversos? Mais ou menos isso, não é professor?

A Ministra Izabella esteve aqui, na semana passada, e ela reconheceu essa dificuldade, exaltando a biodiversidade nacional, exaltando as diversidades territoriais do nosso país.

Foi exatamente por essa razão que nós, Constituintes – e participei inclusive da Comissão de Redação Final –, demos uma diretriz descentralizadora para essa matéria. Ao redigirmos o art. 24 com seus incisos e parágrafos, nos baseamos no art. 72 da Constituição alemã, e estabelecemos duas regras básicas, sem as quais não podemos fazer nenhuma outra discussão nessa matéria. E quais são as regras básicas? Primeiro, que nessa matéria a União limitar-se-á – a expressão é esta: limitar-se-á – a estabelecer normas gerais. A segunda regra fundamental é a de que os Estados e o Distrito Federal têm competência concorrente. E competência concorrente não é competência subsidiária, supletiva.

Mas eu gostaria de perguntar se nesse grupo de trabalho foram incorporados Membros da OAB, do IAB para análise dessa disposição constitucional, a fim de que se possa ter, efetivamente, o limite exato, a exegese exata do que significa norma geral e do que significa competência concorrente. Eu gostaria de saber se os advogados, os lustros da doutrina jurídica, foram chamados para oferecer subsídios a respeito disso?

Porque é fundamental no exame dessa matéria.



Nós vamos ter um Código que trace as normas gerais, deixando aos Estados a competência concorrente para estabelecer o disciplinamento das suas diversidades territoriais ou não?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, prezado Senador Luiz Henrique, a quem agradeço inclusive pela objetividade.

Passo a palavra ao Senador João Pedro. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg; Srs. convidados das várias instituições, acho que a contribuição das várias instituições como: SBPC, da ABC, da Embrapa estão postas, estão colocadas.

A minha compreensão é a de que nós temos contribuições da ciência importantes para fazermos um Código Florestal para o século 21. Nós já temos esses elementos.

Acho que a vinda de vocês aqui é mais um passo no sentido de chamar a atenção do Congresso, do Senado, em particular. Vocês estão fazendo observações. Mas cabe a nós, que representamos os Estados, pois estou aqui para fazer política de Estado, não para esse ou aquele setor. Essa é a minha compreensão. Por isso eu quero parabenizar a contribuição de vocês, da SBPC, o livro chamando a atenção, que já recebi há algum tempo, está aqui. Os estudiosos estão chamando a atenção, mas cabe ao Senado, evidentemente, e vamos pagar ônus e bônus. Eu vou fazer um esforço para fazer o bom combate aqui, olhando a ciência. Eu não sou daqueles que... “Ah, porque a Europa fez isso e nós?”. Não isso aqui é um Estado, é um País, é uma Nação que pode, nesta discussão, chamar a atenção do mundo.

Agora, nós não podemos desconhecer a relevância da questão ambiental. Não podemos. Nós temos que ter nesta discussão a preocupação com produção, com a ciência, mas temos que ter um padrão ético para discutirmos e definirmos o Código Florestal Brasileiro. Conosco e com as gerações futuras.

Nós não podemos fazer como já foi feito na história econômica, na história social, política de terra arrasada. E quantas políticas nós já não erramos? E quantas nós já não acertamos?

Percebe-se, sim, nos discursos – essa é a minha opinião – que ainda temos – porque é um processo que não está separado – da cabeça do século 19, de como tratar a terra, de como tratar a floresta, de como tratar os povos indígenas, de como tratar os negros, de como tratar os quilombolas, de como tratar a história.

Então a contribuição vinda de vocês marca um momento importante de pesquisadores da ciência. O Celso Manzatto chamou a atenção



aqui: água e terra têm que estar juntos; água e terra caminham juntos. Ele mostrou isso aqui. Então vamos fazer, é a Embrapa que está falando.

Eu li a contribuição da Ana para o debate sobre o Código Florestal. É muito interessante, porque é uma lógica que trabalha o Código Florestal a partir da água.

É uma equação que não é simples: fazer o Código Florestal com os biomas que nós temos aí, que se apresentam aí, com seis grandes biomas. É um desafio para nós, legisladores: Como fazer isso?

Então eu penso que a ciência pode ir contribuindo. Como é que nós, aqui no Congresso, poderemos fazer uma lei para o Estado Brasileiro? O que nós poderemos transferir para os nossos Estados, para os nossos Municípios? Como é que é feito isso sem causar uma incerteza jurídica?

Então Presidente Rollemberg, quero dizer da grande contribuição. Mais tarde, no popular, vão dizer: não se queixem daquilo do que chamei atenção, mas que vocês estão chamando a atenção do Congresso, sobre o papel da ciência. Daqui a seis meses, sete meses, não sei. Acho que nós já temos ferramentas e contribuições políticas, sociais e econômicas para fazer um bom Código Florestal, comprometido com o planeta. Parece que é uma coisa do outro mundo dizer que nós temos que ter um Código Florestal comprometido com o Planeta. Por quê? Porque nós temos tanta água doce, tanta floresta, tamanho território que o que se fizer por bem ou por mal tem consequências para o Planeta. É com esse espírito que não tenho nenhum mas tenho essa reflexão e esse reconhecimento do esforço que as instituições estão dando no sentido de nós combinarmos o presente, mas fundamentalmente o futuro com qualidade de vida para as pessoas que vivem no Brasil. Quero chamar a atenção para o fato de que vocês não estão levantando questões que possam comprometer essa liderança importante do Brasil na produção. Vocês estão chamando a atenção de que nós precisamos combinar, mas não é contra a produção de grãos, não é contra a produção da pecuária. A contribuição de vocês é de alertar, não é contra.

As contribuições estão postas e quero agradecer e evidentemente vou fazer o debate olhando esse chamamento, contribuições de anos e anos de pessoas que estudam nos laboratórios das nossas instituições. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço, Senador João Pedro.

Vou consultar o plenário para modificar o encaminhamento. Como só temos mais quatro Senadores inscritos presentes, para que possamos encerrar a participação dos Senadores, depois retornamos aos membros da Mesa.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Está havendo outro debate muito importante com o Presidente do Banco Central, na Comissão de Assuntos Econômicos, e eu precisaria ir para lá. Pediria a V. Ex^a que mantivesse o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a observação do Senador Luiz Henrique, vamos manter o procedimento anterior.

Passo a palavra aos membros da Mesa. A Dr^a Helena Nader tinha pedido para falar, então passo a palavra a S. Ex^a

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem, gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – V. Ex^a é o próximo inscrito. Em função da decisão da reunião anterior a inscrição foi por ordem de chegada. À medida em que os Senadores foram chegando, nós fomos os inscrevendo automaticamente.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Obrigado pela deferência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Com a palavra a Dr^a Helena Nader.

A SR^a HELENA BONCIANI NADER – Novamente quero agradecer todas as intervenções das Senadoras Ana Amélia e Kátia Abreu e dos Senadores e gostaria de, bem rápido

(falha na gravação)

que a Senadora Kátia Abreu fez questão de frisar que realmente eu não trouxe nada. Eu não trouxe, Senadora, para não agir como um papagaio de pirata e falar sobre o trabalho que foi feito pelos meus colegas. Eu vivo numa democracia, assumi a Presidência da SBPC quando esse trabalho foi realizado. Não era a ciência que queria realmente que saísse um estudo no nível em que esse foi feito. Não é a minha especialidade, eu aprende. Sei que sou extremamente capaz de falar sobre tudo isso, mas não teria a propriedade nem o currículo que embasasse o meu discurso. Então, foi por isso que não falei.

A outra coisa que quero que fique bem clara mais uma vez: por que não chamamos a OAB, por que não chamamos a economia? Porque, no momento que nós resolvemos avaliar, como poderíamos trazer para o discurso ciência de solo, hidrologia, alimentos etc., que temos dentro do rol da nossa SBPC e ABC. Foi nesse sentido. Foram somente essas áreas. Em todos os momentos, até escrevemos em um livro que não estamos contemplando tudo o que seria necessário frente ao tempo que assumi para fazer esse trabalho.

Então o que eu quis dizer com “às pressas”, Senador, quero que fique bem claro, foi de não rapidamente, sem ouvir mais uma vez onde o Brasil



pode estar à frente com dados – e isso foi dito na Câmara para o Presidente da Câmara, foi dito ao Deputado Aldo Rebelo, foi tido a todos os ministros. Nós entendemos que cabe aos senhores legislar. Nós não queremos – e isso está em todas as gravações, se a senhora for atrás e todos os ilustres Senadores aqui –, nós não queremos agricultores na marginalidade. E isso compete aos senhores fazer – nem sei como isso pode ser feito –, somente aos senhores, a quem nós delegamos pelo voto o dever de fazê-lo. Porém, como cidadãos, pagos pelo Erário, nós temos a obrigação de trazer à luz da melhor ciência brasileira para ajudar.

Nós pedimos o tempo todo que esse Código não fosse restritivo, com números de que a gente pudesse se arrepender amanhã. É isso que estamos trazendo. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Drª Helena, Presidente da SBPC.

Quero fazer uma consulta aos nossos convidados, se três minutos para cada um, para fazer os comentários a respeito das intervenções dos Parlamentares, são suficientes. (*Pausa.*)

Bem, então vamos começar com o Prof. Aleixo.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO ALEIXO DA SILVA – Eu acho que o diálogo está sendo fantástico. Primeiro, o diálogo, porque não viemos para debate. Em debate, alguém tem que ganhar. Diálogo é o que está ocorrendo aqui.

Senadora Ana Amélia, Senadora Kátia Abreu, Senador Blairo Maggi, Senador Luiz Henrique, Senador João Pedro, quando montamos esse grupo de trabalho tínhamos a certeza de que não seria conclusivo, e essa é uma das conclusões do nosso livro. Nós não temos o poder da verdade, nós não dominamos a ciência 100% para chegar aqui e falar para vocês o que vocês devem fazer. Só um esclarecimento, Senadora Ana. Todos aqui fazem parte do grupo. É tudo da Embrapa, Esalq, Universidade Rural, mas todos nós fazemos parte do grupo, nós trabalhamos juntos.

Então, partindo desse princípio, entendemos, desde o início, que nós não teríamos condições suficientes de pegar o Código de 65, pegar o substitutivo e dizer: olha, esse artigo presta, esse não presta, tira esse, bota aquele. Nós começamos com a História da Arte e descobrimos que a questão no Brasil, como eu falei no início, começou em 1537. Existe um livro fantástico denominado *Um sopro de destruição*, de José Augusto de Pádua, um advogado que fez uma tese sobre a questão ambiental no Império. A questão é muito antiga, não é de 15 anos. A ciência, ilustre Senadora, não entrou há 15 anos porque são várias administrações de SBPC, a senhora sabe muito bem disso. E nós, de certa forma, entramos agora por conta de uma convocação da própria comunidade científica. Os senhores têm que admitir que nós não fomos convidados pelo Congresso para entrar na discussão. Esse é um fato que não



precisamos discutir; é uma realidade. Se nós tentássemos entrar sem um convite, talvez, nós fôssemos tachados de penetra; talvez tenhamos demorado um pouco, não resta dúvida. Os erros existem. A ciência, já dizia Karl Popper, em outras palavras, evolui com a derrubada de hipóteses. Então, o que Antônio fala hoje aqui, o que eu falo hoje aqui, o que os senhores falam hoje aqui, pode ser que, amanhã, não seja verdade científica. Então, nós acreditamos que o nosso trabalho, como o próprio título diz, é um trabalho de contribuição. A riqueza de perguntas da Senadora Ana vai nos fomentar com uma série de questões, Senadora. São pontos que, talvez, não vislumbramos, mas que são necessários nesse estudo. Essa é uma das razões pela qual acreditamos que precisamos de mais tempo. Em momento algum, criminalizamos produtores, prova tanto é que, uma das decisões do grupo, foi não entrar nas questões jurídicas que os senhores tão bem sabem fazer. Nós, mesmo tendo posição oficial, jamais falamos que deveria punir ou não punir. Código punitivo não funciona; código tem que ser educativo. Nós não tratamos a questão da anistia porque não é o nosso dever; o dever é dos Srs. Senadores. Nós estamos aqui, não temos um trabalho completo e no prontificamos a colaborar. A decisão do Brasil está nas mãos dos senhores. Se houver necessidade, podem ficar tranquilos, nós vamos colaborar, na medida do possível, sem uma resposta final e definitiva, porque a ciência de hoje pode não ser a de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Professor Aleixo, só quero fazer um pequeno reparo, para dizer que, aqui no Senado, já fizemos cinco audiências públicas sobre Código Florestal. Duas foram para ouvir a comunidade científica e ouviremos quantas outras forem necessárias.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO ALEIXO DA SILVA – No início, falei que nós entramos sem sermos chamados. Agora não, agora está tudo ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – E quero registrar, ouviremos quantas vezes forem necessárias.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, só pela oportunidade.

Estou aqui, Sr. Presidente, e vou deixar a mesa, com convite do Deputado Federal Paulo Piau, e tem um documento dos senhores de que foram convidados em novembro, e não foram porque o documento ainda não estava pronto. Então, como temos que entender isso, porque afinal de contas, os senhores ... Porque tenho aqui, até então era do Deputado Federal, na Comissão de Agricultura, tenho aqui a ata, inclusive em que os Parlamentares reclamaram que os senhores não compareceram e não mandaram representantes. Estou aqui com a ata. Tenho aqui o ofício endereçado. Entendo, não sei, ou há um grande mal entendido, ou é algo de que preciso, para mim mesmo, ter uma resposta. Porque, como a Câmara tem um ofício endereçado à SBPC e às entidades e teve a audiência e há uma ata dizendo que



lamentavelmente os senhores não puderam comparecer. Como entendo isso, só para que fique claro, até para que possamos estabelecer aqui, Presidente, uma relação. Eu, como até então, Deputado Federal, ouvi que os senhores não foram convidados para participar do debate, Sr. Presidente, aí fico numa situação muito delicada.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO ALEIXO DA SILVA – Sr. Presidente, só para um esclarecimento, na minha primeira fala, me referi a esse convite; talvez o senhor não estivesse na Casa.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – O senhor acabou de dizer que nunca foram convidados.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO ALEIXO DA SILVA – Falei que, quando nós entramos, em maio de 2010, nós não havíamos sido convidados por ninguém. E aqui falei que fomos convidados pelo CNA e não poderíamos comparecer. Os Senadores que estavam presentes sabem disso.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É de novembro.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO ALEIXO DA SILVA – Nós terminamos o livro, ilustre Senador, no final de fevereiro, nós não tínhamos conclusão. Nós avisamos e nós viremos aqui. E nós recusamos participar de outros eventos, também, porque nós não tínhamos ...

Só um esclarecimento, na semana passada, fiz três palestras sobre o Código Florestal, na TV Universitária, no Clube de Engenharia e para os Usineiros, lá em Carpina. O assunto, agora, no Brasil tomou vulto; e isso é muito bom, isso é muito bom.

Agora, na minha primeira fala aqui, Senador, eu expliquei por que nós não viemos em novembro; nós não tínhamos conclusões. Hoje que, teoricamente, temos poucas conclusões ...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Presidente, pela ordem.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, quero sugerir que, se houve ou não convite, isso não é relevante. O que é relevante. O relevante é que os senhores estão aqui e vamos debater tantas vezes quantas forem necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Agradeço a sabedoria do encaminhamento do nobre Senador Luiz Henrique e passo a palavra ao Prof. Antonio Donato Nobre. Três minutos para o senhor.

O SR. ANTONIO DONATO NOBRE – Eu vou aproveitar o meu tempo da forma mais produtiva possível, não entrando em debate. O diálogo é muito mais virtuoso que o debate, porque o diálogo permite que eu perca, o debate não. No outro, tem-se que perder ou ganhar. É como num jogo de futebol: se você ganha, está bem; mas, quando dá empate, todo mundo fica triste. Mas, no nosso caso, precisamos realmente de um diálogo, e eu tenho aprendido muito desde o começo desse processo, pelo aporte... E já elogiei



diretamente o Deputado Aldo Rebelo pelo papel de trazer à consciência da sociedade uma demanda legítima, que hoje eu reconheço que não estávamos vendo, de que 85% dos brasileiros vivem em áreas urbanas. A Datafolha mostra a opinião do povo brasileiro. Isso é interessante, inclusive colocar em perspectiva esses 410 votos da Câmara dos Deputados que contrastam com a opinião brasileira em muitos pontos.

Mas eu queria colocar aqui respostas específicas. A Senadora Ana Amélia fez algumas perguntas. Quando nós começamos este trabalho, eu tinha a impressão de que nós íamos ou defender um lado ou defender o outro, achar os defeitos etc. E qual não foi nossa surpresa, ao consultar mais de 300 trabalhos científicos na área, com essas pessoas que se agregaram para fazer esse estudo, em constatar que isso não tinha efetivamente razão!

Várias coisas foram mostradas hoje aqui para um embate. Tinha razão, na realidade, para sinergia.

Vimos alguns exemplos pontuais. O caso da Geórgia é um exemplo pontual. A senhora listou outros aí, e eu vou fazer a lição de casa e vou encaminhar-lhe as respostas, porque acho que são muito auspiciosas. Exemplo: dez mil metros cúbicos de água contaminada, para ser tratada gasta-se de R\$300 a R\$400. Para você tratar a água que sai de uma floresta, de uma bacia hidrográfica reservada, você gasta de R\$3 a R\$4; é 100 a ordem de magnitude.

Então, lá na Geórgia, eles fizeram esses cálculos para poder estimar quanto vale a água limpa que chega à cidade.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO DONATO NOBRE – Mas não deu três minutos ainda, deu?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – É porque a campainha avisa quando falta um minuto.

O SR. ANTONIO DONATO NOBRE – E o que vemos? Se o urbano pudesse pagar a sua conta de água para o agricultor, ou uma parte dela, não vamos dizer toda, todo mundo ia sair no lucro. Na realidade, não é gasto; é investimento. Porque eu terei uma água melhor, terei saúde melhor, então, haverá menor queda de produtividade por problema de doença etc. E o agricultor tem uma nova fonte de renda, que é totalmente justificável. Nós vimos isso ao longo de quase todos os trabalhos que nós tivemos a oportunidade de verificar.

O meu tempo está acabando, mas eu preciso responder a Senadora Kátia Abreu sobre o projeto Biomas, que é um projeto, inclusive, que nos inspirou, a mim pessoalmente. Inclusive um dos membros do projeto Biomas participava do nosso grupo a uma certa altura e nós fizemos essa proposta...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO DONATO NOBRE – Eu peço mais 30 segundos, *data venia*.



Essa proposta que nós trouxemos aqui, na realidade, tem duas geomorfologias. Uma é aquela semântica do Ab'Saber, do Bigarella, que você descreve a paisagem etc. E peço à Senadora Kátia Abreu para, por favor, prestar atenção porque estou respondendo a sua pergunta.

Há uma nova semântica, uma nova geomorfologia que é quantitativa, que eu chamo de geomorfologia turbinada. Eu vi, no projeto Biomas, que a previsão de se definir onde estavam os territórios estava em torno de nove anos. Nós precisamos fazer isso em muito menos tempo. E o que eu trouxe aqui foram essas tecnologias. O convite feito, eu vou aceitar sim, para ajudar a CNA, se for o caso. O instituto, certamente, está à disposição para fazer as coisas com radar, com satélite, e nós termos isso no tempo justo e não em nove anos, dez anos, porque isso é um tempo demais.

Essa era a resposta.

Há outros pontos, mas não dá tempo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Passo a palavra ao Dr. Celso Manzatto.

O SR. CELSO VAINER MANZATTO – Vou tentar falar nestes três minutos, Senador.

Senadora, a senhora me fez uma série de questionamentos sobre alguns números, e a Senadora Kátia Abreu também.

Eu gostaria de dizer assim: existem algumas projeções, posso lhe mandar referência, o livro da agricultura de baixo carbono no Brasil, que tem um modelo de simulação. São estimativas. E chamo atenção novamente, Senadoras, para o fato de que nós precisamos investir em dados e informações no País. Nós não temos. As senhoras, certamente, quando procurarem suas assessorias, vão sentir falta disso. Qual é o número? Qual é o impacto? Nós temos estimativas. Quando a gente diz “qual é a dimensão do País?” – eu trabalho e trabalhei bastante com zoneamento, e gostaria de ver isso espacializado no meu País. Eu só consegui ver o nosso País espacializado do ponto de vista de uso e de potencial há dois ou três anos, quando começamos a fazer o zoneamento da cana-de-açúcar, e nos deparamos com uma questão. Levamos oito meses, Senadores, para buscar informação, e dois meses apenas... O ex-Ministro Stephanes não está aqui, mas ele nos deu exatos nove meses. E eu disse: “Ministro, nove meses é um número interessante!” E nós tivemos que fazê-lo em dois meses apenas.

Essa questão remete a outra questão, Senador Luiz Henrique – e, em relação à questão jurídica, não posso lhe dar a resposta: na verdade, o que ocorre é que estamos remetendo essa discussão, originalmente uma questão essencialmente florestal, para uma questão territorial. Na verdade, grandes dos componentes relacionados à questão do Código Florestal que são tratados são formas de tentar tratar o território de forma linear, o que é extremamente difícil.



Lembro da discussão com o então Governador Blairo Maggi sobre a questão do zoneamento. Os interesses postos são muito grandes, e, se não tivermos um olhar mais territorial, de fato temos algumas limitações em estabelecer regras do ponto de vista simplesmente linear.

Acredito, sinceramente, que, após o Código Florestal, temos uma agenda ambiental e uma agenda da agricultura extremamente complexa, para que possamos, de fato, responder às demandas e aos questionamentos que, cada vez mais, a nossa agropecuária vai demandar, principalmente porque resolvemos ser grandes e competir nos mercados internacionais. Assim, com certeza, essa competição é mais forte.

Senador João Pedro, gostaria de agradecer os seus elogios. E queria dizer: dessa turma toda da ciência, é comum sermos chamados para participar de bancas, para participar de comitês, e fazemos isso com alegria, porque essa é a praxe da ciência. Todos que participaram aqui doaram grande parte do seu tempo de suas atividades normais. E, mais do que isso, sujeitos a virarem telhado de vidro, tanto para a comunidade científica, quanto para a sociedade como um todo, o que é mais difícil ainda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Passo a palavra, então, ao Sr. Ricardo Rodrigues.

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Obrigado, Senador.

Eu só gostaria de reforçar o que já foi comentado pelos meus colegas.

Quando nós nos sentarmos para votar o Código Florestal, o substitutivo, estamos perdendo uma oportunidade enorme de efetivamente discutirmos a agricultura, discutirmos o meio ambiente, discutirmos essa integração de agricultura e meio ambiente. Então, essa é a grande questão que estamos colocando muito claramente aqui.

Se colocamos redução das APPs para 15 metros, há várias situações em que o planejamento ambiental, o planejamento da paisagem vai dizer que é mais de 15 metros, porque são áreas que não têm aptidão agrícola. E o que vamos fazer com essas áreas que não vão ser usadas adequadamente para produção agrícola com alta produtividade? Vão ficar áreas marginais da atividade de produção. E é isso que está acontecendo. Então, é isso que temos que efetivamente discutir nisso que estamos chamando de ordenamento agrícola e ambiental da paisagem. Temos que ter muito cuidado na votação desse Código, porque vamos votar números pelos quais vamos condicionar áreas agrícolas abandonadas ou área agrícolas de baixa produtividade, porque não têm aptidão agrícola.

Para a questão levantada pela Senadora Ana Amélia, da pastagem, se não ficou claro na nossa proposta, a nossa proposta é com aplicação de pacote tecnológico para a pecuária, efetivamente, para



conseguirmos duplicar ou triplicar a quantidade de unidades animais em menos área. Ou seja, estamos aumentando a produtividade desses agricultores, e, logicamente, aumentando o rendimento econômico, tanto de carne, quanto de leite. Isso com um pacote tecnológico que tem de ser viabilizado para não manter uma agricultura com essa condição de rendimento de a maioria ganhar R\$200,00/hectare/ano.

O Senador Blairo comenta bem: eu participei do zoneamento do Mato Grosso. Mato Grosso é um exemplo interessantíssimo. Mato Grosso pegou um momento muito interessante, porque o zoneamento foi felizmente um pouquinho antes da grande expansão da agricultura no Mato Grosso. Houve grandes acertos, exatamente por isso que nós estamos falando, por essa possibilidade desse ordenamento que aconteceu no Mato Grosso. Houve erros, vários erros, que são normais, mas que hoje se tenta corrigir. Mas eu considero que o Mato Grosso é um exemplo muito claro disso, porque foi exatamente precedido por um momento favorável de um zoneamento, cobrado pelo PNUD naquela época, e que aconteceu. E a ocupação ou a expansão agrícola aconteceu logo depois, já num ordenamento muito claro de áreas com alta aptidão agrícola etc. De forma que acho que esse é um exemplo muito interessante.

Quanto ao que a Senadora Kátia comenta sobre o que foi falado, nós estamos falando exatamente isso. Nós não podemos desvincular a política ambiental da política agrícola. Acho que não podemos condicionar a questão de desmatamento com a permanência de agricultores ganhando R\$200,00/há/ano numa propriedade rural. Então, efetivamente, é uma questão de discutir política ambiental e política agrícola dentro do planejamento, do ordenamento da propriedade dentro dessa possibilidade.

Quanto à questão de que a ciência estava esquecida, digo que não estava. Esses dados que mostramos aqui não foram gerados nos últimos seis meses ou um ano. Isso deve ficar muito claro. Eles não estavam organizados em uma política de discussão do Código, ordenada pelo Governo Federal para que efetivamente fizéssemos isso, mas os conhecimentos científicos estavam sendo gerados. E o que estamos fazendo aqui, através da SBPC/ABC, é só colocando esse conhecimento científico que foi gerado nas últimas décadas, que sustentam essa discussão do Código Florestal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Vamos prosseguir no segundo bloco de falas... Ainda falta? (*Pausa.*)

Com a palavra o Sr. Elíbio Leopoldo, por cinco minutos.

O SR. ELÍBIO LEOPOLDO RECH FILHO – Sr. Presidente, rapidamente, talvez menos tempo que isso.

Agradeço as oportunas intervenções e comentários.



Terminei a minha breve explanação com uma pergunta e até mencionei talvez seis meses. Então, talvez, eu vá até reformular e colocar... Houve, inclusive, um consenso entre nós. Foram colocados pelas eminentes Senadoras Ana Amélia, Kátia Abreu e pelos demais Senadores: não seria mais conveniente ou mais produtivo termos outros membros dentro desse GT? Sim. Então, retomo a pergunta a V. Ex^{as}s. Em quatro meses não seria possível montar um trabalho integrado e intensivo envolvendo vários autores, com os subsídios das tecnologias aqui apresentadas, para que se pudesse talvez incrementar ainda mais os subsídios para quando da futura votação, que talvez seja daqui a três meses?

Mas nós temos uma proposta de tentar intensificar – e a colocação foi muito procedente. Nós deveríamos ter talvez mais advogados, principalmente, mais economistas, para que pudéssemos fazer um trabalho integrado. Porém, a dificuldade que nós tivemos é o pouco tempo que dispomos nas nossas atividades para compor esse GT e fazer algo mais conclusivo. Então, retorno a V. Ex^{as}s: seria viável ou seria de interesse da Casa montar uma estrutura mais ativa nesse contexto?

Obrigado.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Professor Elíbio Rech.

Com a palavra, pela ordem, a Senador Kátia Abreu

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – É só porque, como encerrou o bloco da minha participação, eu gostaria de aqui fazer um registro, até porque preciso me retirar.

Na verdade, uma coisa precisa ficar muito clara aqui também: a SBPC e a ABC são instituições, associações importantes para o País. Ninguém está aqui criticando a intenção do associativismo e da sua organização; só que não é unanimidade. Não é unanimidade entre os cientistas do País. Mesmo porque o professor Gustavo Curcio, da Embrapa/Floresta, e o ex-Ministro Allyson Paulineli se retiraram desse grupo, endereçando uma carta ao Presidente Marco Raupp. E se retiraram do grupo pela dureza do documento.

Allyson Paulineli, inclusive, chama a atenção – a carta está aqui nas nossas mãos e podemos distribuir cópias para quem quiser – que é uma temeridade o primeiro documento com relação à agricultura. Ele ainda cita a expressão “entregar o ouro ao bandido”.

Fico preocupada quando leio no documento básico, no seu terceiro parágrafo, que a legislação atual e as alterações subsequentes levaram em consideração os conhecimentos científicos até então disponíveis. Isso é tentar convalidar todo um amontoado de regras, as mais estapafúrdias que se tem conhecimento, de um código absolutamente inexequível, que até a própria



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES

SF - 60

existência, até os dias de hoje, demonstra a incapacidade que dele se obtenha bons resultados.

Pergunto aqui: quem conhece o bioma amazônico? Mas afirmar-se como está no seu parágrafo sexto que a agricultura tropical provoca um aumento na pressão sobre o meio ambiente é confessar um completo desconhecimento do que é a nossa agricultura tropical, que é a mais sustentável e conservadora hoje reconhecida pelo mundo. Uma afirmação dessa natureza, originária das duas instituições mais credenciadas que temos perante o mundo, é entregar o ouro ao bandido. Nossos concorrentes, que até agora só estão conseguindo fazer frente a nossa capacidade competitiva, com recursos dos seus tesouros, em subsídios aos seus produtores, que alegam não conseguir concorrer conosco, penso que não será com esse tipo de afirmação que iremos corrigir o que é necessário. Foi assim que o Ministro Alisson Paulinelli se retirou desse grupo, assim como Gustavo Cursio também se retirou. Apenas para dizer que a SBPC não tem a unanimidade de todos os cientistas a respeito desta consideração.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu peço licença aos Senadores para passar rapidamente a palavra à Drª Helena, na condição de Presidente da SBPC.

A SRª HELENA BONCIANI NADER – É uma pena que o professor...

(falha na gravação.)

...porque ele que poderia responder melhor à senhora, Senadora. No entanto, eu gostaria que a senhora soubesse e me dissesse onde está no documento oficial da SBPC a frase a que se refere o ex-Ministro Alisson Paulinelli. Ele está falando com o professor a respeito de um documento sigiloso que estava em discussão no GP e ele manda essa carta. A senhora me desculpe. Mostre...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sr. Presidente, foi exatamente a reação de alguns cientistas que se retiraram do grupo que o grupo...

A SRª HELENA BONCIANI NADER – Não, não...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – ...mais. O grupo amenizou, segundo o documento, depois da contestação de alguns cientistas...

A SRª HELENA BONCIANI NADER – Não, não foi. A senhora me desculpe, mas aqui vou ficar batendo boca com a senhora, não é o meu estilo. A senhora trouxe para cá uma inverdade e vou provar isso mandando documentos para esta Casa. A senhora me desculpe...

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sr. Presidente, ela me fez uma acusação de que estou...



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Foi feito aqui um registro...

A SR^a. KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – ...dizendo uma inverdade. Eu liguei para Alisson...

A SR^a HELENA BONCIANI NADER – Não...

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Por gentileza, minha senhora. Contenha-se, pois cada um aqui tem a hora para falar.

Eu pedi autorização ao Ministro Alisson Paulinelli, agora, há dez minutos, por telefone, antes de ler a carta dele. Eu jamais cometaria essa indelicadeza com o Ministro, e ele pode ler a carta inteira, se você quiser. Eu li apenas dois trechos. São três laudas de indignação com relação ao primeiro documento posto. Portanto, a renúncia dos dois cientistas desse grupo, porque foi justamente a reação deles que fez o grupo amenizar...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu agradeço a Senadora Kátia Abreu e faço um apelo e faço um apelo à Senadora Kátia Abreu e a Dr^a Helena para que não transformemos o debate em um debate paralelo.

Foi feito um registro, foi dada uma explicação. E todos os Senadores estão abertos para receber tanto o documento do ex-Ministro Alisson Paulinelli, como também os esclarecimentos da Dr^a Helena, da SBPC.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Sr. Presidente, ainda com relação ainda ao comentário, por favor, para terminar o meu foco, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu faço um apelo, Senadora Kátia Abreu, para a gente retomar o...

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Mas, Sr. Presidente, o pesquisador fez uma crítica com relação ao Projeto Bioma, por ter nove anos. Eu preciso responder isso, porque há um equívoco. As árvores demoram um pouco para crescer Professor Nobre; não significa que terminará as vitrines em nove anos, mas em nove anos temos que reintroduzir espécies nativas; nós vamos ver a convivência dessas árvores, que precisa ver o impacto delas na preservação ambiental. Então, quem sou eu para dizer isso. Eu aprendi isso com Gustavo Cursio e Élton, que é o chefe da Embrapa Florestas no Brasil. Eu também questionei: nove anos? Claro, Senadora, as árvores demoram para crescer. Ah, bem lembrado.

Então, toda essa pesquisa ela será implementada nas seis vitrines. Pode até ultrapassar nove anos, mas, no mínimo nove anos para ver os resultados, Professor.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Eu faço um apelo...

(Intervenção fora do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Dr^a Helena, agradeço.

E vamos retomar então as nossas intervenções dos nobres Senadores.

Com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Sras Senadoras, Srs. Senadores, convidados desta Casa, penso que um Senador não deva ser representante de setores; um Senador deve ser representante do povo do seu Estado e da República Federativa do Brasil.

Assim, a minha intervenção vai ser bem curta para agradecer a presença dos cientistas aqui. Não há que se falar aqui em democracia sem ciência. Eu como Senador da República, vou louvar-me na ciência. É lógico que desde a teoria, ou princípio da imprecisão, incerteza, não existe certeza também na ciência, pois ela é dinâmica. Agora, nós como Senadores da República não podemos, aqui no Senado, estar de um lado; nós temos que estar ao lado do povo brasileiro.

Na verdade, nós não podemos fazer um código que seja um código de produtores ou código de ambientalistas. Temos que fazer um código de brasileiros. E olha que eu falo isso vindo de um Estado em que a sua economia se fundamenta no setor produtivo, um setor que deve ser elogiado, um setor que deve ser respeitado.

Agora, se nós vamos trazer para o Senado aquelas batalhas que ocorreram na Câmara dos Deputados, o Senado não vai cumprir o seu papel. A ciência precisa ser ouvida sim. Nós precisamos tirar a emoção deste debate. Temos que ouvir a ciência – é lógico que existem posições científicas de todos os lados, como posições jurídicas existem de todos os lados. Qualquer jurista de primeiro ano do Direito fundamenta pena de morte e a tortura, de acordo com a Constituição da República; como qualquer cientista pode fundamentar que determinada lei física não existe.

Nós aqui vamos ter que chegar a uma conclusão sem emoção. Eu não posso ser um Senador da República de ambientalistas e nem de produtores. Eu tenho que ser um Senador da República que defenda os interesses do Brasil, desta e das futuras gerações.

Parabéns pela fala dos senhores. Li o relatório, o trabalho da SBPC, do Ipea, consultei o setor produtivo do Estado e vou votar de acordo com a minha consciência. Agora, a minha consciência tem um limite, e o limite é o que está dito na Constituição da República. Nós não podemos, com a atual Constituição, firmarmos um retrocesso na preservação ambiental. Isto está ali bem dito.

Eu quero duas perguntas de ordem objetiva aos senhores. Primeiro: Eu perguntei ao Deputado Federal Aldo Rebelo se a ciência foi ouvida,



no tempo que a ciência exige? Porque o tempo da ciência, senhores, é diferente do tempo do processo legislativo.

Este projeto ficou em debate na Câmara dos Deputados por 11 anos!

A ciência não foi ouvida, esses dados já existiam, ou eles foram criados a partir do mês de novembro? É uma indagação que eu gostaria de ouvir a resposta objetiva dos senhores.

Segunda questão objetiva: Os senhores não estão aqui para trazer argumentos jurídicos; os senhores não são advogados. Quem vai tratar do jurídico são os advogados, são os Tribunais e somos nós aqui, no momento da votação deste projeto. Portanto, não vou fazer indagações jurídicas.

Eu gostaria de saber, se fosse possível, de uma forma objetiva: O que veio da Câmara trará prejuízo ambiental ao povo brasileiro? Eu não quero saber se a questão é do setor produtivo, eu não sou ambientalista e nem sou do setor produtivo. Objetivamente é isso que nós vamos discutir.

Existem posições jurídicas e posições científicas para todos os lados. Eu quero saber a posição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques. V. Ex^a economizou tempo, pela sua objetividade.

Passo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, Sr^as Senadoras, Srs. Senadores, Sr^a Convidada, todos que aqui estão, como falei na audiência com a Ministra Izabella, eu tenho uma missão de procurar relatar, levando em conta, com objetividade, as opiniões colhidas aqui, a posição dos colegas Senadores e Senadoras, e colaborar com o meu País num tema tão complexo, que envolve tantos interesses, mas que tem uma importância estratégica para o Brasil.

Estou mais do que convencido, depois dessa audiência, de que também do ponto de vista da ciência é necessário que façamos essa atualização ou essa mudança na legislação ambiental no Brasil, principalmente no Código Florestal. Isso também era uma dúvida. É óbvio, como a própria Senadora Kátia Abreu e eu já mencionei, em outras ocasiões, como também outros Senadores, nós temos uma situação de uso do solo no Brasil que estava incompatível com a legislação e tinha um problema que já exigia uma decisão sobre essa legislação ou sobre o uso do solo.

Isso vem se arrastando há quase 10 anos, como bem colocou o meu colega Pedro Taques. Mas o fato é que não é por conta só do problema. O problema é real, existe, e acho que é a oportunidade que Congresso tem de encontrar uma solução. Dar o que eu tenho chamado de segurança jurídica, para esse setor tão importante na vida do Brasil. Mas é bom que a gente vá limpando um pouco esse debate. Hoje, ouvi, aqui, que a base de conhecimento



que nós tínhamos em 65 era absolutamente diferente da que temos hoje: os recursos, as possibilidades que podemos usar para adequar a legislação do Brasil, se o Brasil quer ser – como estamos trabalhando para isso – uma referência. Seja uma espécie de G1 da biodiversidade, um G1 da produção de alimentos, da segurança alimentar. Acho que são absolutamente compatíveis esses dois grandes propósitos.

Queria agradecer, porque eu fui um dos signatários desse requerimento. Penso que uma matéria como essa não pode ser levada adiante, apesar de entender que estamos frente a uma decisão política... O Brasil tomará uma decisão política sobre o que pretende fazer com seus recursos naturais, com um dos principais ativos que tem, que é a força de trabalho dos produtores, que é a produção da agropecuária, o agronegócio que está aí tão bem colocado nas exposições, na nossa balança comercial, agora e no futuro. Mas nós vamos tomar uma decisão política e quanto mais embasamento técnico e científico tivermos, melhor para tomarmos essa decisão política. Muito melhor.

Quero agradecer à Sr^a Helena e a todos os convidados pela objetividade com que colocaram – se é que posso usar esse termo que é tão importante. Não tem problema que tenhamos pessoas com posições já bem claras, mas no caso da ciência, a busca da imparcialidade eu consegui identificar aqui nos depoimentos, que foram muito ricos. Digo isso por duas razões: os depoimentos estão presos no conhecimento técnico-científico e também os senhores conseguiram fazer algo que entendo ser fundamental para esse debate, ou seja, a busca de estar em contato permanente com a realidade. O fato é que ninguém maneja mais água, solo, recursos naturais do que quem produz, quem cria. São as pessoas que estão mais próximas. Qualquer geração de brasileiros, segunda ou terceira, já chega imediatamente numa geração rural em qualquer família nossa.

Não quero me estender, mas queria ouvir de V. S^a, se pudesse, um breve comentário. Primeiro, porque entendemos que há alguns pontos que estão gerando um debate no Código. Particularmente, entendo que nós temos que dar uma solução para um passivo ambiental, uma segurança para quem trabalha e produz. Temos que encontrar melhor solução e, ao mesmo tempo, apontar, fazer um bom uso desse conhecimento técnico-científico que nós desenvolvemos, uma inteligência nacional que o mundo não tem e que nós temos, a serviço da legislação e de uma atividade sustentável.

Gostaria de ter um comentário de V. S^a. Primeiro, acredito que ainda há tempo para nós definirmos um pouco melhor e o Senado é o ambiente político que está mais adequado, com todo respeito à Câmara, gostaria de saber que princípios deveriam estar colocados na hora em que se discute essa legislação, e que objetivos deveria ter, do ponto de vista técnico-científico, uma legislação como essa. Porque eu entendo que o nosso Brasil, hoje, no fundo, se nós encontrássemos uma maneira de dialogarmos, como estamos buscando



aqui nessa reunião, apesar de um certo desentendimento, mas entendo que de certa forma faz parte de ajustarmos os pontos. Mas aqui estamos querendo objetivar as posições em cima da proposta apresentada, o que pode ser mudado, o que deve ser mantido e o que pode estar faltando. Nesse propósito, do que está faltando, no fundo, eu entendo, pelas apresentações aqui, que há um caminho novo ou um novo jeito de caminhar, como diz um poeta da Amazônia, que é a discussão: nós vamos seguir com o modelo de agricultura que tem dado bons resultados, que tem nos firmado, mas que tem problemas do ponto de vista da sustentabilidade no geral e que, nela mesma, tem excepcionais exemplos, graças à Embrapa e outras instituições de pesquisa, de universidades, belos exemplos de produção sustentável? Ou seja, vamos dirigir toda a estratégia política do Brasil para um modelo de produção e criação sustentável? É isso que nós queremos? É isso que tem que balizar a nova lei? Se for isso, mais fácil, vamos todos trabalhar com esse propósito, com o nosso conhecimento. Se não for isso, se queremos trabalhar com dois modelos, o sustentável e o insustentável, isso tem que estar preso nos objetivos e princípios que o novo Código precisa e deve trazer.

Então, dentro desse propósito, eu gostaria de contar com alguns comentários, especialmente sobre temas que eu entendo que estão faltando ficar ainda melhor colocados para atender alguns princípios e objetivos. Por exemplo, não tínhamos o tema, o conhecimento que o mundo tem hoje sobre o clima. Esse é um tema novo para o mundo e que tem consequências em toda parte do mundo. Gostaria de um pouco de comentário sobre clima.

Outro ponto polêmico também. Se os senhores têm alguma base maior que pudessem comentar nesta audiência de hoje, sobre o problema das cidades. Nós temos a expansão econômica do Brasil. Oitenta e cinco por cento das populações estão nas cidades, estão aumentando, isso deve crescer e muitas áreas de APPs estão nas cidades, com consequências de perda de vidas humanas. Inclusive um certo comentário: quanto que o Código deveria ou não deveria tratar deste tema das cidades?

Basicamente, para concluir, queria só fazer um registro. Drª Helena, gostei muito. Eu estava com o propósito de que não viesse aqui uma posição política da SBPC ou da Academia Brasileira de Ciências, mas que viéssemos objetivamente tratar de alguns temas que a SBPC e a Academia conseguiram desenvolver, porque aí dá a objetividade que eu vi hoje aqui. Então, parabenizo a todos e agradeço. Os senhores e as senhoras estão nos ajudando a, quem sabe, fazer o melhor para o Brasil, especialmente por aqueles que trabalham e produzem e por aquele que está presente e que é fundamental para a produção, que é o meio ambiente, que é a biodiversidade. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana, relator dessa matéria pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.



Passo agora a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Nobre Presidente Rollemburg, senhores convidados e caros colegas, serei breve.

Eu notei, logo no início da exposição do Prof. Duarte Coelho, que em 1527, se não estou equivocado, começou a se discutir APPs ao redor de riachos, córregos. Já naquela época. Também, se não me engano, afirmou o Prof. Nobre que mudaram o bordo de referência. Ouvi agora o Senador Jorge Viana falar que estamos com oitenta e poucos por cento da população vivendo em perímetros urbanos. Por que não pensarmos também em algo que questionei na presença da Ministra Izabella, naquela audiência pública da semana passada: em urbanizarmos as APPs? Quem sabe se deveria levar-se em consideração também isto, a urbanização das APPs! Querendo ou não, hoje, oitenta e poucos por cento da população vivem em perímetros urbanos, vão avançando, avançando, e a gente não sabe como é que se conduz isso.

Então, dentro desse comentário, dá para notar também, pela exposição que se fez aqui, pelos mapas etc., que nós temos, no Brasil, e mesmo nesses córregos, nesses rios – a ciência, para essa finalidade, não é exata –, que os 30m, 50m, 100m, 200m, 300m, esses números estanques não podem prevalecer. Hoje temos conhecimento, pela ciência, pelo que os senhores expuseram aqui, que não há como aplicarmos uma ciência exata para isso. Eu até pego o meu Estado, que é Santa Catarina, se aplicar a ciência exata lá, acho que é impossível, até porque se discutiu, aqui, em áreas alagadas, várzeas, banhados, os desenhos; de um lado do rio ele avança mais do que no outro. E aí precisamos, de acordo com a situação do terreno, precisamos aplicar ali uma legislação mais flexível para protegermos o meio ambiente, e também aproveitarmos, quem sabe, que do outro lado do riacho tenha condições com uma reserva menor de metragens poder produzir alimentos com segurança, com sustentabilidade e assim por diante.

Então, tendo um raio X dos nossos terrenos, do Brasil, tendo um mapeamento, podemos aplicar... Não podemos ficar com aquela ciência exata dos 30 metros, dos 50, dos 100, dos 200 ou dos 300 metros. Acho que essa flexibilização é possível. Temos uns colegas dos senhores de Santa Catarina que defendem essa tese que podemos já mudar. Em alguns lugares, alguns riachos, não precisam ser os 30 metros. Em outros, caso o terreno seja íngreme, de acordo com a posição dele, de ter que avançar, por ser menor, ou pode até diminuir. Vejo que deve haver essa flexibilização e a ciência já caminha para isso. Acho que é o melhor para todos nós. E sei, também, de antemão, que os nossos dois relatores aqui, o Senador Jorge Viana, na Comissão de Meio Ambiente, que também foi autor de uma nova proposta de defesa civil no Brasil, porque tem muito a ver com isso, em função dos desastres e dos sinistros, tem muito a ver com isso, e coube ao Relator dessa matéria, e tem muito a ver, também com a posição do outro Relator da Comissão de Constituição e Justiça



e de Agricultura, que é o Senador Luiz Henrique. Os dois têm que trabalhar para concluir e chegar a um grande entendimento.

Vou terminar, Sr. Presidente. E esse debate que houve aqui com a Drª Helena e com a Senadora Kátia Abreu é normal. Até pode haver esse debate entre os Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana para buscarmos o melhor; e vamos buscar. E a Senadora Kátia Abreu, pelo seu jeito de lutar, é psicóloga de formação, e a Drª Helena faz parte para tirarmos o melhor do debate. Sei que os dois Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana já estão até a noite, muitas vezes, de madrugada, fora de hora, trabalhando para trazer algo consensual. Nós não vamos chegar a uma ciência exata nesta legislação do Código Florestal, nem se pode. Temos que ser flexíveis, temos que ter um *rebolation*, (*Risos.*) no bom sentido, para chegarmos ao que é melhor para a sustentabilidade, para a produtividade, mas é. Não tem jeito, ser exato nesse caso não tem jeito, não tem jeito.

Então, são os comentários que trago, são algumas observações, Senador Rollemberg, que trago aqui e precisamos buscar o que seja o melhor para todos nós, para o futuro do Brasil, o melhor de todos nós. Queremos aqueles desenhos que os senhores terminaram, ficamos desejando um negócio sustentável, lindo, tudo verde, tudo regulado. Chegarmos a esse ponto é o desejável, mas não tem como ser uma ciência exata, nesse ponto não tem.

Então, cumprimentando a todos, trago aqui os argumentos para expor meus pontos de vista diante dessa empreitada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner pela sua contribuição a esse debate e pela descontração do ambiente.

A próxima inscrita é a Senadora Vanessa Grazziotin, em seguida, o Senador Waldemir Moka.

Senadora Vanessa Grazziotin, nobre representante do Estado do Amazonas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – O Senador Taques, que está aqui, diz que está querendo cortar a minha palavra, Presidente, diz que não tenho mais que perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A Presidência assegurará a sua palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Desculpe, Sr. Presidente, estou dizendo a ela que o Chaves está bem vivo, estou discutindo com ela aqui.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas a viagem para a Venezuela é mais tarde, é depois desse debate do Código Florestal.



Presidente, quero pedir mil desculpas, não só a V. Ex^a, mas aos nossos convidados, porque tive que me retirar durante boa parte das intervenções de V. S^{as} para participar de uma reunião em outra comissão com a presença do Presidente do Banco Central.

Mas, perguntei, como questionei meus colegas, companheiros, senadores que aqui estão, inclusive algumas pessoas que estão participando do debate desde o início, tem um assunto que considero importante e que parece que não foi tocado e sequer questionado. Inclusive, o Relator, Senador Jorge Viana pediu-me que fizesse e eu falei: Senador, eu voltei exatamente para fazer essa pergunta.

E no que diz respeito ao tema Código Florestal, eu criei um prefácio para mim mesma. E o prefácio diz o seguinte: eu comemoro muito esse debate; eu comemoro, inclusive, a divergência do debate, a contradição das opiniões, os conflitos, porque acho que isso é importante. Na minha opinião, a situação anterior a esse debate era pior do que essa, porque era silenciosa. Era uma lei maravilhosa, duríssima e inaplicável. Inaplicável! Ninguém obedecia, porque não tinha condições.

Então, eu comemoro.

O Presidente me olha ali com um sorriso estampado, porque ele comemora também. Nós estivemos em uma viagem fora do Brasil e ele lá expôs, com muita propriedade, o tema do Código Florestal e mostrando a responsabilidade brasileira quanto à votação e aprovação desse tema. Então, quero dizer que comemoro e cumprimento por isso mesmo o Deputado Aldo Rebelo, a quem me reporto dizendo o seguinte: não fosse o empenho do Deputado Aldo Rebelo, suas andanças pelo Brasil todo, talvez nós não tivéssemos chegado ao estágio que chegamos. E eu conheço o Deputado Aldo Rebelo, sei do compromisso dele com o Brasil. E ter compromisso com o Brasil não é somente ter compromisso com o pequeno, o médio e o grande produtor, é ter compromisso com o Brasil. E o que é o Brasil? O que somos nós? Parte do meio ambiente. Então, sei da preocupação que teve sempre o Deputado Aldo Rebelo.

Mas, a pergunta que faço para os senhores é o que tenho feito. E aí é um dos pontos que debati muito com o Deputado Aldo Rebelo; não tive a capacidade de convencê-lo, Senadora Kátia, não tive a capacidade de convencê-lo de um ponto que divergi desde o primeiro momento, que é essa liberação pura e simples da recomposição para áreas até quatro módulos. Inclusive uma dúvida, se é para todos, até o limite de quatro, ou só para quem tem até quatro. Eu entendo que é para todos até...

(intervenção fora do microfone.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É só até quatro? É só até quatro. No novo texto está claro que é até quatro módulos.



Eu tenho dúvida, eu sei, mas quem tem até quatro módulos, pode ser 20 hectares ou 400 hectares na Amazônia, na nossa região, na região do Senador e ex-governador Jorge Viana, na minha região 400 hectares, grande parte dos Municípios é o que representam quatro módulos. Mas, para lá, é considerado o pequeno produtor; e que nós temos que determinar a lei e pensar no ato da determinação da lei nas condições que esse agricultor, essa família vai ter para recompor e propor prever na própria lei. Porque eu não posso, pura e simplesmente, dizer que essa é a concepção. Vamos liberar da recomposição porque são pequenos produtores que não têm condições de promover, mas vamos dizer na lei qual será a forma que ocorrerá a recomposição, porque acho isso muito importante; até que ponto é aceitável e como se dará isso.

Então eu queria, ao fazer esse questionamento, ouvir a opinião de V. S^{as} a respeito do assunto.

O segundo assunto, também muito objetivo, nós estamos tratando do Código Florestal. As florestas prestam um serviço ambiental fantástico, mas isso não é tratado no Código Florestal, sequer é remetido esse aspecto, nem citado para que fosse remetido à outra lei. Eu gostaria de ouvir a opinião dos senhores e da senhora também, Dr^a Helena, a respeito desse assunto. Muito obrigada, Sr. Presidente. Procurei ser a mais breve possível.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – A senhora foi exemplar no respeito ao tempo, Senadora Vanessa Grazziotin.

E vamos ao próximo inscrito, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, longe de querer polemizar, eu quero até me referir ao Sr. José Antônio Aleixo, é que acho que essa questão tem que ficar muito clara, até em respeito aos meus colegas na Câmara e da Comissão da qual eu fiz parte.

Eu tenho aqui o ofício aprovado na Comissão em que foi convidado o Sr. Marco Antônio Raupp, enfim, todos os membros. E não houve possibilidade de comparecer. O requerimento está datado de 10 de novembro de 2010. Então, houve um convite. Eu não quero mérito, o senhor disse que não está com o documento pronto, mas é correto então dizer: na época em que a Comissão nos chamou nós não tínhamos condições de comparecer porque não tínhamos ainda. Isso seria o correto. Mas, claro que eu entendo que os senhores foram convidados para participar; naquele momento foram. Talvez não fosse, mas era final do ano, e é um ano inteiro de debate.

Então, eu queria deixar isso claro, até para não... Mas que ficasse isso claro, para que a gente pudesse... A partir daqui vou me relacionar com os senhores. Eu quero dizer para os senhores que venho de uma formação também em que a pesquisa é muito importante, eu sou médico de formação, durante quinze anos dei aula de Física e Química. Então, evidentemente, a gente tem uma formação nessa área, e que vai me ajudar a compreender. Então, eu vejo da seguinte forma: a contribuição que a ciência pode dar é



exatamente essa que o Senador Jorge Viana disse. É importante que a ciência se manifeste. Olhe, nós pensamos isso, isso e isso. A par do que os senhores colocarem, isso será importante quando da definição, que sempre será uma definição política. E nós não temos como não ter, até porque o País em algum momento vai ter que dizer: muito bem, isso aqui seria o ideal. Mas o País precisa produzir. São coisas... Ah, mas não pode ser a custo...

Então, se a gente pensasse isso, a gente podia ter aqui o Brasil como começou, as pessoas desmatando com machado. Claro que o impacto era muito pequeno, mas as pessoas podiam produzir. Se você vai produzir alimento em alguma área, o impacto ambiental vai ter, Senador Pedro Taques. Não tem como não ter. Agora, evidentemente, temos que reduzir o impacto o máximo possível; e essa é a contribuição da tecnologia.

Mas eu quero também colocar aqui, e aí, Senador Pedro Taques, evidentemente que o Código não será nem de produtor, nem de ambientalista. Não será, com certeza, porque 70% do Congresso é urbano.

Então, o que nós temos que fazer agora? É importante que os segmentos estejam representados e não me envergonho, em momento algum, de defender um segmento que acho legítimo. Exatamente esse embate de posições e idéias é que fará com que esta Casa seja esclarecida e tenha um meio termo, dentro do possível, para que a gente possa votar. Na minha avaliação, um terço que tenha como condição fundamental preservar o meio ambiente, mas que também não engesse o setor produtivo. Esse é o ideal. Se conseguirmos esse terço, os senhores, os produtores rurais querem isso. E como querem! Porque hoje, se vogar o decreto aqui, meu caro Presidente, 70, 80% dos produtores estariam na clandestinidade. Vou dar um exemplo: o Pantanal, eu levei a Comissão lá e fiz questão de mostrar. Ora, durante a cheia, no Pantanal, meu Deus do céu, tudo tem riacho, tudo tem, não há como. É uma planície que é inundada. Agora, há 250 anos se pratica a pecuária extensiva no Pantanal e o Pantanal é um “bioma” dos mais preservados que temos no País. E quem preservou isso? O pantaneiro, o produtor rural. Só para dar um exemplo das coisas.

Por isso que nós defendemos também que biomas específicos, como o Pantanal, é claro que tem que ter uma legislação específica. Como é que o Congresso... Tem dois Estados: o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul e nem mais nenhum. Será que no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul o Pantanal não vai ser bem debatido, com esse conhecimento? É claro que nós temos que ter uma legislação maior e assegurando realmente, dando os pontos importantes.

O Senador Blairo Maggi colocou aqui que muitas vezes o produtor produz, mas nem sempre ele pode fazer alternativa de cultura. Por quê? Porque nós não temos infraestrutura, nós não temos logística. Então, há uma série de coisas além da visão dos senhores, da ciência, que é o aspecto prático de quem



produz no campo e que precisa ter renda. Porque, ao longo do tempo, a renda do produtor foi cada vez diminuindo mais, e nós estamos vendo o percentual. E a própria ciência diz o seguinte: nós precisamos ter...

Rodrigo, eu acho que esse é o ponto importante que não foi colocado na Câmara e que, talvez, nós devêssemos colocar aqui no Senado. Até aproveitando o que diz o Senador Eduardo Braga, o pessoal da Amazônia, que é exatamente compensar o produtor que tem a sua reserva legal, que faz com que a qualidade de vida no Planeta seja coletivamente melhor. Só que hoje ele não ganha nada por isso. Se você for a outros países e perguntar, por exemplo, para os americanos, verá que, na propriedade dele, ele pode ocupar 100%. Então, quem faz a reserva legal lá? O governo. O governo é que tem a área; agora, o produtor rural americano usa 100% da área dele. E tudo isso eu quero debater com o senhor, com muita tranquilidade.

Às vezes, eu falo com uma certa emoção porque eu sou de um Estado, Mato Grosso do Sul, cuja economia depende fundamentalmente da agricultura, da pecuária. Mas se você falar para um sul-mato-grossense que vai acabar com o Pantanal ou vai criar qualquer problema com o Pantanal, evidentemente que o sul-mato-grossense e o mato-grossense vão reagir violentamente.

Nós não queremos isso. Nós queremos uma legislação que estimule a preservação, mas, pelo amor de Deus, chega de criminalizar o produtor. Chega de criminalizar aquele que, nos últimos tempos, produziu R\$60 bilhões contra R\$40 bilhões, que foi o déficit de todos os outros setores. Cobriu todo o déficit e ainda deu R\$20 bilhões de superávit para este País. É deste setor que estamos tratando aqui, senhores. E, por isso, a questão econômica tem que ser levada em consideração.

Ouço aqui, só para terminar, recuperação de pastagens degradadas; isso é tudo que o pecuarista quer ouvir. Por quê? Porque isso é uma coisa cara. E por quê? Porque hoje é mais barato abrir uma nova área do que recuperar a pastagem degradada. Agora, se nós tivermos dinheiro no orçamento, com um projeto, com uma fonte de financiamento, os senhores verão que os produtores rurais, os pecuaristas vão financiar a recuperação das suas pastagens degradadas com grande ganho na questão ambiental, porque as plantas, as gramíneas, ao nascerem, vão capturar o carbono, que é tudo o que nós queremos.

Falei demais, Sr. Presidente. Mas eu acho que este é um debate importante. Agradeço a presença de todos os senhores aqui e acho que este debate é realmente oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Waldemir Moka. Saiba que a sua contribuição é sempre muito importante neste debate.



Passo a palavra ao Senador Anibal Diniz, em seguida, ao Senador Aloysio Nunes Ferreira e à Senadora Ana Rita.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Senador Rodrigo Rollemberg, demais Senadores aqui presentes e debatedores, a cada debate que acontece nessa agenda proposta pelos nossos Relatores do Código Florestal, Senador Luiz Henrique e Senador Jorge Viana, e as Comissões de Meio Ambiente e a Comissão de Agricultura, eu me sinto um pouco mais fortalecido porque acho que estamos cumprindo com algo muito bom para o Brasil, que é fazer com que este tema seja exaustivamente debatido. E nós vamos ter que manter este ritmo de audiências públicas para, cada vez mais, municiar os Senadores das informações que se fazem necessárias para uma tomada de decisão consciente, uma decisão que não venha, amanhã ou depois, servir de peso de consciência para nós.

Então, os números apresentados, os dados científicos, as observações feitas por cada um dos debatedores nos dão a dimensão da responsabilidade que temos. Temos unanimidade no que diz respeito à necessidade de aumentar a produção, porque o Brasil é um grande contribuinte para a alimentação do mundo, e não podemos imaginar o Brasil diminuindo a sua produção, mas, sim, aumentando. Só que todo o trabalho desenvolvido pela Embrapa nos mostra que é possível, sim, aumentar a produção, aumentar a produtividade, sem degradação do meio ambiente, sem pressão sobre as nossas florestas, e fazendo com que o Brasil continue sendo o país que consegue produzir com sustentabilidade.

E eu, sinceramente, não entendo o porquê do incômodo de alguns dos nossos nobres Senadores no que diz respeito a isso. Eu acho que a ciência só vem para contribuir. Ela não nos ameaça. Pelo contrário, ela nos dá luz! Ela traz luz na obscuridade! Nós estamos vivendo um debate em que, em determinados momentos, parece que o obscurantismo medieval volta: “Ou temos aumento de produção, ou estamos sob ameaça”. Nós não estamos sob ameaça, porque a ciência está a favor do aumento da produção! É isso que estou entendendo. Aliás, todo o esforço da Embrapa no sentido de desenvolver novas tecnologias é para isso.

Então, estamos diante de um Brasil que tem todas as possibilidades de continuar crescendo e aumentando sua produtividade, e continuar sendo um país que respeita o meio ambiente. E, quanto a provocação que se coloca “Ah, mas nos Estados Unidos não tem APP!”, “Ah, nos demais países não se pratica isso!”, eu acho que nós estamos maduros o suficiente para construirmos o nosso próprio caminho. Nós estamos maduros o suficiente para dar a resposta que o planeta está pedindo. Nós estamos diante de situações absolutamente ameaçadoras, e esse assunto tem que ser debatido com total tranquilidade.



Há situações e situações a serem apreciadas. Na Amazônia, por exemplo, a reserva se faz absolutamente imprescindível, e há áreas já antropizadas, que podem aumentar, tranquilamente, sua produtividade, que não chegaram ainda a sua exaustão. Nós temos possibilidade, sim, de produzir muito mais com as áreas que temos já abertas. Por que se coloca que, se não mantivermos essa escalada de desmatamento, não aumentamos a produtividade?

Então, eu acho que temos, sim, todas as possibilidades para construir um consenso, juntando a ciência, a necessidade de produzir e a boa vontade de todos. Acho que o Senado vai pôr o ponto de equilíbrio nesse debate, e eu insisto: acho que, quanto mais claro nos fizermos neste debate, quanto mais nos fizermos entender pelas crianças... Pelas crianças, porque, no nosso pacto de gerações, temos que levar em conta o futuro. E as futuras gerações têm que ser levadas em conta neste nosso debate, porque, se não nos fizermos entender pelas crianças, se elas não dominarem este assunto ao longo dos quatro, cinco, seis meses que forem necessários...

E nós não estamos sob ameaça, porque a Presidente Dilma suspendeu, a Presidente Dilma reeditou o decreto, permitindo que ninguém seja penalizado daqui até dezembro. Então, temos tempo de sobra para discutir este assunto, sem que o produtor seja penalizado até lá. E, daqui para lá, acredito que vamos encontrar uma saída elevada para este assunto, e vamos ter um Código Florestal e uma política para a agricultura no Brasil que vai, sim, dar resposta ao que o Brasil necessita e espera de nós Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz.

Com a palavra, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Sras Senadoras, Srs. Senadores, senhores convidados, eu queria, em primeiro lugar, dizer que lamento não ter podido ficar aqui o tempo todo. Não sei se os nossos convidados sabem, mas somos esquartejados, porque pertencemos a diferentes Comissões, e, às vezes, como foi meu caso, tive que relatar uma matéria na Comissão de Educação, havia uma audiência em que eu precisava intervir, com o presidente do Banco Central, na Comissão de Assuntos Econômicos. Assim, só pude aproveitar do aperitivo – e, aliás, foi muito tentador ouvir as primeiras exposições. Então, corro o risco de chover no molhado se perguntar sobre assuntos que já foram respondidos.

Eu não vou tratar de questões jurídicas – anistia ou não anistia, qual é a data de corte, qual não é a data de corte –, porque não creio que seja o campo temático dos nossos convidados. Eu queria fazer algumas perguntas sobre o projeto de lei da Câmara e sobre a sua repercussão.

Primeiro, a possibilidade de compensação de reserva legal no mesmo bioma. Eu desmato em São Paulo e compenso na Bahia. Isso faz



sentido do ponto de vista da função ecológica da reserva legal na opinião dos senhores?

Segundo, há um artigo do projeto que veio da Câmara que dispensa os proprietários que possuam até quatro módulos fiscais de recompor a sua área de preservação permanente, especialmente a mata ciliar. Tenho uma pequena propriedade, conservo a minha mata ciliar, como manda a lei, mas quem está acima de mim no córrego não o faz. Eu recebo a enxurrada dele a erosão dele, e ele tem mais área aproveitável que a minha, embora eu considere que manter mata é muito bom para o próprio produtor.

No caso, o projeto da Câmara mistura dois critérios: o ecológico e o social. Acho que são coisas que não podem ser misturadas; daí porque concorde com uma linha sugerida pelo nobre Senador Moka, apenas esboçada no projeto de lei da Câmara, qual seja, o pagamento por serviços ambientais do pequeno proprietário que não tenha condições de bancar o seu passivo ambiental ou de resgatá-lo.

A terceira pergunta diz respeito à questão federativa. Não quero discuti-la juridicamente. Os Estados têm competência concorrente com a União para legislar sobre meio ambiente, e alguns Estados têm aproveitado essa competência para elaborar uma legislação própria. Minas Gerais tem isso; o Estado de Santa Catarina foi muito mencionado. Mesmo no Estado de São Paulo, recentemente, foi aprovada uma lei que permite a recomposição da reserva legal com espécies exóticas desde que combinadas com espécies nativas. Eu venho de uma região do Estado de São Paulo que é a maior produtora de látex do Brasil – eu mesmo sou um modesto produtor de borracha. Então, existe essa possibilidade.

A Comissão chegou a fazer um balanço de qual foi o resultado dessa possibilidade constitucional de os Estados legislarem? Há sempre um argumento *ad terrorem* de que, se abrir a competência aos Estados, vai ser uma devastação geral. Então, pergunto: há um balanço, fizeram alguma análise de qual foi o resultado dessa ocupação do espaço legislativo pelos Estados?

Eram essas as perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg; Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu gostaria de direcionar duas perguntas especialmente aos representantes da SBPC e também da ABC.

A primeira pergunta se refere ao inciso III do §3º, em que o texto aprovado pela Câmara adota o dia 22 de julho de 2008 como marco temporal para as áreas consolidadas. Então, até essa data os desmatamentos ficariam consolidados e, daí para frente, os desmatamentos seriam penalizados. Qual é a minha pergunta? O atual sistema de satélites brasileiros permite a indicação



precisa de quais áreas estavam desmatadas nessa data? Ou seja, a minha pergunta é: os satélites brasileiros permitem a indicação das áreas desmatadas até 2008 realmente, para que a gente possa ter esse marco temporal de fato assegurado?

Pergunto porque o que percebemos é que está havendo muito desmatamento recentemente. Então, gostaríamos de saber se os satélites conseguem, de fato, garantir esse desmatamento até 2008.

Uma outra pergunta é com relação às APPs. O estudo avaliou a versão em que se propôs a redução de 30 para 15 metros de APP ripária para os rios com até 5 metros de largura. A versão aprovada retomou os limites originais de APP, conforme a Lei nº 4.771, de 1965, mas abre a possibilidade de recomposição de apenas 15 metros para as áreas consolidadas.

Como a SBPC e a ABC avaliam essa alteração? Qual é a avaliação de vocês com relação a isso?

Então, são essas duas perguntas que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senadora Ana Rita.

Não havendo mais nenhum dos inscritos presentes, antes de passar a palavra para os nossos convidados fazerem suas observações e respostas aos questionamentos, eu quero agradecer a presença de todos e fazer uma homenagem à ciência brasileira. Eu entendo que a ciência tem uma enorme contribuição a dar a esse debate e basta vermos os dados que foram apresentados – salvo engano pelo Dr. Celso Manzatto – que mostram que, nos últimos 30 anos, o Brasil aumentou sua área agrícola em 45,6% e aumentou a sua produção em 268%. Se conseguiu fazer isso foi graças à ciência, foi graças ao desenvolvimento científico e tecnológico, às inovações no setor agrícola e pecuário.

Vou fazer algumas observações aqui, reitero e tenho defendido que para que efetivamente a gente consiga recuperar, dê efetividade ao Código de recuperação, especialmente das áreas de preservação permanente, entendo que precisamos criar instrumentos econômicos que incentivem especialmente o pequeno proprietário, o pequeno produtor, o agricultor familiar a recuperar a sua área de preservação permanente.

Então, nós corremos o risco de aprovarmos um código que não se efetivará. Entendo que isso é absolutamente justo porque, ao fazê-lo, ele estará prestando também um bem, que é coletivo, um benefício coletivo. E, ao mesmo tempo, estaremos abrindo uma janela de oportunidade no nosso País, especialmente para o setor florestal brasileiro, na área de produção de sementes, na área de produção de mudas. E, ao ver a apresentação do Dr. Celso Manzatto, com quem já tive oportunidade de conversar algumas vezes – e aí quero dizer, Prof. Elíbio, que nós aceitamos, a Comissão aceita a disponibilidade da comunidade científica de fazer um esforço concentrado para



ver que tipo de contribuição pode dar a esse debate. Mas tem um gráfico ali que é extremamente interessante, que mostra como o plantio direto reduziu os processos de erosão e assoreamento. Para mim está claro, é absolutamente claro que, do ponto de vista de política pública, quem utiliza uma técnica dessa, deve ter um financiamento diferenciado em relação a quem não usa – ou seja, a política pública.

Quero aqui mais uma vez lembrar o exemplo dado pelo Senador Blairo Maggi, se referindo ao seu pai, agricultor no Paraná, que tinha resistência a utilizar as curvas de nível na produção agrícola. A partir do momento que o Banco do Brasil condicionou o financiamento à elaboração de curvas de nível – mais uma contribuição da ciência –, ele resistiu dois, três anos e, a partir disso, passou a fazer e nunca mais deixou de fazer. Saiu ganhando com isso. O Banco exigia.

Portanto, nesse debate, estou muito animado com a mobilização da sociedade brasileira em torno desse debate e consciente que nós temos uma agenda fantástica para o Brasil, não apenas na discussão do Código Florestal, mas na agenda pós-Código Florestal. E aqui eu quero alertar que a Comissão de Meio Ambiente do Senado, por uma resolução – salvo engano, a Resolução nº 1, da Comissão Mista de Orçamento –, nós não podemos, por exemplo, colocar na emenda orçamentária recursos para o Ministério da Agricultura, para a Embrapa, por exemplo. É claro que o que nós precisamos fazer aqui – e estamos fazendo um grande esforço de entendimento em torno do Código Florestal, e esse esforço de entendimento deve continuar posteriormente a aprovação do Código Florestal – é acabar com a dicotomia entre a agricultura e meio ambiente, e para isso nós vamos precisar investir cada vez mais em conhecimento, porque o conhecimento foi o maior responsável para que nós não avançássemos mais nos nossos biomas em uma quantidade muito menor de áreas, aumentando a nossa produtividade.

Agora, está claro para mim também nas apresentações, especialmente, salvo engano também nesse caso específico do Celso Manzatto, de que um dos grandes desafios da agricultura e da pecuária brasileira hoje é aumentar a produtividade da pecuária. Porque nós aumentamos muito a produtividade da agricultura nos últimos anos, mas aumentamos muito pouco a produtividade da pecuária brasileira. E se o nosso grande desafio é fazer avançar a produção de alimentos e a produção de energia nas áreas de pastagem degradadas que nós temos no nosso País, para que a gente mantenha a atividade pecuária nós precisamos, para aliar as duas, aumentar muito a produtividade da pecuária brasileira, que vai abrir áreas de pastagens – para a produção familiar também, é verdade – para a agricultura e isso vai reduzir a pressão sobre novos biomas.

Então, eu queria aqui registrar que nós temos uma agenda que nós já devemos começar a construir conjuntamente como um pacto dos senadores



da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Agricultura, é dessa atuação conjunta pós Código Florestal. Por exemplo: a questão do zoneamento ecológico e econômico, e a questão do zoneamento agrícola, que é fundamental para que a gente possa... e essa informação é do interesse de todos. É claro que o agricultor quer saber qual a cultura mais propícia para aquele tipo de solo que ele tem e que vai impactar menos. Portanto, a questão do zoneamento é fundamental. A questão do mapa de solo. Ora, se para a ciência o fundamental seria definir as áreas de preservação permanente pela declividade, pela textura, pela espessura do solo, pelos recursos genéticos previstos ali naquela área de preservação permanente, nós precisamos ter mapa de solos. E para implementar esse desafio colocado pelo Dr. Ricardo, de extrema importância, de buscar construir, simular onde deveriam estar as áreas de reserva legal, onde ela seriam preservadas, qual a área menos nobre – digamos assim – da propriedade e guardar as áreas mais nobres para a produção agrícola, nós temos que investir nesse conhecimento. Acho muito interessante esse desafio que se coloca de criar os instrumentos de zoneamento, de pesquisa para apontar essas simulações de onde deveriam ser feitas as compensações. Agora, percebo também que outro pacto, digamos assim, que deveríamos fazer das diversas Comissões desta Casa, do Senado, do Congresso Nacional, é em torno da necessidade – que está muito presente na exposição do Dr. Ricardo – de intensificarmos, aparelharmos a assistência técnica e a extensão rural no nosso País, porque grande parte dessas questões colocadas, tanto do ponto de vista da orientação quanto do ponto de vista, depois, da correção, nós só conseguiremos fazer se tivermos, efetivamente, uma assistência técnica, uma extensão rural mobilizada para aproveitar o conhecimento produzido nas universidades, nos institutos de pesquisa, na Embrapa para fazer chegar ao produtor rural. São todas contribuições extremamente significativas que eu percebo que a ciência pode dar a esse debate, não apenas em relação à atualização do Código Florestal, mas a um debate posterior a aprovação do Código Florestal.

Eram essas as colocações e consulto o Senador Randolfe se quer fazer alguma colocação antes de passarmos à palavra aos membros da Mesa, agradecendo, mais uma vez, aos representantes da comunidade científica por essa enorme contribuição que trazem a esse debate.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Senador Moka com a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu tenho de me ausentar, porque me comprometi de participar de um debate agora, às 13 horas. É um compromisso assumido e achei que até 1 hora da



tarde seria o tempo que nós levaríamos aqui. Eu peço desculpas, porque acabei fazendo algumas colocações e, pela minha educação, teria que ouvi-los.

Então, peço desculpas, porque assumi esse compromisso e preciso me retirar, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO ALEIXO DA SILVA – Só uma intervenção, é muito bom saber que o senhor foi professor por 15 anos. Então o senhor sabe que desmatamento zero pode ser difícil, mas ressentimento zero, entre nós, está garantido.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu não tinha a menor dúvida, porque eu sei que o homem de ciência tem a mente e o cérebro abertos.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO ALEIXO DA SILVA – É claro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Moka, pela sua contribuição. Nós ouviremos por V. Ex^a. Mas agradecemos a contribuição, sempre valiosa, de V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente Rodrigo, estou satisfeito em especial com os questionamentos feitos pelo Senador Aloysio. Sinto-me contemplado. Mas o Senador Aloysio toca em dois pontos que considero importantes ouvirmos da Comissão e dos Membros que estão à Mesa.

Um é questão se existe... Eu quero só reforçar esse questionamento, mas se existe alguma pesquisa, algum estudo, alguma informação sobre a possibilidade da flexibilização da legislação para os Estados? Se existe algum estudo sobre o impacto que isso poderia concretamente trazer ao meio ambiente?

O segundo, também em relação à questão da reserva legal, nos mesmos termos que aqui foi questionado pelo Senador Aloysio, no sentido de: O que a ciência tem dito, tem estudado sobre esta possibilidade de compensação de biomas de reserva legal? Reiterando o termo de desmatamento no Rio Grande do Sul compensar com bioma idêntico ou igual em Goiás ou em outra Unidade Federada.

Esses dois questionamentos eu considero importantes para a construção de uma opinião, aqui por parte da Comissão de Meio Ambiente.

No mais, Sr. Presidente, aí é um questionamento, em virtude não ao tema aqui propício, mas a V. Ex^a, como Presidente da Comissão, se nós teremos, ainda nesta semana, outra reunião desta Comissão? E visto que a outra semana é a última antes do recesso, quantas... Enfim, estamos aqui paralelamente, a nossa Comissão é de Meio Ambiente; Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle. Eu tenho um tema que é referente à última parte, fiscalização e controle.



Nós temos dois requerimentos que estamos protocolando nesta Comissão, de minha lavra e do Senador Pedro Taques. O primeiro é para convidar os membros da direção do Dnit, que foram afastados esta semana pela Presidente Dilma; e o outro é para convocar o Ministro dos Transportes para vir a esta Comissão.

É um requerimento assinado por mim e pelo Senador Pedro Taques e, por isso, quero comunicar a esta Comissão. É lógico que esses requerimentos se referem à última parte da definição da nossa Comissão, que é a parte que trata da fiscalização e do controle.

Mas eu queria só uma informação de V. Ex^a, Sr. Presidente: quantas reuniões ainda teremos para, nelas, poder fazer a leitura do requerimento e termos a apreciação de ambos?

Eram essas as considerações. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Senador Randolfe.

Nós ainda não definimos quantas reuniões ainda teremos até o recesso, certamente mais uma na semana que vem. Mas a nossa ideia é tentar, nesta semana ainda, talvez na quinta-feira, fazer uma reunião deliberativa para tentar limpar a pauta dos projetos que estão na Comissão.

Quero registrar que já se encontra aqui na mesa o requerimento, de autoria do Senador Blairo Maggi, assinado por mim, solicitando um convite para que o Ministro dos Transportes, Senador Alfredo Nascimento, preste esclarecimentos nesta Comissão. Se houver concordância, nós vamos submetê-lo extrapauta no final.

Passo a palavra ao professor Aleixo.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO ALEIXO DA SILVA – Sr. Presidente Rollemberg, acho que, em nome do GT – a professora Ana já agradeceu –, nós gostaríamos muito de agradecer pela convocação. Podem ficar tranquilos, nós aprendemos muito com vocês. Não viemos para ensinar, viemos para trocar informações com vocês. Realmente foi muito informativo e eu até gostaria de fazer uma solicitação ao Senador que nos mande a gravação da reunião porque, certamente, há muita coisa importante que vai ser possível ser respondida em pouco tempo e temos que fazer alguma consulta.

Com relação ao Senador Jorge Viana, com relação às cidades, o Carlos Nobre faz parte desse GT e amanhã ele falará na Comissão de Ciência e Tecnologia e vai se encarregar dessa parte específica.

Gostaria de fazer um pequeno esclarecimento, e que a Senador Kátia Abreu estivesse aqui, mas como vai ficar gravado ela ouvirá depois. O esclarecimento é sobre o que aconteceu no GT. Gente, o GT foi extremamente democrático, a questão com o Senador Alysson Paulinelli foi uma questão pontual, ele simplesmente não gostou de uma palavra posta num documento e saiu do GT sem nos dizer o porquê. Porque se ele tivesse voltado nós teríamos



dialogado. Temos carta dele muito elogiosa, muito educada. Isso aconteceu ele infelizmente foi para a imprensa, é um direito que lhe assiste. Quanto ao pesquisador da Embrapa, Gustavo Cursio, como a Senadora falou que ele saiu do GT, na realidade ele foi convocado uma vez para o GT como convidado. Se ele quisesse participar que, obviamente, ele participaria, seria um prazer nosso. Oficialmente, ele ao fazia parte do GT. Inclusive enviou uma carta muito delicada, para mim, dizendo que não poderia voltar porque iria a um encontro em Cancun.

Não estou querendo rebate o que a Senadora falou, mas são informações que vocês têm que ficar cientes. Todas as nossas reuniões foram gravadas, como está sendo feito aqui. O objetivo não era tutelar as conversas de "a" ou "b", mas porque foram mais de 10 reuniões, por dois dias, foram mais de 80 horas de gravação, que certamente vamos precisar delas.

O Presidente já me avisa sobre o tempo, vou ser tão breve quanto Fidel Castro.

Gostaria de mais uma vez agradecer e dizer que existe um ditado de D. Pedro II que admiro muito Eu sei que os senhores sabem dosar a velocidade da vocação do Código, mas D. Pedro II, quando o cocheiro queria corre muito, ele dizia: "Devagar que eu tenho pressa".

Então, a decisão está nas mãos dos senhores. Tenho certeza de que os senhores vão dosar a velocidade que seja necessária. Quero agradecer em particular ao Professor Joly que não está aqui conosco, porque o avião não chegou na hora. Joly, muito obrigado, e aos membros do GT muito obrigado em nome da SBPC e ABC.

Agradeço a todos a oportunidade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Professor Aleixo.

Passo a palavra ao Professor Antonio Donato Nobre.

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Vou tentar ser breve em relação às perguntas colocadas.

O Senador Pedro Taques perguntou se o substitutivo prejudicará, o texto que chegou da Câmara. Só tenho a responder que o seguinte. Esse documento aqui tem a resposta. Ou seja, o que nós analisamos é um pouco diferente do que foi aprovado e que no nosso entendimento preliminar, o que foi aprovado piora várias coisas daquilo que nós já havíamos analisado criticamente. Então a gente não estaria aqui se aquele texto estivesse e citando o próprio Deputado Aldo Rebelo com quem nos entrevistamos, ele reconhece que o texto não é ideal, e que poderia ser uma coisa melhor. Lamentou que a ciência não participou. Vamos esquecer o passado e conversar sobre as questões que o Senador Jorge Viana colocou sobre o caminho novo e os princípios a seguir.



Na seção III do nosso a gente coloca como proposta de encaminhamentos futuros vários pontos que são os princípios gerais que entendemos. Vou ler apenas dois, que no meu entender, são críticos, que devem ser fundamentados numa construção participativa de consenso que é óbvio.

“deverá estar embasado numa visão plural e propositiva que integre o meio rural com o urbano – como a Senadora Ana Amélia estava preocupada – respeitando as particularidades ambientais de cada bioma, dentro de um conceito de ordenamento territorial e planejamento da paisagem”.

Nós até criamos expressão chamada: paisagens produtivas sustentáveis. Ao invés de falarmos paisagens agrícolas ou paisagens naturais, devemos pensar no integração. Então isso daí já mostra esses princípios.

Há uma questão que eu me proponho a pincelar: a questão do clima.

O Senador Gurgacz, na última vez que estivemos aqui, nos consultou muito interessado sobre a questão dos 80% na Amazônia, de reserva legal, e da dificuldade dos proprietários lá. E a resposta que eu dei a ele foi que a floresta, na Amazônia, tem um papel fundamental na circulação de água na América do Sul. Isso são resultados de pesquisas, existem muitos estudos publicados sobre isso, que são os Rios Voadores. O quadrilátero que vai de Cuiabá a Buenos Aires e de São Paulo aos Andes, que produz 70% do PIB da América do Sul, depende da água que vem da Amazônia.

Então, quando a gente fala de floresta, nós estamos falando das árvores, são gêiseres, transferem umidade para a atmosfera. São 20 bilhões de tonelada de água evaporada por dia na Amazônia. Para vocês terem uma ideia, a energia envolvida nesse processo consumiria 50 mil itaipus. Esse é o motor, o motor hidrológico. Quando a gente fala de propriedade na Amazônia, não quero culpar o pobre do fazendeiro de gado que só sabe criar gado e que foi para lá e está com 80% da propriedade inviabilizada. Eu entendo a demanda, entendemos a demanda. Porém, temos que encontrar um caminho que contemple essa realidade. É uma realidade inescapável.

Obrigado. Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Nós que agradecemos, Prof. Dr. Antonio Donato Nobre. V. S^a traz uma grande contribuição a este debate.

Com a palavra o Dr. Celso Manzatto, da Embrapa.

O SR. CELSO VAINER MANZATTO – Senador Rollemberg, obrigado. Três minutos, não dá para olhar tudo aqui, então vou tentar aquelas que me são mais afetas: a questão do princípio, Senadores Pedro Taques e Jorge Viana, e a questão da própria ciência.

De fato, tivemos um período, em nosso País, em que pouco se fez do ponto de vista de zoneamento – vários Estados o fizeram – e planejamento.



Isso teve reflexo na nossa ciência na medida em que despertamos tarde para a questão até da própria tramitação do Código Florestal. É uma mea-culpa que podemos fazer em relação a ter mais informações, por exemplo, informações prementes sobre a questão da quantificação de serviços ambientais que a Embrapa e toda a Academia está tendo que fazer; a quantificação não é algo muito simples.

Mas, no tocante às questões do Código Florestal, o entendimento maior como princípio, Senador Jorge e Senador Pedro, é que estamos trabalhando ou lidando com conflitos de interesses todos legítimos e que temos, então, de uma forma – e o Congresso Nacional é a casa apropriada –, que lidar com esses conflitos. Nós entendemos, Embrapa e instituições que compõem o GT, que as nossas contribuições servem apenas para embasá-los na tomada de decisão, que certamente é política. Não há outro entendimento que não esse em relação ao que estamos aqui fazendo.

A questão da flexibilização, Senador, sinceramente, só posso dizer que há que se pensar em como, na legislação, ela pode ser aplicada no futuro, como vai se compensar algo em outro Estado, com outra legislação ambiental, com a outra Secretaria de Meio Ambiente a questão de como fazer a fiscalização disso e mesmo a própria política de cada Estado em relação à sua agenda ambiental. Por exemplo, Estados que hoje já têm compromissos com a redução do gás carbônico, como São Paulo, onde a questão do próprio reflorestamento é uma agenda positiva colocada dentro do Estado. Então, há que se pensar que não se vá criar algum problema em relação às políticas de cada um dos Estados. Não é apenas a questão de uma eventual compensação focada no preço da terra, mas é algo que tem que ser, de fato, pensado.

De uma forma geral, gostaria de agradecer a nossa participação e colocar-nos, a Embrapa, a Embrapa Meio Ambiente, à disposição dos Srs. Senadores, inclusive para um convite, mais adiante, na questão do clima, para os senhores conheceram o que nós, na Embrapa, já estamos nos preocupando em relação à mudança climática, a questão das doenças, das pragas e da influência que essa questão terá no futuro. Entendemos que toda a discussão do Código e a agenda ambiental pós-Código, vai se dar em relação a como vamos encarar esses custos ou oportunidades dentro de uma economia verde. E quanto poderemos, então, do ponto de vista de investimentos e de aplicação nessas áreas, desenvolver novos negócios como alavancar o desenvolvimento da nossa economia.

Vamos lembrar da retomada da produção de etanol no Brasil, como um vetor de desenvolvimento econômico, dentro de uma filosofia de uma economia verde, e também, olhar toda a questão de oportunidade que hoje vemos na indústria, e vou citar apenas uma, uma revendedora de pneu que usa a questão da economia verde como mote para alavancar as suas vendas e revendas. Essas são as novas oportunidades, as novas possibilidades que se



abrem dentro de uma visão, dentro de mundo que, certamente, terá que fazer um esforço de descarbonizar a sua economia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado Dr. Celso Manzatto, pela contribuição que V. Sr^a traz a esse debate e passo a palavra ao Dr. Ricardo Rodrigues.

O SR. RICARDO RIBEIRO RODRIGUES – Obrigado Senador Rollemberg, fico muito contente aqui com a nossa participação, pela síntese que foi feita pelo Senador Rollemberg. Acho que S. Ex^a pegou exatamente a essência do que viemos falar aqui e fico muito feliz, porque realmente acho que V. Ex^a conseguiu traduzir e certamente vai conseguir levar isso para os trabalhos futuros deste tema nesta Comissão.

Com relação a uma questão que foi colocada muito claramente pelo Senador Pedro, se há prejuízo; há prejuízo. Com certeza tem prejuízo e está explícito na nossa apresentação e os prejuízos são, em alguns momentos, bastante intensos. Então, isso precisa ficar esclarecido. O Senador Jorge coloca a questão dos princípios, que acho que é muito interessante.

Além daquilo que está no livro que o Donato já leu, temos um princípio, para a discussão do Código, que é o contexto; 55% da nossa área agrícola, já disponível para a agricultura, está ocupada com pastagem, em cima dessa produtividade que comentamos.

Então, essa é a nossa realidade, 55% está com pastagem com baixa produtividade, onde não foi, historicamente, aplicado um pacote tecnológico. E a maioria das nossas florestas não estão protegidas, não têm instrumento de proteção.

Então, fica claro que vamos usar adequadamente as nossas áreas agrícolas antes de qualquer possibilidade de novos desmatamentos ou de políticas que levem a novos desmatamentos. Temos que tratar os pequenos produtores, a agricultura familiar de forma diferenciada; temos que tratar algumas culturas de forma diferenciada. E vejo, por exemplo, o Deputado falar da questão da viticultura, da questão do café, das encostas. Se formos computar, em termos de área para a agricultura, estaremos falando de 3%, 4% da área agrícola, que está disponível. Então, não vamos mudar 97% da agricultura por causa de 3% da área agrícola. Esses casos têm que ser tratados diferencialmente, lógico. Temos que tratar a questão da viticultura de forma diferenciada, temos que tratar a questão do arroz de forma diferenciada, mas isso representa 3% da nossa atividade de produção agrícola. Não é por isso que vamos mudar os 97%. Então, essa é uma questão de princípio que acho que tem que estar, porque colocando essas pequenas exceções foi mudado tudo.

Então, isso precisa ficar muito claro. Alguns ambientes e algumas culturas também têm que ser tratados de forma diferenciada, como é a questão



do Pantanal, sem problema nenhum. Então, isso é consenso, inclusive da academia.

A questão que foi colocada pelo Senador Aloysio e reforçada pelo Senador Randolfe, a questão do bioma, fica muito claro para a ciência que a proposta de bioma, em termos ambientais, é muito ruim. Por quê? Porque no bioma mata atlântica você tem muitos ecossistemas que, no seu conjunto, fazem a conservação da biodiversidade. Então, não dá para São Paulo compensar o seu déficit de reserva legal numa floresta no sertão de Pernambuco, porque conservará uma coisa muito diferente do que deveria conservar em São Paulo. Ambientalmente, isso não é aceito, e nem deveria ser aceito em termos de mercado. Logicamente, se abrirmos o mercado, isso é mercado podre da compensação, porque uma usina de cana compensará, em Recife, Pernambuco, num preço de terra muito diferente do que daqui. Acho que isso não tem vantagem nem de mercado. Então, nós não defendemos isso.

Um paradigma foi colocado pela Senadora; precisa ficar claro que restauração no Brasil não se dá nesses termos que tem sido colocada nas falas. Por exemplo, para a Amazônia – e estamos falando de toda a Amazônia –, a restauração é basicamente abandono e condução da regeneração natural, com baixíssimo investimento. Essa é uma questão que precisa ficar clara. Hoje essa questão não é colocada como custo.

E a Senadora Ana Rita coloca a questão das áreas consolidadas. Eu nem discutiria se há instrumento de imagem ou não.

Veio da Câmara para cá um avanço interessantíssimo, voltando os 30 metros de APP. Entendo que, nessa volta, considerou-se a importância das áreas de preservação permanente para todos os serviços ambientais, de conservação de água, de solo, de corredor ecológico etc. Se se trata daquelas áreas consolidadas que já estão usadas, a APP já foi desmatada e não precisa restaurar, você jogou fora todo o serviço, a importância da APP. E mais que isso: se só se restauram 15 metros, então traz a APP para 15 metros, que é, pelo menos, mais honesto. Essa é a discussão que eu faria.

Gostaria de agradecer novamente ao Senador Rollemberg, porque acho que ele pegou muito a essência da nossa apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Dr. Ricardo.

Passo a palavra ao Dr. Elíbio, da Academia Brasileira de Ciências.

O SR. ELÍBIO LEOPOLDO RECH FILHO – Antes de mais nada, gostaria de parabenizar e agradecer a intervenção do Senador Rodrigo Rollemberg, muito apropriada, oportunamente, focada, que certamente sumarizou bem o nosso interesse sobre o Código Florestal.

O que eu tenho a dizer, enfatizando o que eu já disse, é que a nova métrica da agricultura, que envolve muito mais do que floresta e produção agrícola, é importante, é fundamental, é uma oportunidade para o Brasil, e nós



devemos usá-la da melhor forma. Então, a palavra é intensificação sustentável da produção de alimentos em nosso País.

E eu fico muito feliz pelo entendimento e pela oportunidade de, mais uma vez, esta Casa trazer a ciência como subsídio para tomar a decisão. Nós estamos à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) –

Muito obrigado, Dr. Elíbio, V. S^a também trouxe uma grande contribuição a este debate. E nós agradecemos, mais uma vez, a disposição de participar, num esforço concentrado, do debate sobre o Código Florestal.

Passo a palavra à Dr^a Helena Nader, Presidente da SBPC, à véspera da realização do Congresso, mais um encontro nacional da SBPC, que se realizará em Goiânia a partir do próximo dia 10. Agradeço a sua presença.

A SR^a HELENA BONCIANI NADER – Eu quero, mais uma vez, agradecer ao Senador Rodrigo Rollemberg e aos senhores que estão aqui, desde 8h30 da manhã, participando deste debate, e reiterar, mais uma vez, que a ciência brasileira reconhece publicamente – e tem dito isso inúmeras vezes – a força econômica da agropecuária brasileira, que nos levou ao ponto que chegamos na economia.

Apesar de eu ser da área da saúde, sei que isso começou, na verdade, com a escola de agronomia mais antiga deste País, que está no recôncavo baiano. Ela foi criada por D. Pedro I e hoje é a Universidade Federal do Recôncavo Baiano. É a escola mais antiga das Américas. O senhor está vendo que eu conheço alguma coisinha. Eu tenho muito orgulho da nossa história, e eu estudo muito. Não sei se o ano foi 1824 ou 1825, não sei o número exato, mas foi D. Pedro I quem a criou, e ela fica em Cruz das Almas. É espetacular a história ali. Depois vem a criação de outras escolas, vem a Esalq e a nossa Embrapa.

Quem não tem orgulho da Embrapa? Talvez o brasileiro que ainda não aprendeu a falar e a ouvir, o recém-nascido, mas que já tem alimentação garantida via agropecuária brasileira.

Ao mesmo tempo, pouco conhecemos da biodiversidade brasileira. Somos um continente, na verdade. Se vocês olharem o nosso País, ele é um continente. Então, o que nós, como ciência, estamos trazendo é: qual é o ponto de equilíbrio que teremos de ter para fazer uma legislação – e aí são os senhores – moderna, do séc. XXI, que leve em consideração essa história da agropecuária brasileira e a biodiversidade, o meio ambiente?

Só para encerrar, alguém comentou, e já foram vários, que o Código Florestal – e também temos dito isso o tempo todo –, na verdade, deveria ser muito mais um código de ocupação de terra. Eu sempre brinco: a floresta da Tijuca acho que não mostra um passaporte para estar dentro da cidade do Rio de Janeiro. Então, com a ocupação urbana, as cidades estão



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES

SF - 86

sofrendo hoje. A minha cidade de São Paulo sofre hoje por não ter tido uma legislação que impedissem que as margens do rio Pinheiros, que eram uma várzea, fossem ocupadas da maneira como foram.

Então, temos que ser sábios, e acho que o ser humano é isto: ele aprende com os próprios erros. E quero agradecer realmente o privilégio de ter aprendido com meus colegas durante todo esse tempo em que ficaram discutindo, e agradeço aos senhores pelo privilégio de nos ouvirem e de tê-los ouvido.

Muito obrigada, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) –
Muito obrigado, Drª Helena.

Quero agradecer a todos os nossos convidados

Tenho convicção de que o Senado viveu mais um grande momento de debate sobre a revisão do Código Florestal, com a contribuição da academia brasileira. E quero dizer que nós queremos, ao longo deste trabalho, ouvir os senhores permanentemente, para que possamos oferecer o melhor texto para o Brasil.

Eu vou suspender a reunião por dois minutos, para podermos nos despedir de nossos convidados. Em seguida, votaremos alguns requerimentos extrapauta e um termo de compromisso da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal com a Eletronuclear.

(Suspende-se a reunião às 13 horas 24 minutos.)

(Reabre-se a reunião às 13 horas e 27 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) –
Dando continuidade a nossa reunião, quero registrar que temos alguns requerimentos, em pauta extra, de autoria do Senador Blairo Maggi, que também subscrevo, bem como de autoria da Senadora Kátia Abreu, de autoria dos Senadores Randolfe Rodrigues e Pedro Taques.

São, pois, quatro os requerimentos cuja inclusão em pauta extra submeto ao Plenário para uma decisão conjunta

Lembro que estamos em uma reunião conjunta com a Comissão de Agricultura.

Aqueles que concordam com a inclusão extrapauta dos requerimentos permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Primeiro requerimento, de autoria do Senador Blairo Maggi.

- Não Terminativo -

REQUERIMENTO Nº 49, DE 2011-CMA

Com fundamento no Regimento Interno do Senado Federal, art. 90, II, requeiro a realização de audiência pública conjunta desta Comissão com a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), com a participação do Ministro



**SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES**

SF - 87

dos Transportes, Senador Alfredo Nascimento para prestar informações e esclarecimentos sobre denúncias da revista Veja (Edição 2224, desta semana), relativas a possível esquema de corrupção no Ministério dos Transportes.

Autoria: Senadores Blairo Maggi e Rodrigo Rollemberg.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

- Não Terminativo -

REQUERIMENTO Nº 50, DE 2011-CMA

Requeiro, nos termos regimentais, e, em aditamento ao Requerimento nº 02/2011-CMA, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, propondo um Ciclo de Debates destinado a coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento da reforma do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 1965), seja acrescentado à lista de convidados para participar dos debates o seguinte nome:

- Evaristo Eduardo de Miranda, Doutor em Ecologia e pesquisador Embrapa Monitoramento por Satélite em Campinas/SP;

Autoria: Senadora Kátia Abreu.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

- Não Terminativo -

REQUERIMENTO Nº 51, DE 2011-CMA

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, inciso III, da Constituição Federal, c/c o art. 90, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Ministro dos Transportes, Sr. Alfredo Nascimento, seja convocado a prestar informações, no plenário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle desta Casa, sobre as denúncias publicadas na imprensa, Revista Veja (Edição nº 2224), acerca da existência de esquema de corrupção em diversos órgãos daquele Ministério.

Autoria: Senadores Randolfe Rodrigues e Pedro Taques.

O mesmo teor do requerimento do Senador Blairo Maggi.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)



**SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES**

SF - 88

Aprovado.

Quero esclarecer, antes de ler o próximo requerimento, que recebemos correspondência do Sr. Luiz Antônio Pagot, que diz:

Cumprimentando-o cordialmente, coloco-me à disposição do Senado Federal para prestar esclarecimentos desejáveis ao pleno afastamento de quaisquer suspeitas que possam pairar sobre a atuação desta autarquia.

Sem mais para o momento, reitero que continuo à disposição para o atendimento às demandas concernentes ao cargo que ocupo com toda a dedicação e compromisso.

Luiz Anrtonio Pagot, Diretor-Geral do Dnit

- Não Terminativo -

REQUERIMENTO Nº 52, DE 2011-CMA

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, c/c o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando as denúncias publicadas na imprensa, Revista Veja (Edição nº 2244) acerca da existência de esquema de corrupção em diversos órgãos do Ministério dos Transportes, sejam convidados os senhores listados abaixo, para que compareçam ao plenário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle desta Casa para prestar os devidos esclarecimentos:

- Luiz Antônio Pagot;
- José Francisco das Neves;
- Mauro Barbosa Silva; e
- Luis Tito Bonvini.

Autoria: Senadores Randolfe Rodrigues e Pedro Taques.

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Eu quero registrar que, a partir da criação da subcomissão externa, uma subcomissão da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, para visitar as obras de Angra I, Angra II e Angra III, uma visita à empresa Eletrobrás Termonuclear, e nós temos aqui à disposição das Sras e dos Srs. Senadores o relatório daquela viagem, decidimos propor um termo de ajuste anexo ao relatório final da Comissão temporária externa a ser assinado pelos Srs. e Sras Senadores e pelo Diretor-Presidente da Eletronuclear, Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, a quem convido a fazer parte da Mesa. Convido também o Senador Lindbergh Farias.



Primeiro, vou ler o termo de ajuste anexo ao relatório final da Comissão temporária externa, submeterei à apreciação do plenário e, em seguida, à assinatura das Sras e Srs. Senadores.

Quero dizer que essa é uma inovação que está sendo proposta aqui pelo Senador Lindbergh Farias e acho que é um avanço, em que, nos resultados das audiências públicas e das diligências promovidas pelo Senado através das suas diversas comissões temáticas, nós tenhamos ao final um termo de compromisso, de ajuste assinado entre os Srs. e Srsas Senadores, quando formalizado às comissões, com os representantes das instituições visitadas ou diligenciadas.

**TERMO DE AJUSTES ANEXO AO RELATÓRIO FINAL DA
COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA
(RQS nº 237, de 2011)
Visita à Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto
Angra dos Reis, RJ**

COMPROMISSÁRIOS:

PRIMEIRA COMPROMISSÁRIA

Comissão Temporária Externa para Visita *in loco* à Eletrobras Termonuclear (ELETRONUCLEAR S.A.), constituída nos termos do Requerimento nº 237, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Lindbergh Farias, aprovado em 22.03.2011, neste termo representada pelos Senadores e Senadoras signatários infra

SEGUNDA COMPROMISSÁRIA
Eletrobras Termonuclear (ELETRONUCLEAR S.A.)

Aos cinco dias do mês de julho de 2011, na Sala de Reuniões da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA do Senado Federal os COMPROMISSÁRIOS firmam os seguintes entendimentos:

Considerando que a utilização de energia nuclear, pelo potencial econômico envolvido, mas principalmente pela questão sócio-ambiental que o tema agrega, necessita do mais atencioso acompanhamento deste Senado;

Considerando os termos do Relatório Final da visita *in loco* realizada, às instalações da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, Angra dos



Reis, RJ em 08 de abril de 2011 e outras informações fornecidas aos compromissários em suas reuniões e diálogos;

Considerando que cumpre ao Poder Legislativo, além da função típica de legislar representar o interesse público, exigir o cumprimento das leis, detendo, no caso, legitimidade tanto para a propositura normativa quanto para a adoção das providências pertinentes na Constituição Federal e no Regimento Interno da Casa;

Considerando, por fim, a disposição dos compromissários em obter soluções adequadas e objetivas para a melhoria das condições de segurança à população e ao Programa Nuclear Brasileiro resolvem celebrar o presente **TERMO DE AJUSTES**, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 01.

Os Compromissários reconhecem que no interior das Instalações da Central Nuclear, a preocupação com a segurança é permanente, inclusive com a adoção de sistemática de aprimoramento contínuo e de uma cultura de segurança. No seu entorno, contudo, o plano de emergência é passível de melhorias, a infraestrutura requer correções e a população não recebe treinamento suficiente, havendo razões para a adoção de medidas de aprimoramento.

CLÁUSULA 02.

A ELETRONUCLEAR S.A. compromete-se a:

1) adotar as providências necessárias para prevenir eventual alagamento dos compartimentos onde estão instalados os geradores diesel de emergência;

2) construir Pequena Central Hidrelétrica ou outra solução técnica equivalente para fornecimento de energia elétrica em situações de emergência;

3) construir píeres para a evacuação complementar por via marítima das áreas de risco previstas pelo Plano de Emergência Externo (PEE/RJ);

4) utilizar os meios que estiverem dentro de seu alcance e competência legal, com os órgãos públicos responsáveis para a realização de outros compromissos ajustados neste termos e em seus eventuais aditivos, para o treinamento e capacitação de 100% (cem por cento) dos professores e estudantes da educação fundamental e ensino médio das escolas situadas em



um raio de até 5 Km da CNAAA para situações de emergência, incluindo-as ainda nos exercícios de simulação;

5) cooperar com a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) para a implantação depósito definitivo de rejeitos radioativos de baixa e média atividade até 2018;

6) estudar alternativas para a implantação de depósito intermediário de longo prazo para combustível usado (que contem rejeitos de alta atividade) e cooperar com a CNEN para sua implantação até 2026.

CLÁUSULA 03.

A Comissão Temporária Externa se compromete a oficiar os órgãos públicos competentes para, se desejarem, aderir voluntariamente ao presente TERMO e, em todo caso, adotarem as seguintes providências:

Ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT:

7) Executar a duplicação da BR-101 (Rio-Santos) no trecho que passa pelo município de Angra dos Reis e serve de rota de evacuação das áreas de risco dentro da Zona de Planejamento de Emergência (ZPE) ao redor da CNAAA, conforme o PEE/RJ.

Ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro – DER/RJ:

8) Executar a pavimentação da Rodovia Paraty-Cunha.

À Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN:

9) reavaliar a adequação do Plano de Emergência, inclusive no que tange aos meios disponíveis para sua implementação;

10) Agilizar o processo de licenciamento definitivo de operação de Angra 2, com a emissão da respectiva Autorização para Operação Permanente (AOP);

À Prefeitura Municipal de Angra dos Reis:

11) Estudar a ampliação do aeroporto de Angra dos Reis.

12) Avaliar soluções para a solução dos problemas financeiros enfrentados pela Santa Casa de Misericórdia no município de Angra dos Reis.



13) Concluir a construção do Hospital da Japuíba, no município de Angra dos Reis.

14) Promover a legalização das rádios comunitárias existentes na área de risco em volta da CNAAA.

15) Avaliar a qualidade do serviço de telefonia celular prestado na região.

CLÁUSULA 04.

Os Senadores integrantes da Comissão Temporária Externa se comprometem a empenhar esforços na tramitação célere do PLC nº 191, de 2010, que reestrutura o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON), de modo a evitar a dispersão de responsabilidades nesse sistema.

CLÁUSULA 05.

A documentação técnica prévia pertinente à demonstração de viabilidade no desempenho dos compromissos firmados, bem como aquela pertinente à demonstração de conclusão dos compromissos constarão de Anexos específicos deste TERMO, visados pelas partes.

CLÁUSULA 06.

O não cumprimento dos prazos e obrigações assumidos no presente compromisso, por parte dos Compromissários, implicará a adoção das ações políticas e eventualmente jurídicas cabíveis.

CLÁUSULA 07.

Este compromisso não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, fiscalização e monitoramento de qualquer órgão público.

CLÁUSULA 08.

Este instrumento produzirá os efeitos legais cabíveis a partir de sua celebração e terá publicidade com devido registro e protocolo no Senado Federal

E, por estarem de acordo, firmam o presente instrumento de compromisso.

Passo a palavra ao Presidente da Comissão, Sr. Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ) – Sr. Presidente, vou ser breve, garanto. Estamos às 13h38.



Eu acho o seguinte, Senador Pedro Taques, Senador Randolfe, Senador Rollemberg, Dr. Othon, que possibilitou esse instrumento aqui.

Acredito eu que possamos estar aqui num momento histórico para o Senado, Senadora Ana Rita. Eu me preocupava muito, desde o começo dos debates, com a nossa distância do mundo real e de como alguns debates, ao final de tudo e de nossas ações, ficam no nada, sem encaminhamentos concretos. O que estamos criando aqui é um instrumento em muito inovador. Tem uma PEC do Senador Pedro Taques, tem um Projeto de Resolução nº 14, de minha autoria no Senado, falando desse termo de ajustes. Esse é um debate que nós temos que fazer, mas que poderia ser utilizado em outras ocasiões. O que nós fizemos? Uma comissão externa que foi a Angra. Tivemos também um debate aqui na Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização e Controle.

Geralmente, o que acontece? Sai apenas um relatório e o relatório fica aqui nos Anais do Senado. Nesse caso concreto, eu agradeço muito ao Dr. Othon por ter topado esse encaminhamento. Nós estamos saindo daqui com compromissos concretos. Eu destacaria aqui várias recomendações a vários órgãos. O que é mais importante aqui é essa Cláusula 01 e Cláusula 02, em que a Eletronuclear se compromete com um conjunto de ações bem concretas. Das seis ações, eu destacaria que o núcleo mais importante são as três primeiras, porque são muito concretas, uma obra para sanar a possibilidade de alagamento onde ficam os geradores a diesel – esse era um problema, porque em caso de interrupção de fornecimento de energia elétrica, se alagasse, ali teríamos um problema grave. Esse é um primeiro.

Segundo, construir uma PCH ou outra solução técnica para dar uma segurança a mais. Além do fornecimento de energia elétrica por geradores a diesel, nós teríamos uma PCH. E está aqui o compromisso estabelecido da Eletronuclear.

A construção de píeres para a evacuação complementar por via marítima das áreas de risco previstas pelo Plano de Emergência Externo, na possibilidade de interrupção das vias.

Eu queria destacar, agradecer novamente o Presidente da Eletronuclear, Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, por ter aceito a construção desse termo de ajuste. Volto a dizer, que é um tema mais do que importante, concreto, pois estamos saindo aqui com um documento muito especial, Senador Rodrigo Rollemberg, é a possibilidade de adotarmos isso em várias outras audiências públicas, envolvendo autoridades, Ministérios. Acho que o resultado de tudo isso vai ser a aproximação do mundo real.

Acabo dizendo o seguinte, Senador Pedro Taques. O Tribunal de Contas é um órgão auxiliar nosso, ele pode dar prazos. Por que o Senado não pode, porque o Senado não pode trabalhar em cima de propostas concretas com prazos concretos.



Quero agradecer muito ao meu Presidente, Senador Rodrigo Rollemberg, que tem tudo a ver com isso aqui. Pensar medidas inovadoras que aproximem esta Casa da sociedade brasileira, do povo brasileiro.

Muito obrigado a todos os Senadores que estiveram lá presentes, que fizeram parte desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado.

Pela ordem com a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Senador Presidente, Senador antenado, eu diria que é um Senador atômico, nuclear. (*Risos*)

Eu queria cumprimentar o Senador Lindbergh por esta iniciativa porque ele está indo contra Aristóteles que em 340 antes de Cristo disse que aquele que exerce o poder, desempenha três atribuições: cria norma, aplica norma e julga. E quase 1500 anos, John Locke, na Inglaterra, por volta de 1668, também disse que Aristóteles estava correto: legislar, aplicar e julgar. Mais à frente, em 1748, Montesquieu, no famoso livro *Espírito das Leis*, disse a mesma coisa. Só que nós temos que entender que essa divisão orgânica é histórica e não científica. O que isso quer dizer? Que a realidade social é cambiante, ela muda. E nós temos que entender a Constituição, de acordo com a realidade social. Se você fizer uma análise formal da Constituição, o Legislativo tem a função de criar a norma, fiscalizar e buscar recursos para o seu Estado. Os legisladores, Deputados Federais e Senadores. No entanto, como bem disse o Senador Lindbergh, o art. 70 e 75 da Constituição afirma que cabe ao Tribunal de Contas, como órgão que auxilia o Legislativo, dar prazos, estabelecer regras de conduta concretas como essa. Portanto percebo, Senador Lindbergh, que essa atuação é uma atuação firme, que vem dar novo espaço ao Poder Legislativo. Percebemos que as constituições mais modernas da América Latina elas não falam mais em Legislativo, Executivo e Judiciário. Falam na existência de cinco órgãos que exercem parcela da soberania do Estado. Eu apresentei uma PEC, como V. Ex^a fez referência, para que nós possamos ofertar às Comissões, notadamente modificando o art. 58 § 2º, as Comissões temáticas ou materiais, uma nova composição, uma nova atribuição. Por que isso? Porque hoje nós vivemos numa sociedade denominada de risco. Tudo é muito rápido. E o processo Legislativo é do início do século XIX e nós estamos discutindo aqui energia nuclear com um processo legislativo com uma função parlamentar que é do início do século XIX.

Portanto, quero cumprimentar V. Ex^a por este momento que reputo como histórico e dar o meu apoio a esta inovação. Hoje, interpretar que eram divindades, na época de Roma, que retiravam das entradas das pessoas o seu passado e o seu futuro. Daí a intérprete retira o sentido. Só que hoje interpretar é muito mais do que retirar sentido, é dar sentido à norma Constitucional. E V. Ex^a está dando sentido a esta norma. Parabéns.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Obrigado, Pedro. Quero relatar este projeto, essa PEC.

Isso vindo de V. Ex^a, Senador Pedro Taques, tem um significado ainda maior.

Quero passar a palavra ao Diretor Presidente da Eletronuclear, Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva.

O SR. OTHON LUIZ PINHEIRO DA SILVA – Sr. Presidente Rodrigo Rollemberg, Senador Lindbergh Farias, estou aqui hoje por duas condições: uma é aquela que a gente nasceu. Nasci cidadão. Como cidadão, sinto-me extremamente orgulhoso de viver neste País que tem esta Casa, porque eu achei a ação desta Casa muito rápida e eficiente. Houve um acidente do outro lado do Planeta, no Japão, esta Casa teve a preocupação de ir aonde nós geramos energia da fonte nuclear para ver quais eram as condições. Ou seja, vi nisso um zelo desta Casa em acautelar a população brasileira e para que não houvesse os mesmos problemas ocorridos no Japão. Então, como cidadão, eu me sinto muito orgulhoso.

E quanto às medidas que o Senador Lindbergh citou, se houvesse qualquer uma delas no Japão, não teria havido aquele problema lá, que foi em menor proporção do que a imprensa noticiou. Na realidade, no Japão, lá na central, ocorreram apenas duas mortes perto de vinte e sete mil mortes por outras causas. Mas, de qualquer maneira, é preocupante e não há razão nenhuma para vivermos o mesmo problema. Então, as medidas que foram exigidas aqui, no meu entendimento, se elas existissem no Japão, aquele problema não teria ocorrido lá. De modo que a ação rápida do Parlamento deixame, como cidadão, muito orgulhoso. É bom termos Senadores como nós temos neste País.

Como Presidente da Eletronuclear, falo em nome dos funcionários da empresa. Quem trabalha numa atividade vive aquela atividade e, no caso da Eletronuclear mais ainda, porque a maior parte dos funcionários vive a menos de 3 km da central. Ou seja, eles compartilham, eles vivem com a família deles, com os filhos deles, e alguns até com os netos. Então, há uma sinergia muito grande com a central. E os funcionários viram muito bem a ação desta Comissão, viram um carinho não só com a população, mas com eles também. Foi muito bem aceita por parte dos funcionários da Eletronuclear. E, em nome desses funcionários, eu quero agradecer essa atitude. Eu diria que é um momento feliz para a empresa, e Deus quis que eu vivesse esse momento muito feliz. Esse ato para nós, para a empresa, tem um significado muito grande. Agradeço muito aos senhores, Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Os Srs. Senadores têm alguma observação a fazer?



Eu quero, antes de passar às assinaturas, registrar que eu me sinto muito honrado, Senador Lindbergh, por estar na condição de Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, participando dessa inovação.

Tive a honra de participar, junto com V. Ex^a, com o Senador Jorge Viana, Senador Aloysio Nunes, Senador Cyro Miranda, dessa visita às obras de Angra e percebo que nós estamos, efetivamente, fazendo uma inovação na interpretação correta, moderna, da Constituição Federal, como bem anunciou aqui o Senador Pedro Taques, que é um profundo convededor da Constituição. Em todas as intervenções do Senador Pedro Taques, ele coloca que toda a sua ação aqui no Senado tem um limite, e esse limite é a Constituição Federal. E quando vejo uma manifestação do Senador Pedro Taques, tão zeloso no cumprimento da Constituição Federal, apoiando esta iniciativa, percebo que estamos inovando e estamos avançando no papel fiscalizador do Senado Federal, como previsto na Constituição Federal.

Cumprimento o Senador Lindbergh pela inovação, cumprimento o Presidente da Eletronuclear, Dr. Othon Luiz, pelo espírito público demonstrado nessa atitude. E agradeço aos demais Senadores presentes nesta reunião.

Então, vamos às assinaturas. Em primeiro lugar, o Dr. Othon.
(Pausa.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Apenas para dizer que o Senador Delcídio está presidindo a CAE e pediu desculpas; queria estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – O Senador Delcídio também esteve presente na nossa visita.

Senador Lindbergh. (Pausa.)

Eu quero registrar os Senadores e Senadoras que fazem parte desta Comissão: Senador Lindbergh, Senador Rodrigo Rollemberg, Senador Jorge Viana, Senador Delcídio do Amaral, Senador Lobão Filho, Senador Marcelo Crivella, Senador Cyro Miranda, Senador Aloysio Nunes e Senadora Lúcia Vânia. (Pausa.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, antes que V. Ex^a conclua, somente uma sugestão para a Presidência.

Nós aprovamos, além do convite ao Ministro dos Transportes, o convite, de autoria minha e do Senador Pedro Taques, para convidar também os dirigentes do Dnit, que foram exonerados recentemente: o Sr. Luiz Pagot, o Sr. José das Neves, o Sr. Mauro Silva, e o Sr. Luiz Bonvini.

É só uma sugestão à Comissão, já que vamos na quinta-feira ouvir o Ministro dos Transportes, que pudéssemos, o quanto antes, na semana que vem, também ouvir na Comissão essas demais autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Vamos examinar com toda a atenção que V. Ex^a merece.



**SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SUBSECRETARIA DE REGISTRO E APOIO A REUNIÕES DE COMISSÕES**

SF - 97

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Muito obrigado,
Sr. Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) –
Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 51 minutos.)